

ABRIL DE 2013

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**Dw CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>1</b>
1.1 1 Meta de redução da fome foi superada por Angola	1
1.2 Redução da fome foi superada por Angola	1
1.3 Salário mínimo nacional sobe 12 por cento este ano	2
1.4 Encantos e desceamentos dos 11 anos de paz	3
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>4</b>
2.1 Banco BIC quer instalar mais balcões em Africa	4
2.2 Jovens criam pequenas negócios no Lubango Aumenta o número de beneficiários de micro-créditos no âmbito do programa de combate ao desemprego	4
2.3 Agrários felizes com acção do governo Programa vai facilitar o escoamento dos produtos do campo para a cidade	5
2.4 Executivo garante fundo de apoio para os jovens Gonçalves Muandumba presidiu acto central que juntou centenas de pessoas em Ondjiva	6
2.5 Abertura de circuitos de comercialização na Huila Programa do Executivo tem por objectivo relançar a actividade comercial no meio rural	7
2.6 A utopia dos créditos	8
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>9</b>
3.1 Crédito agrícola revoluciona agricultura	9
3.2 Os Serviços de táxi que Luanda não dispõe	10
3.3 Vendedores e clientes exigem saneamento básico e segurança policial	11
3.4 Cidadinos aplaudem atitude da Polícia Económica	12
3.5 Lealdade perto do fim	12
3.6 Cestas básicas registam alta de preços	13
3.7 MPLA homenageia comerciantes da capital	14
3.8 Cartões chips no mercado negro	15
3.9 Proibida vendas nas ruas no distrito do Sambizanga	16
3.10 Reflexos da tardia execução do OGE	16
3.11 Vendedores mobilizados para o desfile ao trabalhador	17
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>18</b>
4.1 Gestão orçamental é positiva	18
4.2 Estudo da KPMG revela que 60 por cento do orçamento é destinado à educação e à saúde	19
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>20</b>
5.1 Ministros da SADC reúnem em Luanda	20
5.2 Embrião da autarquia	20
5.3 SADC debate descentralização	20
5.4 Debate nacional sobre o poder local	21
5.5 SADC faz aposta no poder local	21
5.6 A personificação das autoridades tradicionais no sistema consuetudinário Angolano	22
5.7 Literatura e Jornalismo o seu percurso histórico (conclusão)	23
5.8 Obra científica sobre autarquias é lançada hoje	24

5.9	Eleições autárquicas são uma ilusão	24
5.10	Stop! É proibido falhar	25
5.11	Analistas negam haver condições para eleições autárquicas em 2015	26
5.12	enso-piloto arranca já nesta sexta-feira	27
5.13	Fundo social e reforçado e muda de mãos	28
5.14	Autarquias promovem oder local	28
5.15	Angola pode contar com o Brasil	29

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 30

6.1	Casas são pagas em regime de renda resolúvel	30
6.2	Quilamba com milhares de casas já concluídas	31
6.3	Famílias vulneráveis re eberam moradias	32
6.4	Moradores do bairro Golfe querem passagem pedonal	32
6.5	Jovens recebem casas evolutivas no Uíge	32
6.6	Moradores da centralidadedo Cacuo sem energia eléctrica e água potável	33
6.7	Impacto ainda longe de corrigir o mercado	34
6.8	Entregues casas evolutivas	35
6.9	Escrita Capital	35
6.10	Mercado imobiliario Angolano esté em franco crescimento	36
6.11	Finalmente reabilitação vai acontecer ...	36
6.12	Administração entrega casas evolutivas	37
6.13	ANDULO Casas sociais em constução no município	37
6.14	Forum Internacional dão a conhecer a evolução do sector	38
6.15	Um «cabritismo» muito descarado	38
6.16	Presidente cria gabinete para a requalificação	39
6.17	Vida nova para as populações de Catabuanga e Lites	40
6.18	Casas sociais para os jovens	41
6.19	CABINDA, Primeiras casas do bairro social em conclusão	42

## 7. TERRA 43

7.1	Jovens recebem terrenos	43
7.2	Jovens da Humpata recebem terrenos	43
7.3	Operações de limpeza nas reservas fundiárias	44
7.4	Gestão de terras em debate	44
7.5	Terrenos loteados para a auto-construção dirigida	44
7.6	Antunes Huambo, "não foram demolidas casas onde vivem pessoas e nem houve manifestação"	46
7.7	Congolese ocupam ilegalmente terras angolanas	46
7.8	Dezenas de famílias foram transferidas para zona do Zango	47

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 48

8.1	Novas ligações beneficiam milhares de famílias	48
8.2	Melhorado consumo de água potável no município	49
8.3	Distribuição de água no Uíge com melhorias significativas Projecto qarante ligações domiciliárias	49
8.4	Água canalizada chega à ate ao fim do àno	50
8.5	Moradores da centralidadedo Cacuo sem energia eléctrica e água potável	50
8.6	ACAPC lança balde com torneira	51
8.7	Energia e água potável são já uma realidade	52
8.8	Novas ligações domiciliarias em bairros de Luanda	52
8.9	Proj ectos melhoram o acesso a água	53
8.10	Casas do bairro Mártires de Kifangondo sem água	54
8.11	População consome água de cnsome água de canal para irrigação	54

8.12	Água melhora qualidade de vida das populações Na vila foram feitas dezenas de ligações domiciliárias e construídos mais chafarizes	55
8.13	Abastecimento de água sem interrupções Ampliação do novo sistema de distribuição é estendido às zonas periféricas	56
8.14	População do Kilamba Kiaxi combate o garimpo de água	56

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 58

9.1	Violência doméstica penaliza infractores	58
9.2	Angola investe 2,3 mil milhões em águas e energia	58
9.3	Armamento da população com novo impulso	58
9.4	Polícia descontente com resultado do desarmamento	59
9.5	Segurança a merece dos bandidos	60
9.6	Vida nova para as populações de Catabuanga e Lité	61
9.7	Comissão satisfeita com a população	62
9.8	Crimes transfronteiriços prejudicam as economias	62
9.9	Direito da Família é tema de debate	63
9.10	LUNDA-NORTE Aumentam os casos de violência doméstica	63

## 10. AMBIENTE 65

10.1	Estrangeiros foram impedidos por irregularidade	65
10.2	Infiltração estrangeira é um assunto muito sério	65
10.3	Reabilitação está prevista para iniciar ainda este ano	65
10.4	Operadoras de inertes fogem ao fisco	66
10.5	Invasão a Angola assusta governantes	66
10.6	Repatriamento de estrangeiros custa caro	67
10.7	Seitas trazem e albergam ilegais	68
10.8	Gestão dos casos por prioridades	69
10.9	O dia que Luanda estremeceu	70
10.10	Tem mesmo de ser sempre assim?	71
10.11	Luanda muitas vezes!	72
10.12	MAT propõe discussão autarquias	72
10.13	Chuva obriga moradores a abandonarem casas	73
10.14	PR assustou mas não viu tudo	73
10.15	Chuva vs tráfego	74
10.16	Tramados pela chuva	74
10.17	Chove na grande cidade	75
10.18	SME expulsa diariamente 100 estrangeiros ilegais do país	75
10.19	Chuvas Provocam mortes	76
10.20	Tramados pela chuva	76
10.21	Da à imigração ilegal	77
10.22	IMIGRAÇÃO ILEGAL Controlo reforçado	78
10.23	Chuva deixa mais de 500 pessoas sem casas	78
10.24	Luanda continua vulnerável às chuvas	78
10.25	GPI(-)	79
10.26	Chuvas intensas matam e destroem diversas habitações	79
10.27	Zangas assemelham-se ao Rangel e ao Sambizanga	80
10.28	Sociedade civil lança alerta contra a invasão silenciosa	80
10.29	Estrangeiros ilegais detidos na fronteira	80
10.30	Refugiados angolanos regressaram a casa	81
10.31	Centenas de estrangeiros são repatriados no Zaire	81
10.32	Executivo garante novas centralidades	83
10.33	Chuvas torrenciais destroem casas na Lunda-Norte	83
10.34	Reparação das ruas reduz impacto da chuva	84
10.35	Chuva desaloja famílias na localidade de Cungula	85



10.36	Imigrantes ilegais detidos em Luanda	85
10.37	Alunos impedidos de ir às aulas	85
10.38	Ravina separa vila do Cafunfo e Luremo	86

## **II. MIGRAÇÃO**

**87**

11.1	Repatriamento de estrangeiros custa caro	87
11.2	Seitas trazem e àlbergam ilegais	87
11.3	SME ex Alojjar imigrantes ilegais é crime	88
11.4	Pulsa diariamente 100 estrangeiros ilegais do país	89

# 1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 1 Meta de redução da fome foi superada por Angola

*Jornal de Angola*  
03 De Abril de 2013

Angola superou a metade de redução da fome estabelecida nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio propostos pelas Nações Unidas, declarou ontem, em Luanda, o secretário de Estado da Agricultura.

Amaro Tati, que discursa na abertura do seminário "Benefícios económicos e sociais e ambientais das hortas familiares em Angola", referiu que Angola conseguiu reduzir a fome em mais de 55 por cento, quando a meta estabelecida era de uma diminuição em 50 por cento até 2015.

O secretário de Estado reconheceu que "existem constrangimentos no escoamento dos produtos, conservação, capacidade e qualidade da produção", mas que "o défice de produção agrícola já não constitui problema".

Amaro Tati atribuiu esta conquista ao Executivo, que "tem realizado grandes esforços para melhorar a vida das po- pulações rurais e urbanas".

A agricultura familiar, salientou, "suporta a nossa política agrícola e contribui para o aumento da produção de hortícolas que constitui uma dieta alimentar saudável".

O secretário de Estado agradeceu a parceria como Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com a Cooperação Espanhola pelo contributo dado no financiamento de projectos e assistência técnica.

Nos programas do Executivo para o combate à pobreza: Disse que a produção das hortas familiares vai ajudar a reduzir os níveis de pobreza e a desnutrição em Angola.

O representante da FAO em Angola, Mamoudou Diallo, declarou que a produção de hortas familiares vai garantir a Angola atingir definitivamente e de

maneira sustentável os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

"A validação e assinatura do Programa Quadro para a cooperação entre a FAO e Angola para o período 2012-2013 define as áreas prioritárias de acção e os principais programas de desenvolvimento sustentável, entre as quais estão a agricultura urbana e periurbana", acentuou.

O projecto de horticultura para a redução da pobreza e da desnutrição, em fase experimenta, destina-se a contribuir para a segurança alimentar e nutricional e melhorar a qualidade de vida da população com a criação de hortas familiares.

## 1.2 Redução da fome foi superada por Angola

*Jornal de Angola*  
03 De Abril de 2013

Angola superou a metade de redução da fome estabelecida nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio propostos pelas Nações Unidas, declarou ontem, em Luanda, o secretário de Estado da Agricultura.

Amaro Tati, que discursa na abertura do seminário "Benefícios económicos e sociais e ambientais das hortas familiares em Angola", referiu que Angola conseguiu reduzir a fome em mais de 55 por cento, quando a meta estabelecida era de uma diminuição em 50 por cento até 2015.

O secretário de Estado reconheceu que "existem constrangimentos no escoamento dos produtos, conservação, capacidade e qualidade da produção", mas que "o défice de produção agrícola já não constitui problema".

Amaro Tati atribuiu esta conquista ao Executivo, que "tem realizado grandes esforços para melhorar a vida das po- pulações rurais e urbanas".

A agricultura familiar, salientou, "suporta a nossa política agrícola e contribui para o aumento da produção de hortícolas que constitui uma dieta alimentar saudável".

O secretário de Estado agradeceu a parceria como Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com a Cooperação Espanhola pelo contributo dado no financiamento de projectos e assistência técnica.

Nos programas do Executivo para o combate à pobreza: Disse que a produção das hortas familiares vai ajudar a reduzir os níveis de pobreza e a desnutrição em Angola.

O representante da FAO em Angola, Mamoudou Diallo, declarou que a produção de hortas familiares vai garantir a Angola atingir definitivamente e de maneira sustentável os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

"A validação e assinatura do Programa Quadro para a cooperação entre a FAO e Angola para o período 2012-2013 define as áreas prioritárias de acção e os principais programas de desenvolvimento sustentável, entre as quais estão a agricultura urbana e periurbana", acentuou.

O projecto de horticultura para a redução da pobreza e da desnutrição, em fase experimenta, destina-se a contribuir para a segurança alimentar e nutricional e melhorar a qualidade de vida da população com a criação de hortas familiares.

### 1.3 Salário mínimo nacional sobe 12 por cento este ano

*O País*

*12 De Abril de 2013*

Segundo fontes sindicais contactadas por OPAÍS, o estudo técnico analisado urante a reunião do Conselho de Ministros recomenda ao Executivo o ajustamento do valor nominal do salário mínimo nacional em 9 por cento, que é resultante da inflação esperada para o presente ano, a que se deverá adicionar outros três por cento. A fonte disse que no mesmo documento se recomenda ainda a manutenção da actual política do Executivo que consiste no ajustamento do valor nominal dos salários em função da inflação esperada. Sindicjalistas e demais parceiros sociais concluíram que na relação entre valor do salário mínimo nacional e custo da cesta básica, a remuneração actual permite cobrir apenas 44 ou 45 da referida cesta. Entretanto, e ainda segundo a mesma fonte, o documento ora analisado na reunião do Conselho de Ministros deverá ser submetido ao Conselho Nacional de Consertação Social para a derradeira conformação.

Evolução dos mercados monetários analicwiano Conselho de Ministros

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou, em Luanda, o memorando sobre a evolução dos mercados monetários, cambial e contas externas, bem como a estratégia da Comissão de Mercados de

Capitais e Instrumentos Jurídicos. De acordo com o comunicado de imprensa distribuído no final da reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi igualmente apreciado o relatório preliminar do balanço anual da execução do Programa de Investimentos Públicos do ano de 2012. No encontro, realizado na sala de reuniões do Palácio Presidencial, na Cidade Alta" mereceu também apreciação do Executivo a 2ª fase do Projecto Nova Vida. Relativamente à Estratégia da Comissão de Mercados de Capitais e Instrumentos Jurídicos, refere a nota, a comissão apreciou um conjunto de documentos que visam regular o mercado de capitais. Trata-se, nomeadamente, do Projecto de Regime Jurídico do Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada, dos regimes jurídicos das Sociedades Gestoras dos Mercados Regulamentados, das Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários. Completam o quadro dos documentos apreciados pela 6ª sessão Extraordinária da Comissão Económica, o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo, bem como o Modelo Empresarial da Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados e o Projecto de Estatuto Orgânico e a actualização da Estratégia da Comissão de Mercados de Capitais. Por outro lado, refere o comunicado, a Comissão Económica apreciou o relatório do balanço anual de execução do Programa de Investimento Público (PIP) referente ao ano de 2012, correspondente à actualização do Balanço do 3º trimestre do mesmo ano.

"A Comissão Económica apreciou ainda o relatório anual da comissão multisectorial sobre o estudo da evolução do Salário Mínimo Nacional", lê-se na nota do órgão auxiliar do Presidente da República. A Comissão Económica, prossegue o comunicado, ao tomar conhecimento do relatório da 2ª Fase do Projecto Nova Vida, constatou que durante o Ano de 2012 foram construídos dez prédios de quatro pisos de 160 apartamentos e 21 prédios de seis pisos com 504 apartamentos, perfazendo um total de 664 apartamentos, tendo sido construídas e entregues 153 vivendas T3 e 58 vivendas T4. Refere que, no domínio da construção das infra-estruturas gerais, atingiu-se um nível de execução de 38%, tendo ficado por realizar 62% em virtude do atraso no processo de realojamento das áreas ocupadas. O documento realça que a Comissão Económica apreciou ainda a calendarização dos documentos a agendar nas sessões do presente ano.



## 1.4 Encantos e desencantos dos 11 anos de paz

*Angolense*

*12 De Abril de 2013*

Onze anos de paz, a economia nacional figura na lista das que mais crescem no mundo, porém, o crescimento não deu lugar ao desenvolvimento e, por isso, os efeitos sobre outras variáveis tais como, a pobreza a distribuição do rendimento, a exclusão social não se fizeram sentir de modo efectivo na vida da população, defendem especialistas do Centro de Estudo e Investigação científica da universidade Católica de Angola que apontam entre outros factores desta realidade, a não transparência nas decisões. A política de diversificação da economia é uma expressão recente no léxico político do Governo, sendo encontrada apenas nos seus programas depois da crise económica e financeira de 2008. Apesar de alguns avanços neste sentido, considerando que actualmente o sector não petrolífero já representa 60 % do PIB (produto interno bruto), a agricultura que seria o motor da diversificação continua a receber verbas insignificantes como admitiu recentemente no Panguila o ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga. O crescimento deste sector caminha lento, cerca de 4% ao ano e as dificuldades dos agricultores avolumam-se, com a dificuldade do acesso ao crédito no topo das preocupações. Em 2010, o Governo aprovou o crédito agrícola de campanha para apoiar os agricultores. Em finais de Novembro de 2011 o Programa de Crédito Agrícola (IDA), Miguel Pereira. Desta feita, os agricultores voltam a não ter como se financiar para comprar insumos agrícolas e mesmo para o escoamento dos produtos. Durante o período de Paz, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola apenas registou uma variação percentual de 5,8%. O IDH é publicado no Relatório anual do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O IDH projectado para Angola em 2012 situava-se em 0,48% (o que reflecte uma ligeira melhoria em relação a 2011 expressa em 0,004 pontos), colocando o país, entre as nações de 'baixo IDH', no 1480 lugar entre os 187 países listados. No que respeita ao índice de Desenvolvimento Humano, Angola inclui-se entre os países africanos de 'IDH médio'. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano, em Angola a esperança de vida à nascença é de 51 anos, a média de escolaridade é de 4,4 anos, a escolaridade esperada é de 9,1 anos e o rendimento por habitante, aferido em paridade do poder de compra a preços constantes, é de USD 4.874. Estes valores traduzem, mesmo assim, progressos. A esperança de vida à nascença era, por exemplo, de 47

anos em 2002, tendo estacionado nos 49 anos entre 2005 e 2007. Outro exemplo. Em 2001 a taxa de literacia, entre os maiores de 15 anos, era de 67% mas em 2009 já se situava em 70%. Mais um exemplo.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Banco BIC quer instalar mais balcões em Africa

*Jornal de Angola*  
05 De Abril de 2013

O BIC Angola pretende abrir balcões na Namíbia e na Africa do Sul e tem planos de expansão regional, afirmou o seu presidente à agência Bloomberg. O BIC, disse, já manifestou ao banco central da Namíbia interesse em abrir filiais naquele país e pretende instalar um escritório de representação em Joanesburgo.

Fernando Teles revelou que o BCI está a analisar os mercados do Botswana, República do Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia e Gabão por serem "países que têm boas relações com Angola, estão próximos e alguns dos seus mercados começam a desenvolver-se".

O BIC, que comprou no ano passado Banco Português de Negócios (BPN) por 40 milhões de euros (cinco mil milhões de kwanzas), espera que a Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral (SADC), constituída por 15 Estados, facilite as aquisições das licenças transfronteiriças.

O BIC dispõe de 760 milhões de dólares (76 mil milhões de dólares) para expandir a actividade no país. A sua rede a nível nacional eleva-se já a 213 entre balcões e agências.

O Banco BIC Angola adquiriu o Banco Português de Negócios Instituição Financeira Internacional de Cabo Verde por 30 milhões de euros (cerca de 3,7 mil milhões de kwanzas).

### 2.2 Jovens criam pequenas negócios no Lubango Aumenta o número de beneficiários de micro-créditos no âmbito do programa de combate ao desemprego

*Jornal de Angola*  
06 De Abril de 2013

o número de jovens capazes de materializar projectos úteis ao desenvolvimento da comunidade de diversificação da prestação de serviços aumentou, nos últimos seis meses, nos municípios' Lubango e Humpata, com a entrega de micro-créditos pelo ballcão Único do Empreendedor (BUE).

Os primeiros jovens contemplados com fundos que rondaram os 200 a 670 mil kwanzas empregaram os recursos na abertura de casas em condições de prestar serviços de recauchutagem, construção civil, serralharia, pintura, assim como pequenos empreendimentos de venda de bens diversos.

A iniciativa do Executivo é descrita por dezenas de beneficiários como incentivo certo e exequível para levar a cabo os programas gizados por gente com muito interesse em fazer algo rentável, que proporcione mais emprego e evolua para grandes empresas de referência.

Rita Sandje, 50 anos, a cuidar de oito filhos, é uma das testemunhas dos resultados dos financiamentos do BUE, na cidade do Lubango. actualmente, exerce com muita dedicação a actividade comercial no bairro Nambambi, local onde reside há mais de duas décadas.

Dona Rita, como é conhecida; foi uma das contempladas com os fundos do Balcão Unico do Empreendedor criado com o objectivo de formalizar a actividade económica informl e estimular a realização de pequenos.negocios, necessários auto enprego.contou que exercia o comercio precário de cerveja e refrigerante em sua casa. Na época, possuía apenas um capital que lhe permitia movimentar cinco grades de cerveja N' gola e três de gasosa. Os rendimentos eram incapazes de assegurar o sustento dos filhos.

Para ampliar o número de grades e revender dependia da boa vontade de certos fornecedores. Apesar disso, já enfrentou vários problemas com pessoas que forneciam as grades de cerveja e refrigerantes por haver clientes que consumiam e não pagavam. Desde que beneficiários do Bue,Dona Rta deu passos significativos na sua actividade comercial. Fundou uma pequena empresa e a legalizou. A seguir, disse à nossa reportagem, criou um projecto viável e recebeu em produtos um financiamento de 642.988 kwanzas.

Deixou de depender de terceiros para adquirir os produtos. Estabeleceu um convénio com a empresa nacional de cervejas N' gola e Coca-cola, para revender em vários pontos do seu bairro. "Sou uma cimquentona feliz e me sinto realizada. Foi sempre meu desejo ter um negócio próprio. Isto só foi possível graças o financiamento do Bue;disse.

Os rendimentos são risonhos, mas ela acredita em dias melhores pois, semanalmente, recebe e vende 255 grades de cerveja e refrigerantes. O crescimento do negócio permitiu recrutar mais quatro pessoas, postos de trabalho que vão aumentar à medida que a empresa evoluir.

No pequeno posto de venda de Dona Rita trabalha uma das suas filhas, Helena Santana, de 24 anos, e com duas filhas a criar. A jovem mãe solteira está satisfeita por conseguir seu primeiro emprego.

Esclareceu que na época em que a mãe não tinha condições para sustento da família foi viver com avó e com as duas filhas. Agora, tudo isso não passa de lembranças. Já vive com o ordenado que recebe mensalmente e, além de cuidar as crianças, paga as propinas da escola ..

Já João Pedro e quatro amigos . abriram uma recauchutagem próxima ao mercado informal João de Almeida, no Lubango. Assistência constante de clientes anima os jovens a prosseguir e a pensar na ampliação do negócio, através da aquisição de equipamento sofisticado para tratar dos pneus.

#### Graças a Paz

Ao todo, três mil pessoas, a maioria jovens com programas credíveis e capazes de serem executados, receberam fundos do BUE, implantado há mais de oito meses no Lubango. A maioria dos beneficiários com acções mais visíveis considera a conquista da Paz como "a responsável principal pelo sucesso dos empreendedores".

Dona Rita, João Pedro, Salette Gomes e tantos outros, renovaram a auto estima por começarem a dar os primeiros passos para a satisfação das necessidades da comunidade e estarem a reorganizar o seu modo de vida. Apela as pessoas que beneficiarem do micro crédito da instituição a aplicarem-no em acções rentáveis.

O Balcão Unico do Empreendedor do Lubango legalizou 1.200 pequenas e médias empresas, com a atribuição de igual número de alvarás comerciais. A satisfação dos beneficiários está no facto de a união dos serviços de constituição e legalização de pequenas empresas ser feita gratuitamente pouco tempo

### 2.3 Agrários felizes com acção do governo Programa vai facilitar o escoamento dos produtos do campo para a cidade

*Jornal de Angola*

*15 De Abril de 2013*

Município do Bembe, Damba, Quimbele, Negage, Mucaba, Cangola. Uíge foram seleccionados para o arranque da aplicação do Programa de Aquisição de Produto Agro-pecuário (PAPAGRO).

A escolha foi feita no final do primeiro seminário provincial de Consulta e Concertação sobre Comércio Rural, que decorreu na quinta-feira, na cidade do Uíge.

O participantes seleccionaram ainda oito agentes logísticos, que vão ter a missão de providenciar o escoamento da produção agrícola local e, consequentemente, prover os camponeses de mais recursos financeiros. Além disso, concluíram da necessidade de ser criado um parque agro-industrial, da expansão da rede bancária, da abertura das vias de acesso e do surgimento de centros logístico .que facilitem o escoamento da produção agropecuária e, em particular, da madeira produzida localmente.

O vice-governador para o sector Produtivo e Económico do Uíge, Carlos Samba, afirmou que os problemas que os agricultores e comerciantes rurais enfrentam actualmente no escoamento e comercialização dos produtos agro-pecuários, vão ser resolvidos nos próximos dias.

A solução passa pela aplicação do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuário. O PAPAGRO é uma medida que vai facilitar o escoamento dos produtos agrícolas do campo para a cidade e os agente logísticos rurais seleccionados v o ter a responsabilidade de o comercializar,

A reactivação do comércio rural, O empreendedorismo e a actividade comercial exercido no campo deve contar com o empenho de agente singulares ou colectivo, que tenham capacidade civil e comercial, salientou. O agentes comerciais devem assegurar absorção, comercialização, aprovisionamento, fornecimento de produtos manufacturado essenciais, assim como os factores de produção e prestação de assistência técnica e material especifica.

O director da Escola Nacional do Comércio, Boa Antônio Pedro, explicou que o seminário visou o relançamento da actividade comercial no meio rural, a valorização da produção local e, fundamentalmente, a criação de condições para o escoamento e comercialização dos produtos locais.

O director do Uíge do Comércio, Abraão da Silva, assegurou que o sector que dirige, no âmbito da sua tarefa Já efectuou o registo de 237 agentes económicos a nível dos 16 município da província, A direcção provincial da Agricultura tem identificadas 846 as associações agrícolas, constituída por mais de 79.925 associado e 450 cooperativas agrícola .

O chefe do departamento de cereais da referida direcção, João Jose, revelou que a província está a ter

um grande crescimento na agricultura familiar e empresarial, com destaque para o Projecto Agro-pecuário do Negage, que está a produzir cerca de 25.512 ovos por semana. Joao Jose é considerou que PAPAGRO garante uma nova perspectiva de desenvolvimento agro-pecuário da região,

"O crescimento da colheita depende em grande medida da modernização dos métodos de cultivo", alertou. Para acrescentar que o agricultores individuais e colectivos enfrentam várias contrariedades relacionadas com o atrasos no fornecimento dos equipamentos de apoio à produção, facto que lá a contribuir para a diminuição das safras.

Abertura de estradas

O agricultor Carlos Calueji considerou o PAPAGRO um verdadeiro reforço do combate à pobreza. Já que vai proporcionar desenvolvimento directo dos agentes económicos e trazer benefícios aos agricultores locais, Carlos Calueji defendeu a abertura urgente das vias secundárias e terciárias, para facilitar o escoamento dos produtos e a realização de acções de formação de técnicos de veterinária para assegurarem assistência ao gado.

## 2.4 Executivo garante fundo de apoio para os jovens Gonçalves Muandumba presidiu acto central que juntou centenas de pessoas em Ondjiva

*Jornal de Angola*

*15 De Abril de 2013*

O Ministério da Juventude e Desportos vai reactivar o Fundo de Apoio para jovens empreendedores, organizações juvenis e associações desportivas, garantiu ontem em Ondjiva o ministro Gonçalves Muandumba, no acto central das comemorações do Dia Nacional da Juventude.

Gonçalves Muandumba garantiu que, para responder às necessidades e aspirações dos jovens, o Executivo tem políticas para promover a igualdade de oportunidades entre os jovens no acesso ao ensino, emprego e habitação. O ministro pediu aos jovens maior participação nas acções para a preservação da paz e promoção da democracia.

Esforço do Executivo

O governador do Cunene, António Didalelwa, destacou na ocasião os avanços registados na província no domínio da Educação, com a implementação do ensino superior, a materialização

do programa "Angola Jovem", de construção de casas para a juventude, e implementação do Balcão Único do Empreendedor. O governador garantiu maior atenção aos projectos de apoio à juventude.

Sob o lema "Com patriotismo e civismo participemos no desenvolvimento de Angola", o acto central do Dia da Juventude Angolana foi testemunhado por membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, representantes de instituições religiosas, de associações profissionais e da sociedade civil. A organização juvenil do partido no poder reafirmou o seu compromisso em ajudar o Executivo a resolver os problemas que afligem a juventude. A garantia foi feita pelo primeiro secretário nacional da IMPLA, Sérgio Luther Rescova Joaquim, durante uma entrevista concedida ao *Jornal de Angola*. Sérgio Luther, também deputado e membro do bureau político do partido maioritário, esclareceu que a JMPLA trabalha em duas vertentes. Uma delas, disse, é de advocacia, na medida em que a IMPLA é a organização juvenil do partido no poder e que mereceu a confiança dos angolanos para governar Angola sob a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos. Essa vertente, acrescentou, leva também a IMPLA a um outro campo de actuação, em que, além da advocacia de situações relacionadas com a juventude, a mesma é parte da solução do problema.

"É por isso que temos pautado por programas onde a nossa participação seja também uma forma de contribuição no grande esforço que temos de fazer Angola um país cada vez melhor", frisou.

Sérgio Luther esclareceu que esses programas estão relacionados com o fortalecimento da educação patriótica, assistência social, a intervenção nas comunidades e no sector de educação, nos quais a IMPLA tem estado a priorizar a promoção do sucesso escolar e mérito estudantil.

"Temos todos que ajudar os jovens a perceber que temos que nos formar e a formação académica é fundamental para a construção do homem novo, ou seja, para a construção de uma sociedade nova que tem no homem o seu factor fundamental", disse.

O primeiro secretário nacional da JMPLA elogiou as qualidades da juventude angolana, tendo destacado a criatividade e o espírito batalhador e de sacrifício. Essas qualidades, lembrou o primeiro secretário nacional, foram demonstradas em vários momentos da história do país, razão pela qual devem ser sempre cultivadas.



## 2.5 Abertura de circuitos de comercialização na Huila

### Programa do Executivo tem por objectivo relançar a actividade comercial no meio rural

*Jornal de Angola*

16 De Abril de 2013

A activação dos circuitos de .Comercialização no meio rural, este ano, no quadro do Programa de Combate à Pobreza, está a incentivar os camponeses no aumento dos níveis de produção, assegurou sexta-feira o vice-governador para o Sector Económico.

Sérgio da Cunha Velho, que falava no primeiro seminário de consulta e concertação sobre a Estratégia Nacional de Comercialização Rural, disse que a actividade de comércio rural e circuitos de comercialização encontra-se desarticulada, quer do ponto de vista de infraestruturas, quer de organização.

O governante afirmou que os esforços a nível da criação de infra-estruturas de armazenamento e abertura dos circuitos de venda incentivam os camponeses a aumentar a produção e a melhorarem as condições de vida das suas famílias.

A iniciativa do Executivo, através do Ministério do Comércio, visa relançar a actividade comercial no meio rural, a valorização da produção local e fundamentalmente, criar condições para o escoamento e comercialização dos produtos locais.

Nesta altura, referiu, decorre uma consulta pública, numa iniciativa do Ministério do Comércio, que se estende a todas as províncias, para que junto dos agentes económicos e administradores municipais sejam colhidas experiências locais, dadas as especificidades de cada região. Sérgio da Cunha Velho informou que a situação menos boa que se vive na comercialização originou ruptura da ligação do circuito formal entre a cidade e o campo e vice-versa, bem como a redução da produção. Sublinhou que com o restabelecimento da circulação de pessoas e mercadorias, a partir de Abril de 2002, as populações rurais regressaram às zonas de origem e estabeleceram a actividade produtiva.

Aumento da produção "Actualmente em todas localidades da província, as empresas e famílias agrícolas produzem grandes quantidades para o auto abastecimento e geram excedentes para o mercado", disse, esclarecendo que a criação de uma prática de utilização adequada de incentivos, destinados à actividade do comércio rural, permite que este

circuito seja restabelecido, contribuindo desta forma para uma vida melhor para as populações.

O vice-governador da Huila para o Sector Económico indicou que actualmente a maior parte da comercialização com o campo é feita pela rede do comércio informal e concentra-se principalmente nas áreas urbanas e ao longo das estradas. Esta situação, salientou Cunha Velho, deixa de fora a maioria das comunidades rurais, que estão afastadas das sedes administrativas e das estradas principais.

Vida assente na agricultura

Cunha Velho reconheceu que a comercialização agrícola desempenha um papel extremamente importante na economia nacional e, referiu, constitui a principal ou mesmo única fonte geradora de condições de vida assente na agricultura.

A nível da província da Huila vão ser identificados e designados, em cada município e comunas, os operadores comerciais que vão ser responsáveis pela implementação das infra-estruturas logísticas.

Os agentes serão igualmente responsáveis pela compra directa dos produtos agro-pecuários, produzidos localmente, bem como deverão garantir o abastecimento em bens básicos às populações residentes nessas localidades.

A proposta da estratégia nacional para a implementação do Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários, plano de acção e os respectivos eixos, potenciais da província da Huila, em termos pecuários, associação produtiva e cooperativa das comunidades na província, entre outros centraram a atenção dos participantes no seminário.

Garantir o escoamento

O responsável do departamento de fomento de produção e estruturação produtiva do Ministério do Comércio, Lourenço Fernando, esclareceu que vão ser assegurados com regularidade a aquisição de excedentes de produção das explorações agrícolas familiares e outros.

Garantir o escoamento da produção para os principais centros de consumo, facilitar o abastecimento regular permanente de bens essenciais e mercadorias às comunidades rurais, constituem segmentos garantidos pelo programa do Executivo, segundo Lourenço Fernando.

De referir que no âmbito do programa de combate à pobreza estão em curso na região várias acções de



impacto social, como a construção e reabilitação de infra-estruturas e vias de acesso.

## 2.6 A utopia dos créditos

*Semanário Angolense*

*20 De Abril de 2013*

O processo de concessão de créditos a empresas privadas e cidadãos em geral junto dos bancos comerciais tem-se revelado uma grande máquina de extorsão. A verdade é que funcionários bancários na análise de processos objectos de créditos dificultam-nos ao máximo, quando não o aprovam pura e simplesmente, deixando de comunicar aos interessados eventuais falhas dos projectos recebidos. Na maior parte das vezes, os processos, cujos «Estudos de Viabilidade Económica» são realizados pelos próprios gestores bancários, os créditos são aprovados imediatamente, mas, quando assim não é, o cliente chega mesmo a esperar mais de um ano. Para verem os seus processos a correr bem, os clientes são obrigados a pagar luvas para obtenção do crédito. Estes factos já têm sido denunciado pelos cidadãos, mas as instituições bancárias nada fazem para inverter o quadro. Estas denúncias têm-se baseado no facto de existir um suposto tráfico de influência para a obtenção de empréstimos junto às instituições bancárias através de negociações de comissões envolvendo a liberação de créditos do banco. Quando não há a garantia das comissões, os processos são rejeitados sob a alegada inviabilidade técnica, quando muitos defendem que o banco também tem a obrigação de explicar ao cliente onde tem que corrigir.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Crédito agrícola revolucionária agricultura

*Semanário factual*

*De 06 a 13 de Abril de 2013*

O Factual esteve no Balombo e pôde falar com Arminda Chilumbo, 32 anos de idade, que abandonou a cidade de Benguela para se instalar no município, sua terra natal. "Os meus pais estão cansados e temos muitas terras para cultivar.

Penso que a cidade não é opção para mim", afirmou a jovem, que vendia produtos do campo no mercado de Benguela. Chilumbo já beneficiou do crédito agrícola e pensa numa boa colheita para este ano. "Comprei fertilizantes e outros meios agrícolas.

Este ano, se tudo correr bem, e não haver mais seca, estaremos safos", garantiu. Dada à dimensão de terras dos seus avós, Chilumbo organizou 15 amigas pensando já numa associação de camponesas.

"Dei a cada uma delas um hectare. Queremos organizar uma forte associação de camponesas", explicou. Na condição de Arminda Chilumbo estão milhares de camponeses no município de Balombo apostados no programa de combate à fome.

"Queremos reduzir a importação de produtos agrícolas", fez saber o fazendeiro Domingos André. Com cerca de 40 hectares, este fazendeiro possui 11

trabalhadores. "Não obstante algumas dificuldades, tudo está a correr muito bem na minha fazenda", afirmou ao Factual, regozijado.

Entretanto, a agricultura no município de Balombo joga um papel importante na estratégia da administração de combate à fome e à pobreza, como também ao desemprego.

Nas circunstâncias atuais e com o crédito agrícola à disposição dos camponeses, a prioridade recai para a produção de bens alimentares.

"Para o incremento da produção agrícola, é necessário conciliar a produção mecanizada com a tradicional, porque é necessário compatibilizar os interesses e o empenho dos camponeses individuais ou associados com o empresariado agrícola", explica um técnico de Estação de Desenvolvimento Agrícola (EDA), Domingos Almeida.

Para este responsável, "é chegado o momento dos camponeses aumentarem as suas áreas de produção e dinamizarem o comércio rural".

No município do Balombo, os camponeses organizados em associações e cooperativas agropecuárias vão receber, este ano, mais apoios com o objetivo de elevar os índices de produção.

A administração local promete trabalhar com o governo da província e parceiros para atrair mais apoios, como sementes, fertilizantes, instrumentos de produção e gado de tração. Aos camponeses serão dadas ajudas em termos de créditos para tornar as associações rentáveis e mais fortes.

Como resultado de um acordo firmado com a ONG Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) duas associações das comunidades de Ukongo e de Chitumbo, num total de 100 membros, beneficiam, este mês, de um crédito para o desenvolvimento e diversificado da produção agrícola.

Está assegurada ajuda em transporte aos camponeses das aldeias de Ukongo, do Baciano, de Chimbaia e de Chintumbo, para possibilitar a embalagem no escoamento da batata rena já em fase de colheita.

Fruto do apoio do governo local, 16 associações e uma cooperativa foram contemplados, em 2012, pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI), com um crédito de 19 milhões, 846 mil e 651 kwanzas, para além de 11 juntas de gado de tração e sementes diversas para o aumento da produção.

As autoridades apontam como principal preocupação das associações e cooperativas a dificuldade no tratamento da documentação para a sua legalização. No município, estão controladas 43 associações, com mil e 894 sócios, e 11 cooperativas, com 546 membros.

Os primeiros 234 camponeses que aderiram ao crédito agrícola receberam mil e 132 sacos de 50 quilogramas de adubo cada, três mil quilogramas de feijão manteiga, 75 motobombas, 38 pulverizadores, 142 charruas e semente de hortícolas diversas.

Os referidos instrumentos agrícolas foram adquiridos de acordo com a solicitação de cada um, através do Banco de Comércio e Indústria (BCI).

As autoridades pediram aos beneficiários uma maior dedicação à actividade agrícola, em função dos "inputs" recebidos para aumentar a produção agrícola.

Apelam a outros camponeses a se organizarem em associações e cooperativas agropecuárias, para

beneficiarem também do crédito e tornar o município numa potência agrícola.

Em virtude da região dispor de solos férteis e de nos âmbito do programa de combate à pobreza para potenciar os camponeses, a administração vai adquirir, nos próximos meses, 300 animais de tracção, 150 charruas igual número de vacas para fomento.

Os camponeses receberão ainda outros instrumentos agrícolas, no âmbito do crédito de campanha disponibilizado pelo Executivo.

Os beneficiários agradeceram o gesto do Executivo em ajudar os camponeses no acesso ao crédito agrícola, que permitirá reduzir a pobreza no município do Balombo, com o alargamento das áreas de cultivo.

Cerca de duzentos e dez novos professores ingressaram no sector da Educação, no âmbito do concurso público em 2012. No Balombo, foram admitidos oitenta e seis novos docentes, aos quais

o chefe de departamento da acção social e escolar, da direcção provincial da educação, Adelino Sessa, pediu a seriedade, competência e zelo no exercício exemplar da sua profissão.

A partir daqui, vou assumir uma grande missão na integração da nobre missão, como combate da linha da frente, em comunidade educativa em que for colocado”, sublinhou.

O administrador municipal do Balombo, Júlio Kwanza Santos, lamentou o facto de alguns professores que, depois de admitidos, abandonam o interior, preferindo as cidades do Lobito e de Benguela.

“No ano passado recebemos seiscentos pedidos de transferências num universo de mil e seiscentos professores que o município tem, transferências que não obedeceram regulamentos nem princípios que norteiam aquilo que pre- vêem os diplomas legais do Ministério da educação”, frisou.

Por outro lado, docentes admitidos recentemente, em concurso público, no município do Balombo, província de Benguela, participaram, recentemente, numa Formação pedagógica.

Os 96 professores, entre primários do ciclo do ensino secundário, foram preparados para desempenhar melhor as tarefas do processo de ensino-aprendizagem, porquanto os conteúdos visaram contribuir na melhoria do perfil dos novos profissionais, tendo em conta o novo sistema de avaliação das aprendizagens.

Promovido pela Secção de Ensino Geral da Repartição Municipal da Educação no Balombo, o evento serviu para debater questões atinentes ao perfil do professor, do director e do supervisor escolar, legislação escolar, sistema de avaliação das aprendizagens, elaboração do plano de aula, implementação da reforma educativa, metodologia de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio, projecto educativo e a relação entre escola e comunidade.

De acordo com o chefe de Secção de Ensino Geral da Repartição Municipal da Educação no Balombo, Messias Quintas Máquina, pretende-se capacitar o novo grupo de professor em metodologia pedagógica no ensino primário e secundário, de modo a que exerça, com eficiência e eficácia, a actividade docente educativa.

### 3.2 Os Serviços de táxi que Luanda não dispõe

*Novo Jornal*

*12 De Janeiro de 2013*

DEPOIS DA SÚBITA falência da sucursal de táxis da Macom, a cidade de Luanda passou a dispor, em sua substituição, de uma oferta substancial de serviços de táxis, à boleia do Campeonato Africano de Futebol CAN-2010 que Angola aCQ- lheu nesse ano. A Afri-táxi, uma firma de capitais mistos, além de outras iniciativas privadas, passou a prestar o serviço que era oferecido pela Macon. Todavia, a forma desordenada como o serviço é realizado deixa transparecer um elevado défice neste subsector dos transportes rodoviários, ao ponto de defraudar quem, pela primeira vez, aporta à capital angolana procedente, quer do interior, quer do estrangeiro. Esta lacuna, que passa quase despercebida a qualquer habitante da urbe, atinge de forma gritante àqueles que não dispõem de veículo próprio, ou ainda os que estão habituados ao frenesim das cidades cosmopolitas, onde o vai-e-vem quase tonstante de viaturas, ora amarelas pretas, ora azuis e pretas, ou ainda axadrezadas, que circulam ao longo da calada da noite, transportam quem delas precisa a toda a hora, em qualquer lugar.

Mas, em Luanda, isso ainda não ocorre. Nem mesmo nos locais onde é mais provável o surgimento ou o estacionamento das viaturas de aluguer. Por exemplo, quem habita na cidade do Kilamba e queira dirigir-se a qualquer outro canto de Luanda e regressar a casa mais tarde, dificilmente encontra um táxi à mão. Ainda que se dirija ao aeroporto Internacional 4 de Fevereiro para alugar um táxi não encontra este meio de transporte. E, quando surge, ou já está alugado ou

acabou de chegar da circunscrição para onde o cliente pretende ir e o condutor do veículo, que decide a seu "bel-prazer", não quer regressar àquele lugar. Já as famosas carrinhas azuis e brancas, que durante o dia provocam enormes enchentes e transtornos no trânsito urbano, ao cair da noite escasseiam. Os seus condutores preocupam-se mais em entregar os valores arrecadados ao longo do dia ao patrão e outros ainda esmeram-se na lavagem e preparação da máquina para a jornada do dia seguinte. Os veículos, esses, ficam parados até surgir a alvorada. Luanda com estes "serviços de táxi" é apenas servida nas principais estradas e avenidas. As travessas e ruas secundárias não estão abrangidas, os veículos raramente lá chegam. Por exemplo, quem deseja deslocar-se às imediações dos Congolezes, com destino ao hospital Jo- sina Machel (no centro da cidade), terá de seguir num táxi que liga à Maianga e dali segue à pé até à unidade hospitalar. Quem pretender chegar ao hotel Alvalade, ido da zona de S. Paulo de Assunção de Luanda, terá necessariamente de descer no entroncamento junto à Faculdade de Direito e daí palmilhar, pelo menos, mais um quilómetro até chegar ao seu destino. Embora nos últimos tempos tenham surgido novos serviços de táxi na capital, a sua maioria ainda se rege por actuando com base em publicidade enganosa. Nas viaturas aparece estampado, em letras garrafais, o endereço telefónico, e até o electrónico, do serviço de 24 horas que não prestam, uma vez que em caso de necessidade a altas horas da noite, ou o terminal está desligado ou está indisponível. Se já houve tempos piores em termos de serviços prestados pelos táxis em Luanda hoje, timidamente, começa a notar-se um serviço personalizado e com certa regularidade, em que apenas uma pessoa aluga o veículo e segue viagem com o motorista, sem mais ninguém. Também aqui, há um mercado paralelo. Para suprir esta e outras lacunas, coabita na cidade de Luanda, sobretudo no aeroporto 4 de Fevereiro, um serviço de táxi paralelo, em que usuários de veículos particulares interceptam os passageiros que chegam.

Ao que consta é uma oferta provida de algum risco, uma vez que nunca se sabe quem será o cliente. Pode ser um potencial delincente que, eventualmente tenha por tarefa apoderar-se do veículo e bens alheios. Mas o negócio parece ser rentável, porque se assiste a um crescente número de utentes de turismo que opta por esta via para angariar fundos, mesmo sob o olhar silencioso dos reguladores de trânsito que patrulham a zona aero-portuária.

### 3.3 Vendedores e clientes exigem saneamento básico e segurança policial

*Semanário Factual*

*13 A 20 de Abril de 2013*

No mercado do Sassa, sem saneamento básico e ineficiente limpeza, bem como ausência policial, os produtos à venda colocam em risco a saúde e a segurança dos mais de três mil vendedores e clientes que frequentam o maior mercado interprovincial da cidade de Caxito, constatou, nesta semana, o Factual. A situação, que prevalece há mais de dois anos, agrava-se a cada dia que passa, pois vários são os mercadores que vendem os seus produtos agrícolas e lacticínios a céu aberto, por falta de espaços condignos. O Factual constatou que o mercado está constantemente apinhado de gente de diversas localidades do Uije, do Zaire e de Luanda, mas, em contrapartida, a quantidade de lixo e a falta de classificação dos espaços consoante o tipo de produto em venda, retira o perfil de um mercado que une povos das três províncias. O mercado regista também a presença de crianças, que passam noites nas barracas para lavarem viaturas e ajudarem no carregamento de produtos diversos em camiões com destino ao Norte e ao Sul de Angola, a troco de 200 a 500 Kwanzas. De acordo com vendedores, que clamam por uma requalificação do mercado do Sassa, o mesmo não possui estruturas físicas que o definem como um mercado inter provincial. Há falta de frigoríficos para conservação de alimentos agrícolas e de lacticínios, assim como não há albergarias para os passageiros que decidem pernoitar para uma viagem a partir da madrugada. Acrescentam-se a esta situação a falta de segurança policial e a ausência do corpo de bombeiros, o que tem constrangido os clientes e mercadores, sempre que o recinto é invadido por animais selvagens ou por burladores. Maria Antónia, de 40 anos de idade, contou ao Factual que o mercado não oferece condições de segurança para salvaguardar a integridade física dos clientes e dos vendedores, pois muitos são os animais ferozes, serpentes e meliantes que invadem o recinto e apropriam-se dos bens e causam estragos irreparáveis. "Um caso recente aconteceu há 20 dias, quando duas crianças foram arranhadas por um animal desconhecido, ao entrarem pelas partes traseiras do mercado, onde se encontra um matagal, mas as crianças foram socorridas e, graças a Deus, que nada de pior sucedeu", afirmou Maria Antónia. A vendedora acrescentou que a taxa de pagamento para a venda no mercado do Sassa é elevada e que não justifica as condições de segurança e de saneamento básico degradante. Ela sugere a revisão da mesma taxa, bem como a qualificação do mercado com as

estruturas internas melhoradas, para a acomodação dos utentes. O Factual contactou a administração do mercado e soube desta, a existência de um plano em curso para a sua reestruturação e requalificação, a fim de servir, com maior abrangência, dependendo dos meios financeiros a serem disponibilizados pela Direcção dos Mercados e Feiras, a nível provincial. A administração revelou que os vendedores e camionistas não têm ajudado na segurança e na manutenção do local, facto que propicia um mau clima e a propagação do paludismo, a concentração de meliantes e a invasão de serpentes, pelo facto do mercado ainda se encontrar no interior de um matagal. O Mercado do Sassa é o maior a nível da província do Bengo e congrega mais de três mil vendedores e clientes.

### 3.4 Cidadinos aplaudem atitude da Polícia Económica

*Semanário Factual*

*13 A 20 de Abril de 2013*

Os utentes dos serviços de táxis a nível da província de Luanda estão satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela Polícia Económica, nos últimos dias, tendo em conta o combate à especulação do preço da corrida efectuado pelos taxistas, constatou q Factual.

Segundo cidadãos, a Polícia Económica deve continuar a autuar os prevaricadores e levá-los à barra do tribunal. Mesmo com as autuações, ainda é visível, nas ruas de Luanda, "azuis e brancos" a especularem os preços. Os mais corajosos estão a efectuar rotas curtas com um preço elevado. Em consequência, muitos passageiros são obrigados a percorrerem longas distâncias a pé para chegar ao destino. Em declarações ao Factual, alguns taxistas confirmaram que muitos colegas praticam linhas curtas devido ao engarrafamento' bem como ao mau estado das vias. Paulo Gaspar, morador do Cazenga e que trabalha na Mutamba, explicou que, muitas vezes, teve de regressar à casa depois de constatar que os taxistas efectuavam linhas curtas a cobrarem 200 kwanzas. Para Paulo Gaspar, o trabalho que estão a ser desenvolvido pela Polícia Económica é salutar. "Esperamos que este trabalho continue, no sentido de desencorajar os taxistas a praticarem o preço justo", referiu o cidadão. De lembrar que muitos taxistas estão a responder em tribunal, pelo crime de especulação. Alguns réus foram condenados a 60 dias de multa, equivalentes a 27 mil Kwanzas, uma taxa de justiça no valor de 25 mil e 500 kwanzas a favor do defensor officioso. Só no dia 11 de Abril, vários taxistas foram autuados pelos agentes da Polícia Económica por encurtarem a rota, quando

efectuavam serviço de táxi entre o Triângulo dos Congolezes e o José Pirão /Imbondeiro, cobrando 200 kwanzas por passageiro. Em outras circunstâncias, os taxistas são condenados a pagar uma multa de 13 mil e 500 Kwanzas equivalentes a 30 dias de prisão, e uma taxa de justiça no valor de 14 mil e 250 Kwanzas a favor do defensor officioso. Facto que pode ser evitado se os taxistas agirem de acordo com a Lei. Para a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), a atitude dos seus membros é condenável e ilegal. A ATL afirmou ainda que as autoridades, no caso a Polícia Económica, estão munidas de razões para procederem à detenção dos taxistas que forem apanhados a especular.

### 3.5 Lealdade perto do fim

*A Capital*

*13 De Abril de 2013*

concorrência de leal empresários nacionais queixam-se de que são vítimas constantes de concorrência desonesta! praticada por grupos estrangeiros estabelecidos no mercado. Mas informações em posse desse jornal sugerem que tal prática pode estar perto do fim

As prática desonestas de que muitos empresários nacionais se dizem vítimas por parte de empresas com as quais disputam um dado negócio parece terem fim à vista. E que está em perspectiva a criação de uma entidade que terá a responsabilidade de regular a concorrência no mercado e lidar com as tendências monopolistas e oligopolista. Trata-se do que se chamará Instituto do Mercado de Concorrência, organismo a ser tutelado pelo Ministério da Economia, segundo revelou uma fonte deste jornal junto daquele pelouro. Na missão de regular o mercado nesse aspecto, o futuro instituto servir-se á de uma lei específica: a Lei de Defesa da Concorrência e Prática de Comércio Desleal, instrumento jurídico que tem faltado ao país desde que se abriu à economia de mercado. Segundo a fonte, o Governo tem já em estudo uma proposta de diploma nesse sentido que, na essência, afasta quaisquer abusos de posição dominante e outras práticas com efeitos lesivos aos consumidores. Tal instrumento vai funcionar também como estimulador da produção interna, além de ser uma medida que visa proteger os consumidores de um mercado, onde são frequentes queixas sobre concorrência desleal. Angola é um mercado onde a concorrência, nalguns ramos, já começa a ser efectiva, nomeadamente nos sectores das bebidas, da banca e dos seguros que, em função da entrada de novos operadores, tem permitido a que haja alguma diversificação de serviços e preços cada vez mais competitivos. Uma



realidade que, entretanto, carece de legislação que possa garantir o respeito por uma disputa saudável entre intervenientes de um mesmo segmento de negócio.

Num dos seus artigos, o projecto de lei prevê proibir os acordos e práticas concertadas entre empresas e as decisões de associações de empresas que «tenham por objecto ou como efeito impedir, falsear ou restringir a concorrência no todo ou em parte do mercado nacional». Uma situação um pouco parecida com o que se passa no sector da telefonia móvel, onde, apesar do interesse de outros investidores, o negócio está limitado a dois operadores. Assim, a proibição prevista na proposta de lei visa, no essencial, emprestar, num quadro de livre iniciativa e economia de mercado, competitividade às empresas. O diploma interdita ainda os auxílios às empresas concedidos por qualquer ente público ou através de recursos públicos, susceptíveis de restringir ou afectar a concorrência. Na verdade, uma economia como a de Angola tem motivos de sobra para clamar por uma lei da concorrência.

Numa das suas análises a respeito, jurista português Ricardo Junqueiro apresenta as vantagens para a economia angolana da criação de uma lei que se encarregue de regular a concorrência. Ele baseia a sua análise na tese de que só um mercado fundado na concorrência poderá fazer de Angola o verdadeiro centro económico da África Subsariana, capaz de atrair investimentos quer nacionais como estrangeiros. Por essa mesma razão, defendeu, em artigo publicado no jornal *Expansão*, a urgência da implementação de uma política de concorrência, por via da qual acredita que Angola "terá uma economia mais desenvolvida e robusta", com as empresas e os consumidores a serem os principais beneficiários do processo. A mesma ideia é defendida por Russell Pittnman, chefe da Secção de Política de Concorrência, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Num artigo de sua autoria, Pittnman avança razões que explicam a importância de uma lei de concorrência nos países em desenvolvimento. Segundo Pittnman, a maioria de países com economias nesse estágio de desenvolvimento dispõem de um conjunto de grandes empresas que dominam determinadas áreas de actividade, por causa de políticas e práticas governamentais do passado. O perigo, porém, está no facto de que quando tais empresas forem privatizadas, «elas não receberão de bom grado o surgimento da concorrência para os seus produtos no mercado doméstico», podendo, de acordo com o especialista, «tomar medidas com o objectivo de impedir a importação ou a distribuição de produtos concorrentes». Contra isso, diz o especialista, caberá às autoridades encarregues de

fazer cumprir a legislação Corpo do texto. Corpo do reguladora da concorrência a tarefa de neutralizar tais iniciativas, garantindo que a abertura das fronteiras ao comércio resulte numa disputa saudável nos mercados domésticos.

Numa segunda razão, Pittnman analisa os casos em que a liberalização económica incluiu a quebra do monopólio das grandes empresas, onde pode haver uma tendência, por parte dos administradores dos componentes recentemente separados das velhas empresas, a cooperar em vez de competir no mercado. Para ele, uma cooperação do género pode assumir a forma de acordos para a formação de cartéis, e tais acordos podem ser facilitados pela criação de associações de empresas do mesmo ramo cuja relação de membros consiste de todos os novos componentes da velha empresa. Assim como o comportamento abusivo das empresas dominantes, se a cartelização em vez da concorrência for o resultado da liberalização, muitos dos benefícios da liberalização não atingirão o público.

Em África, diversos países como a África do Sul, o Egipto, os Camarões, a Namíbia e, mais recentemente, Moçambique, entre outros, dispõem igualmente de lei da concorrência. Angola, no entanto, ainda não possui um tal mecanismo, o que levou Ricardo Junqueiro a sugerir as autoridades angolanas a incluírem na lista de prioridades para 2013 a adopção de um regime jurídico da concorrência.

### 3.6 Cestas básicas registam alta de preços

*Jornal de Angola*  
16 De Abril de 2013

O nível geral do índice de Preços no Consumidor (IPC) da cidade de Luanda registou uma variação de 0,66 por cento entre os meses de Fevereiro e Março, referem dados revelados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Os mesmos números mostram uma diminuição de 0,16 por cento da variação registada entre Janeiro e Fevereiro de 2013 que foi de 0,82 por cento.

A informação do INE difere do que foi observado pelo *Jornal de Angola* em alguns supermercados e mercados informais. No geral, os preços da cesta básica aumentaram substancialmente e em alguns casos chegaram ao dobro.

No supermercado Angoalimentos, situado no bairro do Miramar, para comprar a cesta básica são

necessários mais de 15 mil kwanzas, o correspondente ao salário mínimo nacional.

Naquele espaço comercial, o saco de arroz de cinco quilos custa 850 kwanzas e o de feijão branco 340, o litro de óleo vegetal, 270, o pacote de esparguete 200 e quilo de açúcar 170.

O frango congelado de 1300 gramas custa 740 kwanzas, a caixa de 30 ovos de produção nacional 950, o quilo de peru 970 kwanzas e o de tomate importado, 660.

No supermercado Kero, cinco pães pequenos custam 125 kwanzas e a lata de leite Nido 2.300. Os preços do litro de óleo e do quilo de arroz e de açúcar variam entre 150 e 200 kwanzas.

O quilo de feijão e a unidade de frango congelado custam 500 kwanzas. Estes preços em relação aos de Março registam aumentos entre 0,82 e 100 por cento. O preço da corrida de táxi colectivo aumentou 100 por cento.

Num gráfico comparativo da subida de preços de produtos como tubérculos, verduras e hortaliças, a batata rena lidera a lista. A seguir estão a carne bovina, cujo quilo é vendido a 500 kwanzas e a galinha rija importada, 550.

Produtos como carne seca, chouriço, presunto, fiambre e azeite palma, que fazem parte da lista de produtos básicos, também têm preços ligeiramente altos.

#### Mercado informal

Nos mercados paralelos do Catintom, Quilómetro Trinta e Quicolo, ponto de chegada de viaturas que transportam produtos do campo, um balde de cinco litros de tomate, de batata rena ou cenoura custa entre os 800 e mil kwanzas. O quilo de arroz custa 200 kwanzas e o de açúcar 250, o litro de óleo alimentar, também 250 e a barra de sabão azul, 200. O quilo da fuba de bombó custa 200 kwanzas e o da de milho, 250, quatro carapaus frescos, mil e leite Nido, o dobro. Também nestes casos, os preços são mais elevados do que Março.

Ana Maria, vendedeira no mercado de Quicolo, disse que aumentou o preço do monte da batata rena de cem kwanzas para o dobro porque o do saco passou de mil para dois mil kwanzas.

Ajuntar há a subida dos preços cobrados pelo serviço de táxi que também duplicou. Por uma viagem de São Paulo à Mutamba paga-se 200 kwanzas, quando em Março e pagava metade.

O mesmo preço é cobrado pelos trajectos Aeroporto -Mutamba, Samba -Benfica, Mutamba-Congolenses, Primeiro de Maio- Viana e Cuca-Sanatório.

O Executivo propôs a meio de 2011 um conjunto de medidas de natureza tributária, legal e administrativa destinado a reduzir as despesas aduaneiras e os encargos portuários na importação dos produtos que integram a cesta básica.

O princípio é que os serviços tributários devem ser articulados progressivamente de acordo com consensos conseguidos com parceiros que lidam com a importação e exportação de mercadorias, com o objectivo de salvaguardar a produção nacional e os propósitos da Pauta Aduaneira que entrou em vigorem 1 de Janeiro de 2012.

### 3.7 MPLA homenageia comerciantes da capital

*Semánario Agora*

*20 De Abril de 2013*

135 Vendedoras veteranas do mercado S. Paulo, em Luanda, receberam do Comité Provincial de Luanda do MPLA um incentivo de 2.000 kwanzas, como forma de estimular e reconhecer a sua actividade comercial

O Secretário para a Mobilização e Organização da Periferia do MPLA, Bento dos Santos Kangamba, aproveitou a homenagem, realizada na quarta-feira a comerciantes com mais de 50 anos de praça, para reafirmar o compromisso do seu partido no cumprimento das promessas eleitorais.

"Mesmo aqueles que não estão filiados no MPLA, desde que sejam vendedores deste mercado terão o mesmo tratamento porque o nosso lema é resolver os problemas do povo", disse, acrescentando que o partido está empenhado na resolução dos problemas que mais afectam a população, como o abastecimento de energia eléctrica e o fornecimento de água potável.

Na mesma intervenção, o político realçou as principais linhas do manifesto eleitoral e do programa de governação do MPLA para o período do 2012 a 2017, sublinhando que o combate à pobreza é a maior prioridade para esse quinquénio.

O "legado de Agostinho Neto", segundo o qual "o mais importante é resolver os problemas do povo", está a ser cumprido, reforçou Bento Kangamba, destacando "o papel relevante do Presidente José Eduardo dos Santos e do Executivo" nesse processo. E.M.

### 3.8 Cartões chips no mercado negro

*Semánario Agora*

*20 De Abril de 2013*

Marquitos adquiriu uma viatura. Contactou o Hélder por telefone, para dar conta do seu interesse. O indivíduo no outro lado da linha respondeu positivamente e pediu-lhe para fazer um primeiro depósito de 20 000 USD numa conta bancária, para que a partir do Dubai, onde se encontra em negócios, fará a aquisição.

Mas está longe de imaginar que esse é apenas o início de uma novela rocambolesca. Volvidos alguns dias, Marquitos tornou a ligar para Hélder, a fim de saber como decorria o processo para aquisição da sua viatura. Supostamente atendido por via do sistema roaming recebe a informação de que tudo está a ser muito bem encaminhado.

Passados cerca de quarenta e cinco dias, tem conhecimento que o carro chegou a Luanda. Mas está em nome do comprador o Hélder, o vendedor, que nunca saiu do país, liga para o seu cliente a inform-lo que as autoridades policiais o prenderam e solicitam a presença do proprietário para prestar depoimentos. Declina. Mas, do outro lado, o comprador, com receio de perder a sua viatura, é forçado a desembolsar mais 20 000 USD entregues à um suposto agente da "Polícia" para libertá-lo e "abafar" caso.

Mas essa é apenas uma das muitas redes de malfeitores que actua em Luanda. Encaixaram os 20 000 USD para que Marquitos fizesse as démarches e não fosse preso por posse de cocaína, e desapareceram sem deixar rasto, como se nunca tivessem existido. E quando quem encomendou a viatura liga para reaver o seu dinheiro e o veículo, alegadamente apreendido pela Polícia, os telefones estão desligados e o escritório indicado como representação da empresa, vazio.

Mas, "há outros cenários, nomeadamente o do terrorismo e da chantagem" que todos os dias chegam ao nosso conhecimento por via dos meios modernos de comunicação, que não tardam chegarão ao país. Por si só, isso já não constitui novidade, a começar pela forma organizada como ocorrem assaltos de pessoas que entram nas dependências bancárias para fazer levantamentos de dinheiro.

Ministro anuncia combate Em Janeiro deste ano, Ângelo Veiga Tavares, Ministro do Interior, durante uma actividade que esse órgão promoveu em Luanda, disse que "a venda de números de telemóveis celulares não registados no mercado negro tem

dificultado as investigações policiais e complicado o esclarecimento de alguns crimes".

Uma equipa de reportagem do Agora esteve nalgumas locais da capital luandense, designadamente nos mercados dos Congolese, no município de Luanda, dos Kwanzas, no município do Cazenga e nas redondezas do distrito do Kilamba Kiayi, no sentido de averiguar a comercialização de cartões SIM (vulgo chips) das duas únicas operadoras de telefonia móvel do país, a Unitel e Movicel.

As séries 923, 926, 922 e 947 custam no mercado negro entre os 2.500, 2.000, 1.500 e 1.000Kwanzas respectivamente. Ainda durante a reportagem, constatamos que a maior parte das lojas da Unitel têm a venda o número 947 a 720 Kwanzas.

Uma vendedora de cartões SIM, que não aceitou divulgar o seu nome, disse que a "compra de um cartão SIM, tem a desvantagem de não se conseguir fazer a segunda via ou ser-lhe cancelado o número no caso dos 923, caso detectem que foi um número revendido, uma barreira no entanto transponível, quando se conhece alguém dentro das lojas".

Numa agência, o funcionário frisou que "qualquer pessoa pode adquirir acima de 40 números de telefone, sem a obrigatoriedade de ser agente. O entrave sucede apenas se o cliente quiser a segunda via do seu cartão SIM".

Os números da rede Movicel apesar de mais baratos, têm menos aceitação no mercado de venda paralela. Os agentes revendedores e as lojas comercializam cada cartão SIM dessa operadora a 500 Kwanzas.

As responsabilidades directas de sustentação do mercado informal, compete, em primeira instância as duas únicas operadoras e por arrasto, aos seus agentes revendedores. Durante vários dias e até ao fecho desta edição, apesar da insistência, não obtivemos respostas as questões que colocamos quer a uma quer a outra empresa. Pretendíamos saber entre outras questões, qual o critério de venda de números de telefones do sistema pré-pago, bem como, até que ponto ambas controlam os números entregues aos revendedores que depois acabam no mercado paralelo, com os riscos de segurança pública que são associados pelos órgãos correspondentes. Do mesmo modo, a intenção era também de conhecer o comportamento que estas companhias adoptam relativamente ao domínio da informação sobre a venda dos cartões SIM na rua.

Fonte afecta à Polícia Nacional questionou no entanto o controlo que as empresas de telefonia móvel exercem sobre os seus operadores, que,

eventualmente, vendem os cartões SIM na informalidade, sem o registo de identificação de quem compra. "É difícil depois localizar determinado elemento que usa vários números de celular, sobretudo quando não está registado, ainda que as operadoras tenham o controlo da localização da zona onde está a ser utilizado o número". Acredita ser também este um grande desafio para os órgãos envolvidos no combate e esclarecimento das diferentes tipologias de crimes, alguns dos quais de grande perigosidade, que assumem já carácter de organização e formação de quadrilha.

### 3.9 Proibida vendas nas ruas no distrito do Sambizanga

*Jornal de Angola*  
22 De Abril de 2013

A administração do distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, está a redobrar as acções para travar a venda desordenada nas ruas e passeios, sobretudo na zona de São Paulo.

De acordo com a administradora Maria Baptista, as zungueiras que voltarem a vender produtos nas ruas e passeios "são desobedientes, uma vez que lhes foi cedido um espaço nas imediações do mercado do São Paulo".

Maria Baptista lamentou que as ocupantes permanecessem no local pouco menos de uma semana, sob alegação de haver um número exíguo de clientes.

A Avenida dos Combatentes, a Rua Cónego Manuel das Neves e a Ngola Kiluanje são as preferidas pelas vendedoras. Porque dizem existir naquelas vias uma grande afluência de clientes. Durante algum tempo essas zonas eram higiénicas e com tráfego automóvel fluido, situação totalmente contrária à situação de agora, motivada pelo excesso de vendedores que diariamente produzem excessivas quantidades de lixo e dificultam a circulação de pessoas e veículos em todo território.

A administradora Maria Baptista caracterizou a situação de "muito complicada", na medida em que as vendedoras se recusam a vender os seus produtos em locais apropriados, com o propósito de se instalarem nas ruas, onde encontram clientela com facilidade.

A dirigente alertou que as reincidentes podem ser responsabilizadas criminalmente.

### 3.10 Reflexos da tardia execução do OGE

*Semánario Agora*  
20 De Abril 2013

PARA NÃO FUGIR AO QUE TEM SIDO REGRA, uma vez mais, e quando o ano já vai no quarto mês, os governos provinciais vivem o aperto da falta de recursos para normalização do exercício financeiro da sua actividade. Salvo para algumas questões correntes, o momento é de completo aperto, e a maior parte dos directores dos gabinetes de planeamento e secretarias, que são os que dão a cara nesses casos, já nem sabem que justificação dar aos seus credores.

A situação é complicada porque quem precisa do seu dinheiro sabe que o OGE já foi aprovado, ficando por explicar por que não é pago. Os incumprimentos deixam assim de ser atribuídos à instituição que é o Governo no seu todo, passando a ser rotulados como uma 'manobra' de quem faz a programação dos pagamentos, a nível local, e dos governadores provinciais que lideram esse processo. Embora não seja uma prática de todo alheia ao que também tem constituído comportamento nalguns governos provinciais, este não parece, no entanto, ser agora o caso.

Mas, esse grande aperto era previsível com as mudanças que ocorreram e no prolongamento, também previsto, da discussão e aprovação do OGE ao nível da Assembleia Nacional. Em face disso, também era previsível para os governos provinciais, que ao nível central existisse maior sensibilidade e celeridade na disponibilização de recursos, para se recomeçar a trabalhar com normalidade e, não menos importante, para se honrar compromissos. particularmente, para debelar a instabilidade que - por força da falta de injeção de dinheiro para pagamento da dívida pública contraída está a afectar um número considerável de empresas. Em consequência, aumentaram as que já faliram porque ninguém paga a ninguém, e centenas, senão mesmo milhares de trabalhadores, foram de novo para o desemprego, agravando a pobreza, a fome, a miséria e o abandono escolar de inúmeras crianças porque os pais deixaram de ter recursos.

Informações que nos chegam de algumas províncias dão conta de vários casos dramáticos, principalmente naquelas onde há grande pressão social, como Benguela, Huambo, Huíla e Cabinda. E mesmo em Luanda, a situação não difere muito, embora a proximidade ao poder permita fazer mais 'corredores'. Mas, os indicadores do aumento da dívida pública, porque não se está a pagar às



empresas de construção, por exemplo, são sintomáticos de uma crise com graves reflexos sociais. Isto porque essa descapitalização empresarial fará aumentar a carestia no estrato da população que mais sofre essas alternâncias da capacidade de solvência financeira do Estado, que é o maior empregador e também o maior absorvente da prestação empresarial privada.

Portanto, o Governo tem a obrigação de encontrar uma solução rápida para essa preocupação, que não é bem sentida ou equacionada no interior dos órgãos decisores em Luanda, um pouco também por culpa do receio e dificuldade que algumas autoridades provinciais têm, por vezes, na abordagem frontal dos seus problemas - criados, na maior parte das vezes porque ainda há medo de se fazer a descentralização do poder administrativo.

E se partirmos do princípio de que 'quem parte e reparte fica com a melhor parte', ou seja, de que quem paga a dívida pública ao nível das províncias priorizará as suas empresas, digamos que, da entourage afecta à própria governação se pode concluir que momentos ainda mais difíceis estão para vir, para os que se encontram na linha periférica dos credores VIP.

Se 'é assim que tem de ser', que ao menos se tenha em conta o grande envolvimento da maior parte delas, numa luta em contra-relógio para a execução de obras que contribuíram para arregimentar multidões e, conseqüentemente, votos, durante a disputa eleitoral. Até porque, se pretendemos efectivamente crescer e resolver os inúmeros problemas que nos afectam, é necessário manter esse ritmo e não continuar a alimentar os altos e baixos que caracterizam, ciclicamente, a gestão pública, complicando a vida dos empresários. E que não se incorra também no erro de priorizar o pagamento de empresas estrangeiras, em detrimento das nacionais. Afinal, o equilíbrio, também aqui, é importante e necessário, tendo em conta que, da estabilidade do empresariado, sem discriminação, depende de igual modo, a de milhares de famílias angolanas.

Por mais alto que falem os interesses de certa classe, não ter essa questão em devida conta pode significar o abortar prematuro de estratégias de desenvolvimento, intrinsecamente ligadas ao programa de combate à pobreza, embora existam outros factores agravantes.

### 3.11 Vendedores mobilizados para o desfile ao trabalhador

*Jornal de Angola*

*28 De Abril de 2013*

O secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Mercados informou que 15.517 vendedores e trabalhadores administrativos das praças de Luanda estão mobilizados para o desfile do 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, que se vai realizar na Praça da Independência. Manuel Castro disse à agência de notícias Angop que os vendedores que vão desfilar foram mobilizados nos 60 mercados oficiais existentes na província de Luanda. O dirigente sindical reconheceu que existem algumas dificuldades encontradas na sensibilização dos trabalhadores desse ramo de actividade, mas disse acreditar que vão aparecer em massa na emblemática praça, onde, desde 1976, é comemorado o Dia do Trabalhador.



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Gestão orçamental é positiva

*Jornal de Angola*  
04 De Abril de 2013

O Conselho de Ministros aprovou ontem o balanço da execução financeira do quarto trimestre de 2012 e considerou na generalidade positivo o desempenho das unidades orçamentais.

Na reunião, dirigida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi aprovada a programação financeira do tesouro para o segundo trimestre de 2013, que contém uma projeção de fluxos mensais no trimestre das receitas e das despesas orçamentadas, e das operações de transferência de recursos decorrentes de operações de crédito autorizados no OGE 20 13.

O Executivo anunciou ainda a aprovação do seu programa legislativo para o corrente ano, um instrumento de trabalho que vai permitir a organização sistematizada das principais iniciativas legislativas dos diversos departamentos ministeriais e possibilitar a sua adoção de acordo com a ordem de prioridades e dos objectivos definidos pelo titular do poder Executivo.

O Conselho de Ministros aprovou também o regulamento e o plano executivo contra a violência doméstica, diplomas com que o Executivo pretende melhorar a coordenação de ações dos vários atores que trabalham na problemática violência doméstica.

O regulamento define os princípios a observar no atendimento às vítimas de violência doméstica, no intuito de salvaguardar tanto a dignidade, como o sigilo profissional e a celeridade na instrução dos processos. O plano executivo comporta as ações combater o fenómeno e moralizar a família e a sociedade.

Foi também apreciada uma proposta de revisão pontual da Lei de Aviação Civil, com o objetivo de adequar o diploma à Convenção de Chicago, que entrega a investigação de acidentes e incidentes aeronáuticos à responsabilidade de um organismo independente do órgão regulador da aviação civil.

No domínio dos petróleos, o Conselho de Ministros apreciou as bases gerais estratégicas para a licitação de blocos nas zonas terrestres das Bacias do Kwanza, e do Baixo Congo, tendo recomendado a solicitação da autorização legislativa à Assembleia Nacional.

Recentemente, o Presidente da República criou uma comissão interministerial para a implementação da divisão da zona terrestre das bacias do Kwanza e do Baixo Congo em blocos de concessão petrolífera.

O Chefe do Executivo pretendeu, com esta medida, promover novas oportunidades de negócios para acomodar e inserir o empresariado nacional no sector petrolífero angolano.

Além de catalisar a intensificação e expansão das atividades de exploração, por via da licitação de novas áreas marítimas e terrestres, sobretudo nas bacias do Baixo Congo e do Kwanza, tendo em vista a descoberta de novos recursos e o aumento das reservas petrolíferas do país.

O sector de Energia e Águas voltou a marcar presença na agenda de trabalhos do Conselho de Ministros. Desta vez, o órgão de consulta do Presidente da República deu "luz verde" a propostas de atos legislativos que aprovam o contrato de execução, fornecimento e montagem da linha de transporte Cambambe/Ca- tete, e outro para linha de transporte Cambambe/Gabela, localizadas nas províncias do Kwanza-Norte e Kwanza-Sul,

Respectivamente. O investimento nas linhas de transporte de energia vem na sequência do aumento da capacidade de produção da central de aproveitamento hidroeléctrico de Cambambe, ações que estão inseridas no programa do Executivo para a melhoria das condições de fornecimento de energia eléctrica às populações.

A barragem de Cambambe integra o sistema com Capanda e fornece energia eléctrica às províncias de Luanda, Uíge, Malange, Kwanza- Sul, Kwanza-Norte e Bengo. Este ano vai abastecer também a província de Benguela.

O Conselho de Ministros apreciou igualmente uma proposta de lei que estabelece o Regime Jurídico do Sector Empresarial Público, instrumento com o qual o Executivo pretende empreender uma maior eficácia na gestão deste sector, através da definição de critérios e normas orientadoras aos gestores, e da regulação das relações do Estado com as suas empresas.

A proposta de lei, de acordo com o comunicado do Conselho de Ministros ontem divulgado, estabelece ainda a obrigatoriedade de celebração de contratos-

programa entre o Estado e outras entidades públicas e entre empresas públicas.

## 4.2 Estudo da KPMG revela que 60 por cento do orçamento é destinado à educação e à saúde

*Jornal Expansão*

*05 De Maio de 2013*

Denominado “Situação Actual em Angola”, o estudo indica que o sector da educação consumiu, em 2012, 39 por cento do orçamento de responsabilidade social empresarial no País, enquanto a saúde absorveu 21 por cento do total. MARCELINO VON-HAFF, 2013-04-26 11:51:00

O sector da educação e o da saúde consumiram, juntos, 60 por cento do orçamento destinado à responsabilidade social das diferentes empresas que actuam no mercado nacional durante o ano de 2012, segundo indica um estudo publicado recentemente, em Luanda, pela consultora KPMG, durante a primeira conferência sobre "Responsabilidade Social Empresarial - Desafios e Oportunidades".

De acordo com Filipa Rodrigues Carmona, assessora de serviços da KPMG, em relação à educação, o principal foco tem sido a formação dos colaboradores e o desenvolvimento dos programas de sucesso e retenção escolar, sublinhando que a capacitação informática é uma das subáreas de actuação do sector, com 35 por cento. Destacam-se ainda as infra-estruturas escolares, igualmente com 35 por cento, escolaridade e alfabetização (52%), programas de retenção (65%) e formação dos colaboradores (74%).

Informou que, para a implementação destas iniciativas, os parceiros preferencialmente utilizados nesse processo são as direcções provinciais da educação, governos provinciais, entidades privadas (universidades) e associações locais.

Para o director de comunicação e imagem da Sonangol EP, João Rosa Santos, a responsabilidade social empresarial é parte integrante da instituição que representa, devido às boas práticas de governação corporativa que persegue. Referiu que a petrolífera nacional "é uma instituição pragmática e não teórica" e que, mesmo sem se falar da responsabilidade social, as suas práticas são visíveis. "A Sonangol é daquelas empresas que as suas acções de responsabilidades sociais estão à vista de todos", frisou.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Ministros da SADC reúnem em Luanda

*Jornal de Angola*  
03 De Abril de 2013

O Ministério da Administração do Território (MAT) realiza a partir de hoje até sexta-feira, em Luanda, os fóruns dos Governos Locais da Commonwealth (comunidade dos países de língua inglesa).

Dos ministros da Descentralização e Desenvolvimento Local da SADC e a terceira reunião do Bureau da Conferência Africana dos Ministros da Descentralização e do Desenvolvimento Local (CADEL-AMCOD).

De acordo com uma nota de imprensa do Ministério da Administração do Território, as reuniões decorrem sob o lema "Uma cooperação mais estreita para a governação e desenvolvimento local".

A cerimónia de abertura do encontro é presidida pelo ministro angolano da Administração do Território, Bornito de Sousa. Em Angola, o processo de descentralização e desconcentração administrativa vai ser reforçado com a implementação de autarquias locais.

Inicialmente, foram escolhidas várias localidades onde o processo começa a ser implementado de forma gradual. A cidade do Kilamba em Luanda (centralidade do Kilamba) está entre os modelos de gestão escolhidos para acolher o processo.

O país tem recolhido experiências de governos com histórico de sucesso na implementação das autarquias locais, como Moçambique (membro da SADC) e Cabo Verde (membro da CPLP).

Cabo Verde tem uma vasta experiência no domínio das autarquias locais, que foram criadas naquele arquipélago em 1991, com a eleição dos primeiros órgãos autárquicos e a descentralização administrativa.

Com este processo, foi conferido aos municípios o poder político de escolha livre dos seus órgãos e a faculdade de autoadministração.

### 5.2 Embrião da autarquia

*Jornal de Angola*  
05 De Abril de 2013

Em declarações à imprensa, Bornito de Sousa destacou o facto de a sede da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda ter sido inaugurada no dia em que se comemorava o Dia da paz em Angola.

"Queremos felicitar o Governo da Província de Luanda, o senhor governador, o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, todos os funcionários e particularmente os cidadãos, que ficam aqui com uma área em que podem estabelecer contactos com a administração e requer os serviços de que a referida comissão dispõe", concluiu o ministro, em breves palavras à imprensa.

O presidente da Comissão Executiva da Cidade de Luanda, José Tavares, considerou que a reinauguração da sede tem um "significado muito grande", pois vai permitir que os cidadãos de Luanda tenham um espaço condigno para serem atendidos e encontrarem a solução dos seus problemas.

A sede da Comissão Executiva da Cidade de Luanda foi ampliada e ocupa agora uma área total de 1.311 metros quadrados, contra os anteriores 1.130.

As obras, a cargo da construtora Somague Angola, tiveram a duração de sete meses, de Junho de 2012 a Janeiro de 2013. Entre as várias justificações para a remodelação da antiga estrutura estão o elevado índice de degradação, fissuras e humidade das paredes e instalações elétricas danificadas.

### 5.3 SADC debate descentralização

*Jornal de Angola*  
05 De Abril de 2013

Carmelita Namashula, que falava na abertura do fórum dos ministros da descentralização e governação local da SADC, reconheceu que os países da África Austral têm consolidado os processos de legitimação da governação através da realização regular de eleições de nível nacional.

Que no seu entender é parte importante da participação popular no processo de tomada de decisões e responsabilização dos órgãos eleitos.

A também presidente da Conferência Africana da Descentralização e Desenvolvimento Local defendeu a definição de uma visão integrada regional para servir de base para a mobilização de recursos, com

vista à implementação de programas e atividades dos governos locais na região.

A ministra da Administração Local de Moçambique pediu aos seus homólogos uma reflexão sobre como a região pode desenvolver esforços integrados para melhorar a resposta à procura por serviços e infra-estruturas e promover o desenvolvimento local. No processo da busca de excelência na governação local, disse, o papel central não deve ser reservado "apenas aos governos centrais, mas também às associações de governos locais, que representam um nível de governação mais próximo das comunidades".

Carmelita Namashula saudou, durante a sua intervenção, o Dia da Paz em Angola, tendo sublinhado que os frutos da paz se refletem num acelerado nível de desenvolvimento económico e social, na construção de infra-estruturas, bem como na reabilitação do tecido humano.

"Esta é uma prova inequívoca de que só com a Paz se pode promover o desenvolvimento económico e social, por isso, deve ser preservada a todo custo, para benefício das atuais e das futuras gerações", disse a presidente do Fórum dos Ministros da Governação Local da SADC.

Hoje tem lugar a terceira Reunião do Bureau da Conferência Africana dos Ministros da Descentralização e do Desenvolvimento Local-CADDEL.

Participam no encontro, além de Angola como anfitriã, representantes da Argélia, África do Sul, Botswana, Camarões, Djibouti, Ilhas Maurícias, Ilhas Seychelles, Lesotho, Moçambique, Malawi, Namíbia, República Democrática do Congo (RDC), Senegal, Swazilândia, Madagáscar, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

## 5.4 Debate nacional sobre o poder local

*Semanário Factual*

*De 06 a 13 de Abril de 2013*

O Executivo angolano está a desenvolver uma ampla discussão com vista à procura de consensos sobre o calendário e procedimentos para a organização das autarquias no país, anunciou quarta-feira, 03, em Luanda, o ministro angolano da Administração do Território, Bornito de Sousa.

O ministro abordou este tema quando procedia à abertura da Reunião Regional dos Governos Locais da África Austral, tendo informado que um programa transversal está a ser preparado pelo Executivo com

o objetivo de levar o tema "autarquias" ao amplo debate.

Segundo afirmou, neste momento o Executivo encontra-se numa fase de preparação para implementar a agenda de descentralização, que culminará com a criação das autarquias locais a nível dos municípios e das cidades.

Assim, Bornito de Sousa referiu que é interesse de Angola partilhar e aprender matérias relativas às autarquias, com base na realidade de outros países e regiões de África e não só.

Na sua intervenção, o dirigente reiterou o empenho do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em continuar a desenvolver "um dos mais ambiciosos programas de combate à pobreza, desenvolvimento e modernização no país".

Segundo o ministro, o empenho do Chefe de Estado angolano é extensivo ao fortalecimento da paz e das instituições democráticas, inclusive a nível local.

A Reunião Regional dos Governos Locais da África Austral é uma iniciativa conjunta do Programa das ações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo das ações Unidas de Capital e de Desenvolvimento, bem como do Fórum Local dos Governos da Commonwealth.

## 5.5 SADC faz aposta no poder local

*Jornal de Angola*

*07 De Abril de 2013*

Os ministros da Administração local defendem a realização de estudos sobre a descentralização e financiamento dos governos da SADC para consolidar e apoiar as políticas de desenvolvimento e reformas locais.

Os ministros da SADC reafirmaram o compromisso de continuar a desenvolver esforços para tornar a descentralização e desenvolvimento local parte da agenda da governação nos países membros da comunidade e levar o progresso e o bem-estar às comunidades.

Na Conferência Ministerial Africana da Descentralização e do Desenvolvimento Local, que terminou sexta-feira em Luanda, os ministros da descentralização decidiram construir África a partir dos seus territórios, definir políticas e estratégias locais e construir parcerias com actores locais. Os ministros africanos responsáveis pela descentralização e desenvolvimento local pretendem que a Conferência Ministerial Africana da Descentralização

e Desenvolvimento Local se torne num Comité Técnico Especializado da União Africana até Janeiro do próximo ano. Neste sentido, propõem a criação do Alto Conselho das Autoridades Locais e a transformação da Conferência Ministerial Africana da Descentralização e Desenvolvimento num Comité Técnico Especializado da União Africana. A presidente da Conferência Ministerial Africana da Descentralização e do Desenvolvimento Local, Carmelita Namashulua, disse que os ministros avaliaram aspectos fundamentais como o funcionamento da organização, estágio do desenvolvimento da Carta Africana relativa ao processo de descentralização que já está em elaboração e o plano de actividades para 2013. A ministra da Administração Estatal de Moçambique referiu que o Dia Africano da Descentralização, comemorado em Agosto, foi avaliado e perspectivado como é celebrado este ano.

#### Associações locais

Carmelita Namashulua salientou que os governos locais jogam um papel "muito importante" na criação de condições para o desenvolvimento económico local. Por isso entende que uma melhor organização permite que as comunidades locais participem de forma activa e dinâmica no processo de desenvolvimento. A ministra moçambicana que preside esta organização da SADC afirmou que o processo de descentralização é uma realidade nos países da Africa Austral. Sublinhou que apesar dos países membros da SADC estarem em etapas de desenvolvimento diferentes, "há um grande compromisso político no sentido de se reforçar o desenvolvimento, tendo em conta as várias práticas que existem nos países, experiências e realidades específicas". Carmelita Namashulua disse que os ministros devem reconhecer que as associações locais jogam um papel importante no processo de desenvolvimento local e que "por isso, as autoridades tradicionais devem passar toda as informações ligadas ao processo de desenvolvimento ao governo e promover o desenvolvimento local". A ministra disse que o objectivo do encontro dos ministros da Administração Local foi decidir sobre o papel do governo local na promoção do desenvolvimento da região e a importância do envolvimento da SADC. Disse, igualmente, que a reunião procurou chegar a um acordo relativamente às prioridades de desenvolvimento regional para a governação e o desenvolvimento local e prestar informação sobre os programas de mobilização de recursos na região. Os participantes reconheceram a importância do papel potencial que a SADC desempenha na promoção e fortalecimento do

diálogo político e nas questões regionais relacionadas com o desenvolvimento e com a governação local.

Os ministros participantes admitiram apoiar os esforços dos países membros da SADC na erradicação da pobreza e promover o desenvolvimento sustentável através dos governos locais. Para os ministros, estes resultados ao nível do desenvolvimento podem ser alcançados através de prioridades programáticas como a aplicação da descentralização e do desenvolvimento local, financiamento dos governos locais, prestação de serviços inclusivos, fortalecimento da capacidade dos governos locais e desenvolvimento económico local.

## 5.6 A personificação das autoridades tradicionais no sistema consuetudinário Angolano

*Manchete*

*12 De Abril de 2013*

Entende-se por "Autoridades Tradicionais" as entidades que personificam, o poder dentro de uma determinada formação de natureza 'político-comunitário' com vínculo tangível na tradição dos seus habitantes, observando o princípio do respeito pela Constituição e pela lei, fundamentalmente de acordo as normas costumeiras. O nosso país na condição de um estado democrático de direito reconhece com plena consciência o estatuto, o seu papel e as várias funções dentro do direito costumeiro sem que entre em conflito com as normas jurídicas convencionais. Este reconhecimento, obriga as pessoas jurídicas públicas e privadas ao respeito no que tange a interacção entre ambos. O próprio Estado, enquanto garante da democracia respeita as instituições do poder tradicional e cria políticas para o desenvolvimento comunitário.

Mas as praticas que atentam a dignidade da pessoa humana é sempre motivo de repúdio e censura. No abrigo da Constituição da Republica de Angola consagra no artigo 7º as seguintes disposições normativas: É reconhecida a validade e a força jurídica do costume que não seja contrário à Constituição nem atente contra a dignidade da pessoa humana. Embora, vários juristas questionam-se a cerca da ambiguidade do presente disposto, a questão na base da ambiguidade prende-se em saber o que é contrário à Constituição, sendo o nosso país possessor de diversas formas de se observar os costumes de modo subjectivo ... o exemplo acabado são os "Mukubais" que expõem a nudez do peito em público sem que nisto haja a intenção de assediar, mas o cumprimento à honra pela tradição dos seus ancestrais. Aliás, a não observância deste



procedimento é sinónimo de infracção à contravenção das normas costumeiras. Por isso a definição de cultura e a sua função prática numa sociedade ou em Urbe moderna é ainda motivo de debate. Mas o que pode ser alvo consensual são os actos culturais que identificam a origem de um povo e o possibilitam, olhar com precisão um futuro colorido de sua alma tradicional. Por que é o passado que revela o presente e transfere um espírito futurístico capaz de traduzir a originalidade do legado patriarcal dos mais representativos valores e ideais dos seus povos, heróis e Monarcas. No sistema consuetudinário bantu em particular angolano a figura mais proeminente é seguramente, o Muene do quimbundo, Autoridade máxima de uma comunidade e do Umbundo, Cassoma. Cognominado por Soba pelos portugueses é uma corruptela da segunda designação e é o centro das decisões dos problemas na comunidade, auxiliados pelos kissegueles e outros actores do direito tradicional. De acordo, com o etnográfico e escritor, Óscar Ribas, no seu livro intitulado, ILUNDU, o termo Soba designam uma Autoridade suprema de uma tribo Africana; é ainda para o nosso pesquisador indivíduo de maior preponderância num meio. É o chefe de família. O que possui muitas mulheres. Conluio, porém, dizendo o maior, o principal. Pois a figura máxima do nosso sistema consuetudinário é o garante e a oclusão da justiça no seu espaço de jurisdição.

## 5.7 Literatura e Jornalismo o seu percurso histórico (conclusão)

*Novo Jornal*

*12 De Abril de 2013*

A CONFIRMAÇÃO que os intelectuais africanos que assumem o papel de uma elite política engajada, malgrado os condicionalismos que eram impostos pela sua condição social e as restrições políticas do regime, não se limitou apenas ao discurso crítico e polémico que vimos desfilar na imprensa africana, pois eles também são responsáveis pela criação de outros espaços de conjura política. Tal facto, dizíamos, pode igualmente ser testado justamente a partir dos conteúdos inscritos nos jornais da imprensa africana. O paradigma do teor político dos intelectuais africanos vem expresso em O Tomate. O que nos torna, de alguma forma esclarecidos a este propósito, é o título do artigo intitulado "A Independência de Angola". Aí estão plasmados os princípios reitores que, em última instância, deveriam conduzir os filhos do país ao golpe fatal, ou melhor, o documento que anuncia a proclamação da independência.

O que nos traz, de novo, este texto?

Por um lado revela que a acção ali projectada, resultava de um longo trabalho concebido num ambiente de perfeito sigilo, de conspiração absoluta. " ... há muito que os filhos de Angola se reuniam em diversas partes para tratar da sua emancipação". Os promotores da conjura neles indicados são justamente os proprietários e principais articulistas da imprensa africana que vimos tratando ao longo deste trabalho, a que se juntam nomes de figuras importantes da sociedade luandense de então que, pelo seu desempenho político, se revelaram adeptos da causa da independência. Diremos que ao tempo destas declarações, os espaços da colónia são ainda tão exíguos que não se explicam nos esforços para a extensão das suas fronteiras, agora também precipitadas pela corrente da disputa europeia. que se propõe legitimar a sua teórica pertença de territórios. Enquanto não se esclarecem definitivamente tais espaços coloniais, os angolenses ousam criar uma Angola, que se assume fora da lógica da administração portuguesa, quer do ponto de vista cultural como político. Os exemplos da contribuição de José Fontes Pereira e Joaquim Dias Cordeiro da Marta auxiliam a nossa compreensão do fenómeno. Os intelectuais, quando criam e inventam um país, Angola, recorrem à História, ao legado das resistências antigas que remontam aos sécs. XVI, XVII e juntam as do séc. XX. O caso mais paradigmático é efectivamente o incluir nesta gesta as figuras que no terreno enfrentavam, cada uma a seu jeito, as autoridades portuguesas, tais como Ekuikui e Ndunduma, sobe ramos do Bailundo e do Bié respectivamente e que ocupam o mesmo panteão dos heróis da causa da independência ... O debate que anuncia estas ideias, em pleno séc. XIX, é conscientemente elaborado e reporta-se ao espaço que se percorre nos dois sentidos, no interior da colónia onde o debate se desenvolve e nos espaços dos potentados, que oferecem, não apenas o legado histórico das resistências, mas a presença efectiva, como foi o caso de Ndunduma, o Soba Grande do Bié que, no texto dos independentistas em O Tomate, não deixou qualquer dúvida. O texto sobre a independência de Angola, que vimos no referido jornal mostra que, efectivamente, apesar de todos os constrangimentos que se punham à elite política dos angolenses engajados na causa da independência e que pontuaram na imprensa africana, já estão despidos de qualquer espécie de preconceito e iniciam a construção da nação. Na busca de um novo modelo de estado, que ultrapassa as fronteiras étnicas dos grupos que se batiam pela preservação da independência dos seus domínios, os angolenses anunciam a finalização da sua obra. Ela emana com estes políticos que se ensaiam na busca de uma

identidade colectiva que se afirma através da História dos povos que se opõem às tropas portuguesas. Não se tendo concretizado este sonho dos intelectuais da imprensa africana, em função do contexto político em presença, que lhes era desfavorável, temos que o projecto por eles delineado, expressa efectivamente a vontade e o querer País, fora da lógica da metrópole, um processo complexo que teria de esperar quase um século (84 anos) para a sua concretização, isto é, em Novembro de 1975. As consciências ditas individuais, no dizer de Mário Pinto de Andrade, que se bateram nas lides políticas pela libertação do país, ainda que constituídos num grupo restritos de intelectuais, são, quanto a nós, os pioneiros da luta política no séc. XX, que ousam a "invenção da nação".

## 5.8 Obra científica sobre autarquias é lançada hoje

*Jornal de Angola*

12 De Abril de 2013

A obra científica "A autonomia local e a organização do poder territorial em Angola", do docente universitário Carlos Feijó, vai ser apresen tada hoje, no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), em Luanda. Ó ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, prefaciou a obra que tem a chancela da editora Casa das Ideias. Bornito de Sousa escreve no prefácio que "a apreciação da noção de autonomia local com institutos afins e, especialmente, a clarificação de conceitos como descentralização, poder local e autarquia local permitem ao leitor afastar-se de equívocos frequentemente presentes na abordagem de matérias neste domínio". Bornito de Sousa acrescenta que o livro deixa claro o conceito constitucional amplo de "poder local" em Angola, que abrange as autarquias locais e as instituições do poder tradicional, designadamente autoridades tradicionais e outras formas de participação dos cidadãos. O livro, com 146 páginas, aborda questões como as "Dimensões da autonomia local", "Os entes colectivos territoriais ou locais em Angola" "O Estado Unitário" e "Tutela administrativa". Com uma tiragem de 1.500 exemplares, a obra fala ainda sobre "Autonomia local no ordenamento constitucional angolano" e "Configuração na Constituição Angolana". Carlos Feijó é formado em Direito pela Universidade Agostinho Neto. Em 2000 fez o mestrado em ciências jurídico-políticas pela Universidade Nova de Lisboa. Exerceu os cargos de vice-ministro do Trabalho, de secretário adjunto do Conselho de Ministros e ministro de Estado e Chefe da Casa Civil.

## 5.9 Eleições autárquicas são uma ilusão

*Novo Jornal*

12 De Abril de 2013

OS PARTIDOS POLITICOS da oposição estão incrédulos quanto à realização das eleições autárquicas anunciadas para 2015 pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa. Segundo o porta-voz do Partido da Renovação Social (PRS), Joaquim Nafóia, "os últimos pronunciamentos de alguns responsáveis do Executivo atestam o adiamento das eleições autárquicas em Angola". Por exemplo, recentemente, o secretário de Estado da Administração Local, Adão de Almeida, afirmou, na cidade do Lubango, na Huíla, que "não se deve discutir eleições sem se definir elementos fundamentais para a sua criação e funcionamento". O responsável esclareceu existirem "ainda muitas questões por discutir e decisões por tomar, por isso, se manifesta necessária a realização de um debate sereno, tranquilo e inclusivo para se chegar a conclusões adequadas à realidade angolana". Em seu entender, urge realizar um estudo de requisitos mínimos, saber se um ou outro município terá condições para ser transformado em autarquia e preparar recursos humanos para que as autarquias estejam em condições de fazer face a este desafio. Para Adão de Almeida, deve-se também definir o modelo de eleição dos órgãos para as autarquias, assim como o sistema de governo a ser consagrado. "Temos de saber qual o relacionamento entre o Estado e as autarquias (governo provincial e as autarquias) num plano municipal, o modelo de tutela administrativa, a relação entre as autarquias e o poder tradicional", acrescentou. O governador do Cunene, António Didalelwa, defendeu também a necessidade de "haver garantias de sustentabilidade, pois o estado de desenvolvimento socioeconómico dos municípios constitui pressuposto importante para o seu sucesso".

"Urge também estudar bem a situação para que, quando chegar a devida altura, implementar o processo com bastante sustentabilidade, porque nesta altura as receitas locais ainda são insignificantes e, assim sendo, os recursos advindos do Orçamento Geral do Estado continuarão a ser o peso de todo este processo", frisou. Bornito de Sousa reafirmou há dias na cidade do Soyo, província do Zaire, que há "pressões de certas pessoas para que sejam realizadas eleições autárquicas o mais rapidamente possível", pois confundem esse acto com as autarquias locais. O ministro esclareceu que as eleições autárquicas são apenas o fim da cadeia de um conjunto de actividades que devem ser organizadas no quadro das autarquias. "As eleições autárquicas até podiam ser realizadas

agora, mas o que tínhamos era, no máximo, administradores municipais eleitos, não autarquias locais. A realização de eleições autárquicas em Angola depende de um conjunto de condições que deve ser criado antes mesmo da sua concretização no país", acrescentou. Na sequência desses pronunciamentos, Nafoia salientou que "as eleições e a democracia não podem ser reféns de problemas técnicos. O Executivo deve pressionar as instituições responsáveis pela organização das eleições, de forma a cumprirem atempadamente com as suas obrigações", O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, considera que o gesto do governo não surpreende. O secretário do mesmo partido na província do Uíge, André Pindi, precisou que "as eleições autárquicas em Angola são uma ilusão. Conhecemos como é que as coisas funcionam em Angola. Ele o (Executivo) vai atrasando com algumas coisas para não haver eleições no prazo estipulado". Já o vice-presidente da CASA-CE, Lindo Bernardo Tito, disse que a sua organização vai usar todos os mecanismos legais para inviabilizar as intenções do partido da situação. O porta-voz da FNLA, Ndonga Nzanga, espera que o Executivo crie condições atempadamente para que as eleições aconteçam antes de 2017.

## 5.10 Stop! É proibido falhar

*A Capital*

*13 De Abril de 2013*

Em boa verdade, a presença do Chefe do Executivo angolano àquele estratégico município de Luanda, senão tanto, pode já estar a provocar alguma alteração arterial entre alguns sectores, de tão abertas que foram as críticas do que considerou de "graves problemas". Como se sabe, Luanda voltou a sentir na epiderme e, sobretudo, ao nível da sua ossatura com o "mau humor" de São Pedro, que uma vez mais destapou todas as feridas que pareciam cicatrizadas, mas que, no fundo no fundo, revelaram-se frescas e malcheirosas.

Há quem tenha sugerido uma visita mais alargada por parte do PR, algo que atingisse também outras moas que se viram literalmente sacudidas pelos últimos "espirros" de São Pedro e que clamam por urgente intervenção das autoridades do país, mas uma simples observação ao Cazenga serve de barómetro suficiente para medir a gravidade do problema que se transformou Luanda nos seus mais variados domínios. Longe do mesmo chover no molhado de sempre, há de certeza problemas bem mais cabeludos que carecem de intervenção urgente, quanto mais não seja pelo facto da cidade ainda carecer de infra-estruturas que facilitem a vida do cidadão e, mais do que isso, o saneamento básico tem ainda muito que

se lhe diga. O Presidente da República e a caravana que acompanhou, entre ministros, secretários de Estado, o governador provincial, administradores municipais, comunais e outros dignitários sabiam ao que iam quando decidiram aportar no Cazenga, onde, aliás, também foi realizada uma reunião técnica dedicada à problemática dos constrangimentos sócio-conjunturais de Luanda. É que, senão o mais, será um dos mais populosos da capital e considerado um tradicional bastião do partido no poder. José Eduardo dos Santos apercebeu-se da lentidão dos trabalhos para a sua requalificação, facto que tem colocado os seus habitantes com os cabelos eriçados. Como ele, outros trabalhos de investimento público encontram-se em marcha bastante lenta, como é o caso do Sambizanga, um outro emblemático município para aquilo que são as contas políticas de quem está no governo e, claro está, procura garantir a sua manutenção à frente dos destinos do país. Ainda distante dos agitados períodos eleitorais, é inteligente para quem está no poder que o trabalho de casa comece a ser feito quanto antes com vista a evitar dissabores. Isto porque Luanda já deu mostras de ser, nos tempos que correm, uma região volátil do ponto de vista político, onde o que era ontem já não será o mesmo amanhã.

Por isso, é normal que se encontre, quanto antes, uma fórmula que se revele eficaz para afastar, de uma vez por todas, todos os fantasmas que atormentam não apenas os seus cidadãos, como é a ausência de saneamento básico, de água, energia eléctrica e problemas decorrentes do alto congestionamento automóvel que se vêm tomando bastante endémica. Alguns investimentos infra-estruturais terão parado durante o período eleitoral e tudo fazia crer que, pelo andar da carruagem, se assistiriam apenas movimentações em vésperas das próximas eleições. Mas este não é o pensamento do Presidente da República. o que ele pretende, na verdade, é que os trabalhos tenham um princípio e, mais do que isso, sejam entregues no prazo estipulado. E mais: que este arranque que se pretende para os projectos até então "encalhados" não voltem a conhecer interrupção. José Eduardo dos Santos compreende que os tempos são outros. Enquanto condutor do carro do partido no poder, sabe, porque viu pelo retrovisor, que atrás tem gente disposta a fazer ultrapassagem, ainda que à direita, bastando para tal que lhe seja dada uma pequena oportunidade. Atrás vem gente e os desafios para quem governa são cada vez maiores, mais a mais numa cidade nevrálgica como é Luanda, cuja heterogeneidade da sua população significa diversidade de pensamento e, por via disso, da forma de ver as coisas. O êxodo populacional para Luanda ainda é bastante alto, mesmo passados 11 anos desde o fim da guerra. As

autoridades terão, de alguma forma, negligenciado esta realidade, daí que em muitos casos a sua resposta revela-se, nalguns casos, insuficiente para aquilo que tem sido a demanda, a dimensão e a complexidade dos problemas. A cidade regista um nível de crescimento anormal e parece estar a esgotar toda a sua capacidade de absorção. Fruto de uma inexistente política urbana, os musseques parecem sobre por-se ainda ao que seria o desenvolvimento urbano. Resultado: em face da cada vez maior presença humana, os aglomerados populacionais optam por estacionarem em zonas consideradas de risco, como são os casos das encostas e esgotos. Depreendeu-se, pois, nas entrelinhas, que o Presidente da República está a par desta realidade e pretende inverter o quadro, com a promoção de um Plano Director eficaz. Mas quando o Presidente da República fala, por exemplo, em trabalho ininterrupto está a pensar em soluções macro, mas que tal tenham que ultrapassar aquilo que são as reais competências do executivo de Bento Bento. José Eduardo dos Santos, para quem acompanhou a sua intervenção na visita ao Cazenga, estará a pensar em soluções muito mais abrangentes quer do ponto de vista político, tanto do social, assim também ao institucional. E tal poderão ser de curta ou longa duração, mas a verdade é que elas devem acontecer e ser apresentadas com o máximo de qualidade. Mesmo tendo-se dirigido de forma, aparentemente, branda, às vezes a esboçar algum sorriso, ainda que fechado, as palavras do Presidente da República podem ter servido como uma espécie de murro dado na mesa, com vista a alertar os seus correligionários do governo de que estão, doravante, proibidos de falhar, sob pena de conhecer sorte madrasta. Ou seja, se sentiram agora o impacto do soco que foi dado na mesa da sala de reuniões do Marco Histórico 4 de Fevereiro, estão cientes de que poderão sentir o seu efeito bem na "boca do estômago".

E o Presidente da República tem razão: é que bem atrás da porta, há gente atenta ao mínimo deslize e a espreitar pelo buraco da fechadura para dar o bote.

## 5.11 Analistas negam haver condições para eleições autárquicas em 2015

*Semanário Factual*

*13 A 20 de Abril de 2013*

condições não estão criadas para ue, em 2015, Angola possa realizar as primeiras eleições autárquicas, depois da independência de Angola do jugo colonial, em 1975. Estas são as conclusões a que chegaram vários analistas políticos e membros da sociedade civil

interpelados pelo Factual, a respeito das eleições autárquicas. Os entrevistados alegam falta de condições técnicas e infraestruturais, em alguns municípios do país. Na opinião do politólogo António Kivissa, as autarquias devem aparecer no momento certo, quando haver garantias de sustentabilidade, pois o estado de desenvolvimento sócio-económico dos municípios constitui pressuposto importante para o seu sucesso. "Urge também estudar-se bem a situação para que, quando se chegar à devida altura, implementar o processo com bastante sustentabilidade, porque, nesta altura, as receitas locais ainda são insignificantes e, assim sendo, os recursos advindos do Orçamento Geral do Estado (OGE) continuarão a ser o peso de todo este processo" frisou. O analista político Sebastião Maza considerou que para a implementação das autarquias urge ainda a realização de alguns estudos, porquanto Angola está ainda atrasada neste aspecto. "A realização de eleições autárquicas em Angola depende de um conjunto de condições que devem ser criadas antes mesmo da sua concretização no país", acrescentou. O Ministério da Administração do Território, o órgão do governo encarregue da criação de condições, está a avaliar todos os aspectos técnicos e legais envolventes aos processos autárquicos, para que tão logo se conheçam as prováveis datas e o país esteja preparado.

Politológico diz que tem a ver com condições prévias para as Autarquia

"Há todo um processo de criação de condições prévias desde o formato, de que tipo de autarquias teremos em Angola, modelo, se vão se realizar em todo o país de uma só vez ou gradualmente. Há uma série de elementos que precisam primeiro de ser discutidos antes mesmo de avançarmos para as fases seguintes", afirmou o politólogo António Mispra. A aprovação de legislação que sirva de suporte às autarquias, bem como a formação de potenciais candidatos ao poder local, são outras componentes fundamentais. "Falo, por exemplo, da necessidade de termos uma lei sobre finanças locais 'que vai dar uma certa autonomia e respaldo legal às próprias autarquias de poderem gerar e gerir receitas locais' justificou. Apontou também, como prioridade, o processo de formação e capacitação de potenciais futuros concorrentes às eleições autárquicas, "E preciso que hajam pessoas formadas e capacitadas à altura de poderem desempenhar as novas responsabilidades que o Estado central vai descentralizar para o nível local", argumentou. O jurista Amaral José Nsuni defende: "Precisamos é de criar todas as condições, primeiro, e depois, veremos se estamos em condições de realizá-las em 2014, 2015 ou mais adiante. Depende das condições



que nós tivermos, isso até pode nos obrigar a fazer, digamos, uma espécie de levantamento, de quais as condições dos actuais municípios se estão ou não estão à altura de poderem passar a uma autarquia local." A problemática das eleições autárquicas deve ser vista como um problema a jusante do processo, ou seja, não se deve discutir eleições sem se definir elementos fundamentais para a sua criação e funcionamento, afirmou recentemente, na cidade do Lubango, o secretário de Estado da Administração Local, Adão de Almeida. Ao discursar no encerramento do seminário sobre experiências autárquicas de Cabo Verde, o responsável esclareceu existirem ainda muitas questões por discutir e decisões por tomar, por isso se manifesta necessária a realização de debate sereno, tranquilo e inclusivo para se chegar a conclusões adequadas à realidade angolana.

"No caso de Angola, ainda são inúmeras as questões a serem debatidas, desde logo o modelo e o nível de autarquias a consagrar para a realidade angolana, a cadência do processo de implementação do processo das autarquias, se devem todas ser criadas ao mesmo tempo em todo território ou um ritmo paulatino", asseverou a fonte. Em seu entender, urge a realização de estudo de requisitos mínimos, se um ou outro município terá condições para ser transformado em autarquia, recursos humanos a preparar para que as autarquias estejam em condições de fazer face a este desafio, assim como o tratamento a dar à questão do território dos municípios, devendo-se saber se mantém a mesma extensão ou altera a sua circunscrição. Para si, deve-se também definir o modelo de eleição dos órgãos para as autarquias, assim como o sistema de governo a ser consagrado, saber qual o relacionamento entre o Estado e as autarquias (governo provincial e as autarquias) num plano municipal, o de modelo tutela administrativa, a relação entre as autarquias e o poder tradicional.

É preciso reflectir-se em torno do que deve ser feito em relação às comunas

o secretário de Estado considera pertinente reflectir-se em torno do que deve ser feito em relação às comunas na lógica de criação das autarquias no plano municipal, qual o regime das finanças locais e que tratamento se deve dar aos municípios com menor capacidade de arrecadação de receitas. A oposição defende que as eleições autárquicas e regionais deverão ser realizadas como determina a Constituição. O maior partido da oposição, a UNITA, considera que as eleições e a democracia não podem ser reféns de problemas técnicos. A UNITA e outros partidos exigem que as autoridades pressionem as instituições responsáveis pela

organização das eleições, de forma a cumprirem atempadamente com as suas obrigações.

## 5.12 Censo-piloto arranca já nesta sexta-feira

*Jornal Expansão*  
14 De Maio de 2013

É já a partir desta sexta-feira, dia 17, que decorre no País o "censo-piloto", um instrumento de preparação ao primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, cerca de 40 anos depois de se ter realizado o primeiro censo em Angola. PEDRO FERNANDES, 2013-05-13 08:44:00

De acordo com o director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE) e coordenador do Gabinete Central do Censo, Camilo Ceita, a operação estava inicialmente programada para 2012 mas foi adiada devido à realização de eleições gerais nesse ano.

Numa entrevista concedida à Agência Angola Press (ANGOP) o director-geral do INE disse que o censo piloto será realizado em sete das 18 províncias do país (Luanda, Uíge, Kwanza-Norte, Namibe, Kuando-Kubango, Huambo e Cunene).

Ele explicou que este ensaio não vai servir para contabilizar o número de pessoas naquelas localidades mas para testar os aspectos administrativos e logísticos e saber como adequar-se, logisticamente, à disparidade geográfica dessas sete províncias e localidades. "O censo piloto vai também permitir-nos saber se os questionários permitiram que a informação fosse clara e também se a nossa capacidade de recrutamento, a nível da disparidade dessas localidades, funcionou", disse Ceita.

Revelou que o processo está neste momento na fase final do concurso público para se encontrar a empresa que vai responsabilizar-se pela propaganda informativa sobre o censo para os cidadãos em todo o território nacional.

De acordo ainda com Camilo Ceita, a metodologia a utilizar para o censo é a recolha da informação em suporte de papel seguida do seu envio para o centro de processamento, em Luanda, prevendo-se os 12 meses como o tempo razoável para a divulgação dos resultados.

"Sei que vamos sofrer alguma pressão por parte da população que vai querer saber os resultados, mas 12 meses depois é que toda a informação do censo vai estar disponível", salientou, recordando que "até há países que demoram muito mais a divulgar os



resultados do censo". Sobre os custos da operação do censo geral, o primeiro da Angola independente, Camilo Ceita estimou que o seu orçamento poderá rondar entre seis e sete biliões de kwanzas, equivalentes a 60 e 70 milhões de dólares americanos. Do ponto de vista da assistência técnica, disse existirem parcerias com os institutos de Estatística de Moçambique, Cabo Verde e Brasil, que "já fizeram vários recenseamentos e têm pessoal competente", bem como com o Fundo das Nações Unidas para a População.

Segundo ele, sem a colaboração dos outros países "ia ser muito difícil fazer o que estamos a fazer agora", havendo neste momento um consultor sénior do Peru, que está permanentemente no país e um outro do México e alguns especialistas brasileiros para a área da cartografia. "Temos tido uma interação muito grande. Mesmo agora, para o censo piloto, vamos receber o vice-presidente do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, que vem com uma equipa de técnicos do Ministério moçambicano da Educação. Os nossos técnicos foram em visitas de trabalho ao Brasil, à África do Sul e ao Rwanda, para ver como é que os recenseamentos eram feitos", realçou.

### 5.13 Fundo social e reforçado e muda de mãos

*Semanário Agora*  
20 De Abril de 2013

O Presidente da República, José Eduardo Dos Santos, ordenou a transferência da tutela do Fundo de Apoio Social do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial para a do Ministério da Administração do Território. A decisão vai ao encontro da política do Executivo de descentralização.

No mesmo dia em que o Governo e a União Europeia assinaram, em Luanda, um novo acordo de cooperação financeira que prevê o reforço do Fundo de Apoio Social (FAS) com 24 milhões de euros - o equivalente a três biliões e 735 milhões de kwanzas -, o Secretário de Estado da Administração do Território anunciou mudanças na gestão deste instrumento de combate à pobreza.

Segundo avançou a ANGOP na quarta-feira, à margem da cerimónia de assinatura do novo pacto, Adão de Almeida revelou que está em curso a transferência do FAS da tutela do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial para a do Ministério da Administração do Território.

Sem adiantar pormenores, o governante explicou apenas que a decisão visa facilitar o processo de descentralização das competências do poder do Estado, acrescentando que a visão do Executivo sobre a administração local impõe dois sentidos principais de acção.

Assim, conforme explicou o responsável, a alteração tem que ver com o "reforço da capacidade de recursos humanos, reflectido na formação de quadros", e com o "reforço no processo de desconcentração de competências a nível do poder do Estado", fazendo com que as administrações municipais vejam o seu poder reforçado.

Quanto ao acordo entre Angola e a União Europeia, Adão de Almeida sublinhou que o compromisso contribui e valoriza os esforços que têm sido desenvolvidos a nível social, criando um conjunto de capacidades que permitirão elevar objectivos nesta quarta fase do FAS.

Criado em 1994, como veículo

Estratégico para a reconstrução e transformação social de Angola, o Fundo de Apoio Social auxilia o Executivo na construção e reabilitação de infra-estruturas sociais, melhorando directa ou indirectamente a vida de milhões de angolanos, sobretudo nas zonas mais remotas.

### 5.14 Autarquias promovem oder local

*Jornal de Angola*  
25 De Abril de 2013

o secretário de Estado para os Assuntos Institucionais e Eleitorais, Adão de Almeida, afirmou, em Benguela, que a criação das autarquias locais não passa apenas pela eleição dos administradores municipais, mas também por promover uma verdadeira democracia local.

Adão de Almeida, que falava durante a cerimónia de abertura da conferência sobre autarquias locais, no âmbito de um ciclo de conferências que se realiza no país, defendeu que o conhecimento das experiências autárquicas de Cabo Verde, Brasil, África do Sul, Espanha, Moçambique e Uganda visa transmitir as diferentes experiências autárquicas desses países, para que delas se tirem as principais e pertinentes lições. Em relação à experiência do Brasil, o modelo apresentado na conferência de Benguela é o de uma situação concreta, criado para uma realidade determinada e não é, por isso, importável para outras realidades, realçou o secretário de Estado, sublinhando não ser essa a intenção dos organizadores do ciclo de conferências. O facto de se

ter recorrido ao modelo brasileiro prende-se com a experiência considerável em matéria de poder local que aquele país possui, e realçou que o percurso da experiência daquele país sul-americano teve um início, sofreu diferentes abalos, ultrapassou muitos obstáculos e encontra-se actualmente num estágio de desenvolvimento apreciável. "Trazemos à discussão a experiência do Brasil, porque manifestámos o desejo de conhecer o modelo, as suas virtudes e defeitos, para que possamos definir a nossa rota, estabelecer a nossa cadência, evitar determinados erros, queimar etapas e criar condições para que tomemos as decisões mais correctas", esclareceu. A realidade angolana, disse, é específica, assim como as condições de base com que se parte para o processo de incremento das autarquias locais no país. Nesse sentido, defendeu que é necessário conhecer o estágio em que se encontra e o perfil dos actuais quadros da administração local.

#### Pilares das autarquias

As condições concretas de trabalho existentes nas administrações municipais e os níveis de eficiência, a capacidade de arrecadação de receitas dos municípios e o estado das infra-estruturas municipais constituem, na visão de Adão de Almeida, os pilares para o incremento das autarquias locais com êxito. "Só com um conhecimento correcto e detalhado da situação actual dos municípios teremos condições de perspectivar o futuro", sublinhou o secretário de Estado.

#### Questões estruturais

O secretário de Estado para os Assuntos Constitucionais e Eleitorais afirmou, durante o seu discurso, que o processo de criação das autarquias locais deve passar por diferentes etapas, incluindo um amplo e inclusivo debate sobre as questões estruturais. "Precisamos de compreender, antes de tudo, que implementar autarquias locais não é realizar eleições autárquicas apenas para que os administradores municipais sejam eleitos", sublinhou. "Criar as autarquias locais no termos da Constituição é consagrar o verdadeiro poder local autó nomo, com capacidade para toma as melhores decisões para as populações da sua circunscrição e faz com que os quadros sejam capazes de responder aos inúmeros desafios que a governação local coloca", disse. "Ser capaz de promover a verdadeira democracia local criar uma verdadeira autonomia local e envolver os cidadãos no processo decisório das questões que afectam a sua comunidade é o que podemos entender por implementar as autarquias locais e, numa só palavra, dar um passo em frente no percurso rumo à prestação de um serviço público

célere, eficiente e capaz de dar resposta positiva aos problemas da comunidade", disse.

## 5.15 Angola pode contar com o Brasil

*Jornal de Angola*

*28 De Abril de 2013*

Angola pode acolher a experiência do Brasil em termos de atribuição de competências legislativas, de poderes e de funcionamento das autarquias locais, considerou ontem, no Huambo, o especialista brasileiro Marcos Flávio. Em declarações à imprensa, durante o ciclo de conferências sobre as experiências autárquicas (caso brasileiro), o especialista referiu que Angola pretende dar mais poderes às autarquias locais. "O Brasil tem uma experiência bastante longa de municípios, com uma verdadeira competência e estamos a mostrar como funciona, de modo a que Angola possa conhecer outras realidades", esclareceu. A elaboração de normas legais específicas dos municípios permite uma aplicação prática e consensual, referiu. "Em vez da lei nacional, a circunscrição administrativa faz leis adequadas à sua realidade. Isso facilita a aplicação prática da lei, pois os municípios não são iguais, cada um tem a sua realidade, características e problemas", argumentou, baseando-se no exemplo brasileiro. Marcos Flávio considerou que uma lei específica para cada município permite a sua aplicação com maior efectividade. Alertou, no entanto, que em termos legislativos, a lei municipal não pode contrariar a Lei magna que, no caso de Angola, é a Constituição da República. "Existem regras a que os municípios têm de obedecer e não se evadirem à competência de outros", concluiu. O ciclo de conferências é uma iniciativa do Ministério da Administração do Território, incrementada pelo Instituto de Formação Local (IF AL). O ciclo foi aberto pelo governador provincial em exercício do Huambo, Francisco Fato, na presença do secretário de Estado para as Autarquias Locais, Cremildo Paca. Depois do Brasil, vai ser partilhada, nos próximos dias, a experiência da África do Sul. Está ainda previsto um ciclo de conferências, em Maio, para a partilha de experiências com Cabo Verde. Que há já alguns anos tem criadas autarquias locais.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Casas são pagas em regime de renda resolúvel

*Jornal de Angola*  
01 De Abril de 2013

O ministro José da Silva acrescentou que o Executivo vai melhorar o acesso da população às habitações que estão a ser construídas.

Esteve reunido durante quatro horas com os responsáveis da empresa Imogestin e no final recebeu garantia do presidente do conselho de administração, Rui Cruz, de que as obras "estão a decorrer no ritmo esperado".

Rui Cruz disse que "foi um encontro valioso, onde narramos toda a situação do projecto da segunda fase do Projecto Nova Vida Relançamento ao senhor ministro, ao secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, e técnicos superiores que saíram com boa impressão".

Depois da reunião, o ministro, o secretário de Estado e os técnicos do Urbanismo e Habitação visitaram os edifícios de quatro e seis pisos, as vivendas T4 e T3 e as infraestruturas como a rede de esgotos e arruamentos, onde constataram o grau de execução das obras.

José Silva e Joaquim Silvestre receberam explicações sobre o andamento das obras e deram alguns subsídios para se ultrapassarem as dificuldades, como a expropriação dos arredores do Projecto Nova Vida Relançamento.

A reportagem do Jornal de Angola soube que as principais dificuldades têm a ver com as áreas ocupadas ilegalmente pela população. As reservas têm lavras, casas construídas sem licenciamento e ainda há burlões que vendem terrenos que pertencem ao Estado e são essenciais para a urbanização.

"Dada a situação é necessário que o Estado faça o realojamento, indemne os agricultores, faça cumprir os regulamentos em vigor na Administração Municipal de Belas e atue perante os infratores", disse o director do Projecto Nova Vida Relançamento, Ricardo Baptista.

Há mais de seis anos, referiu, existe um plano para o realojamento no Zango das pessoas que, ocuparam ilegalmente as áreas da urbanização.

"As conversações com estas pessoas estão a decorrer bem e temos a plena certeza de que até Junho vamos ter esta área desocupada e podemos levar avante o que está projetado", realçou.

Algumas pessoas que construíram no perímetro da urbanização, ouvidas pelo Jornal de Angola, afirmaram que o "relojamento é bem-vindo, tanto para nós, como para as pessoas que estão ligadas ao projecto da urbanização".

Todos estão satisfeitos por abandonarem casas sem as mínimas condições de habitabilidade. Querem ir para o Zango, "onde as pessoas dormem sossegadas e não têm preocupações quando chove", disse um dos moradores. A urbanização está "cercada" por ocupações selvagens.

Os pequenos agricultores que têm ali as suas lavras reconhecem o esforço do Executivo no melhoramento das condições de vida na província de Luanda.

"Aqui já se vê uma boa obra que nos orgulha a todos. Fica feio ter lavras aqui. Se formos indemnizados vamos mesmo sair daqui", frisou João Domingos, 62 anos, que possui uma lavra na zona que alega ter herdado da mãe.

Durante o discurso de abertura do seminário de Urbanismo, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal, o ministro José Silva referiu que "sentimos diariamente os efeitos nefastos de uma ausência atempada da planificação do território na ocupação desordenada dos espaços urbanos que se tem vindo a verificar nas cidades do litoral, com o surgimento de aglomerados habitacionais não infra-estruturados".

José Silva acrescentou que se impõe, em primeiro lugar, a intensificação do planeamento territorial a nível nacional, nas suas diferentes escalas, natureza e tipologia de plano.

"Um trabalho dessa dimensão exige o envolvimento e empenho dos responsáveis dos órgãos políticos e técnicos com responsabilidades nesta matéria, independentemente do nível da Administração a que pertencem", realçou o ministro.

Na área da habitação, asseverou, "preocupa-nos os procedimentos do licenciamento, a propriedade horizontal e respectivos registos, com vista a acelerar o processo de regularização das frações de habitação, comércio ou serviços, constituindo a posse do património imobiliário um ativo de facto do cidadão, propiciando condições para o incremento das receitas fiscais do Estado".

Mais de duas mil casas construídas no âmbito da segunda fase do Projecto Nova Vida Relançamento foram já entregues aos proprietários, garantiu o director do projecto, Ricardo Baptista. As outras habitações vão ser entregues ainda este ano.

Para a segunda fase, disse, estão projetadas zonas institucionais com espaços para os bombeiros, esquadras e postos de polícia, lojas, shopping center, SIAC, creches e jardins infantis, parques de estacionamento, centros médicos, escolas, ginásios e Administração Municipal.

A urbanização tem igualmente espaços de lazer e zonas verdes. Em termos de construção de casas, o ministro José Silva garantiu à imprensa que existe um cronograma para 2013 e 2014.

Asseverou que além dos 200 fogos construídos e em fase de conclusão nos municípios, a Corangola está, também, a construir habitações. As rendas, disse, vão ser pagas na modalidade resolúvel.

A construção dos 200 fogos nos municípios, principalmente do interior, está a atrair muitos quadros principalmente os dos sectores da Educação e da Saúde. "Aos poucos o problema de casas nos municípios do interior está a ser resolvido", defende o Ministério do Urbanismo e Habitação.

As empresas que estão envolvidas na construção da segunda fase do Projecto Nova Vida Relançamento têm tudo garantido para cumprir as cláusulas contratuais.

"Temos pessoal à altura, estamos a concluir algumas casas e assim que se ultrapassar a questão da expropriação dos terrenos ocupados, vamos começar com outras obras do projecto", disse um responsável de uma empresa que está a erguer os edifícios.

Alguns apartamentos dos edifícios e algumas casas do projecto já se encontram habitados.

## 6.2 Quilamba com milhares de casas já concluídas

*Jornal de Angola*

*07 De Abril de 2013*

A nova centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, ocupa um espaço de cinco mil hectares e tem concluídas e prontas a habitar 5.500 habitações, das 11 mil previstas no projecto. O projecto foi visitado pelo secretário do Presidente da República para os Assuntos Sociais e Religiosos, Simão Helena, que manifestou a sua satisfação pelo

facto do Governo Provincial da Huíla ter Integrado em primeiro lugar a população das áreas envolventes.

A empreiteira está a empenhar-se ao máximo para entregar a obra concluída até ao final do ano. A construção das habitações, infra-estruturas básicas e de serviços envolve mais de seis mil trabalhadores, recrutados na região. A criação de novos programas urbanísticos visa elevar a capacidade do Lubango para acolher mais gente e em condições dignas. As centralidades enquadram-se no programa de expansão da cidade do Lubango e fomento habitacional, lançado pelo Executivo. A centralidade da Quilemba vai receber 700 mil habitantes. O projecto é atravessado por uma avenida estruturante e que liga à avenida principal da-nova centralidade da Eywa. As duas avenidas têm 36 quilómetros, 17 quilómetros na Quilemba e 18 na Eywa. A via tem dois viadutos e quatro faixas de rodagem nos dois sentidos. Estas vias ligam à linha férrea inter-urbana do futuro comboio eléctrico. As duas centralidades têm redes de energia eléctrica e condutas de água a partir da barragem da Tundavala.

Já funcionam nos arredores da centralidade da Quilemba, O mercado do Mutundo com capacidade para mais de mil vendedores, uma escola do ensino primário, a escola do ensino secundário do Nambambi, o Magistério Primário do Lubango, duas bombas de combustível e uma agência bancária.

### Cidade Universitária

A zona de ordenamento da Eywa regista avanços significativos. Está em curso a construção de uma escola com 20 salas, uma maternidade, psiquiatria e pediatria.

As autoridades elaboraram ainda um plano para o Campus Universitário do Lubango com capacidade para mais de 20 mil estudantes. O novo hospital pediátrico tem neste momento a primeira fase da empreitada concluída. A obra ocupa um espaço equivalente a 68.287 metros quadrados. O governo da província da Huíla apostou na construção do novo hospital pediátrico na centralidade da Eywa, para descongestionar a elevada procura na única unidade existente no centro da cidade do Lubango. O hospital pediátrico vai ter 252 camas. Estão previstos os serviços de cirurgia, cuidados intensivos e intermédios, neonatologia, gastroenterologia, pneumologia, recuperação nutricional, infecto-contagiosos, consultas externas, além das áreas administrativas, parque de estacionamento para 221 viaturas. A estrada que liga ao hospital tem duas faixas de rodagem.



## Fábrica de casas

A construção de casas nas reservas fundiárias da Huíla foi impulsionada pelo funcionamento da unidade produtora de moradias pré-fabricadas. A fábrica de casas e respectiva montagem, instalada na Eywa, pertence à Cassaforma, uma empresa de direito angolano. A unidade pode funcionar em três turnos e produzir diariamente 18 casas pré-fabricadas de alta tecnologia. Um técnico explicou que as moradias pré-fabricadas são feitas com malha de aço, cimento, areia e outros materiais. Estão em condições de resistir ao impacto de objectos arremessados por tempestades ou outras calamidades naturais. As casas são construídas em sete semanas. Têm capacidade para resistir a incêndios, terremotos, ruídos sonoros fora do comum e com vantagem de economizar o consumo de energia eléctrica.

## Sonho da casa própria

Os jovens do Lubango estão à espera que as casas da Quilemba sejam distribuídas, o que deve começar logo a seguir à conclusão das obras. Sem temer que o sonho da casa própria está cada vez mais próximo para ser concretizado. O professor de informática Hildo Espinha é um dos jovens que já começou a fazer poupanças para adquirir a sua casa: "estou a preparar-me com antecedência para quando chegar a hora de entrega das casas estar à altura de cumprir os requisitos e ter a minha casa". O estudante Carlos Lawela elogiou a iniciativa do Executivo em criar o projecto habitacional por "ser uma aposta certa", afirmou, "para o fomento de casas, criação de novas cidades, evitar especulação de preços e minimizar a carência de casas que afecta principalmente os jovens".

## 6.3 Famílias vulneráveis recebem moradias

*Jornal de Angola*  
07 De Abril de 2013

Pelo menos 30 famílias vulneráveis do município do Luau (Moxico) receberam casas "evolutivas", construídas com fundos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento e Combate à Pobreza. As casas foram construídas no bairro 11 de Novembro, arredores da vila do Luau, e os beneficiados são, na sua maioria, angolanos provenientes da Zâmbia e Congo Democrático. As chaves foram distribuídas pelo administrador municipal, Juvenal Mutunda Capula, que esclareceu que o governo local implementou o projecto de construção de casas "evolutivas" graças à estabilidade política no país. "O governo construiu as residências

e as distribuiu a custo zero, para melhorar as condições de habitabilidade dos cidadãos", sublinhou. Francisco Moisés, um dos beneficiados, ex-refugiado na Zâmbia e pai de oito filhos, louvou a iniciativa da administração municipal, que vai ultrapassar as dificuldades que enfrentava para acomodar a família. Na região estão em curso várias acções de impacto social.

## 6.4 Moradores do bairro Golfe querem passagem pedonal

*Jornal de Angola*  
07 De Abril de 2013

Municípios do Kilamba Kiaxi, em Luanda, têm pedido com insistência para serem construídas passagens aéreas destinadas a peões ao longo da Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", para acabar com os atropelamentos que ocorrem frequentemente naquela zona. O intenso tráfego que se regista na avenida, a par da falta de cuidado de automobilistas e peões, tem dado origem a um elevado número de atropelamentos, referiu à Angop Catarina Gaspar, moradora nas imediações do Hospital Divina Providência, Bairro Golfe. De acordo com ela, a população daquela zona está preocupada, principalmente, com as crianças e adolescentes que estudam do outro lado da estrada. "Temos assistido constantemente a atropelamentos e acho que a colocação de passadeiras aéreas ia dar outra segurança aos peões", sublinhou. Mário Campos, 13 anos, disse que quando tem de atravessar a avenida pede sempre a um adulto que esteja por perto para o ajudar, por ter receio de ser atropelado. A rua, com seis faixas de rodagem, três em cada sentido, possui apenas uma ponte para peões instalada na zona da Gamek.

## 6.5 Jovens recebem casas evolutivas no Uíge

*Jornal de Angola*  
11 De Abril de 2013

Jovens, entre funcionários públicos e antigos militares, receberam na semana passada, no bairro 4 de Fevereiro, município de Maquela do Zombo, província do Uíge, casas evolutivas, durante um acto dirigido pelo governador Paulo Pombolo. As moradias, construídas no âmbito do programa habitacional do Executivo, visam reduzir a carência habitacional registada naquele município, localizado a 310 quilómetros da capital da província.

A cerimónia de entrega das moradias enquadrou-se nas festividades do 110 aniversário da Paz em Angola, para proporcionar melhores condições de



habitabilidade aos antigos militares, funcionários da Administração Municipal local, entre outros. Trezor Ndungui, de 22 anos, que recebeu as chaves da primeira moradia das mãos do governador, enalteceu o gesto conjugado do Governo Provincial e da Administração Municipal, uma vez que elevai permitir que muitos jovens ganhem autonomia pessoal e melhorem as suas condições de vida. "Eu vivia com os meus pais no bairro Marien Nguabi. Hoje, recebi esta casa evolutiva onde prometo aplicar parte dos meus salários para dar conclusão a outros compartimentos que faltam na habitação", enfatizou o jovem. "Estou bastante feliz por conseguir uma casa própria. E de reconheceros esforços do Executivo na concretização de vários projectos e programas destinados a melhorar as condições de vida das populações, sobretudo da juventude", disse. O governador provincial anunciou a entrega, no próximo mês de Maio, de mais 50 casas sociais aos munícipes de Maquela do Zombo, que devem concorrer com base em regras de pagamento por renda resolúvel, durante um período de 30 anos. Estão também em fase de conclusão mais 50 residências sociais que vão, também, beneficiar as populações de Maquela do Zombo, sobretudo funcionários provenientes de outras localidades", disse.

## 6.6 Moradores da centralidade do Cacuo sem energia eléctrica e água potável

*Manchete*

*12 De Abril de 2013*

Como se não bastasse, o saneamento básico é completamente débil. As últimas chuvas que se abateram sobre Luanda, meteram à prova o falso brilho desta cidade. O Manchete constatou que na cidade de Cacuo ainda há 1 muito por ser feito, cenário que se pode encontrar também nas centralidades do Kilamba, Kapari, 44 e Zango onde, igualmente, o saneamento básico é débil e não existem hospitais ou qualquer posto de saúde. Os populares que, conseguirem comprar ou arrendar e ter em mãos as chaves de um apartamento na nova centralidade de Cacuo terão de estar preparados para a contingência de viverem sob condições de isolamento. Por algum tempo, pelo menos, assim terá de ser. Nesta fase, aquele projecto habitacional, ainda é, literalmente, uma ilha distante de tudo. Tirando meia dúzia de espaços destinados ao comércio e à própria administração da centralidade, não há nada nas cercanias. Da via rápida Cacuo-Benfica até à centralidade propriamente dita há que vencer uns seis a cinco quilómetros sem vivalma ou qualquer

estrutura. Os pontos de "civilização" mais próximos (centros da vila de Cacuo e Viana) situam-se a dezenas de quilómetros. Espera-se que as autoridades providenciem o mais rápido possível os equipamentos sociais e outras estruturas necessários para que os primeiros habitantes não se sintam defraudados. Uma coisa é certa: valerá a pena esperar. Pois, para todos os efeitos, os apartamentos da centralidade de Cacuo são os que de um modo geral foram estruturados mais em conformidade com o padrão dos agregados familiares angolanos, geralmente numerosos. Os 35 mil fogos previstos nesta centralidade são constituídos somente por apartamentos T 4 e T5, isto é, com 4 e 5 quartos.

Nem mais nem menos. As salas são do tipo comum e relativamente espaçosas. Os chefes de família dispõem de uma suite igualmente espaçosa e confortável. Durante as inscrições milhares de pessoas fizeram filas à meia-noite e de madrugada para se inscreverem como candidatos a um apartamento nas centralidades do Kilamba, Kapari, 44, Zango e Cacuo. A população alega corrupção com esquemas a mistura entre agentes da polícia nacional aí colocados, para facilitar entrada no edifício, chegando-se a comentar à boca pequena, que estariam a cobrar entre 50 a 30 mil kwanzas. Os que não dispuseram destes valores foram obrigados a pernoitar dias a fio nas bichas. Neste preciso momento foram suspensas as inscrições, mas certo é que o sonho da casa própria está a tomar-se num pesadelo de filas. Para além da polícia ter sido acusada de corrupção, também pesam sobre si acusações de estar a agredir a população que ali se desloca para fazer a inscrição. Comenta-se que, inclusive mulheres grávidas e mães com bebés ao colo, assim como idosos, não são poupados. Para se conseguir uma casa numa das centralidades do Kilamba, Kapari, 44, Zango e Cacuo, o interessado é obrigado a passar noites nos projectos. A população passa o dia ao sol ardente, porque tirando a centralidade Vida Pacífica, no Zango, as outras centralidades ainda tem a sua arborização a desabrochar. A famosa sandes (pão com metade de coxa com frango) está a custar 300 a 200 Kwanzas, a gasosa custa também 300 a 200 kwanzas, ainda por cima, natural. Mesmo assim, para comprar é necessário estar também na fila de dezenas de pessoas. A confusão reinou todos os dias por altura do processo de aquisição de apartamentos nos projectos, recentemente vendidos na totalidade. Ouve alturas em que os interessados não sabiam onde se dirigir, por exemplo, certo dia, longas filas foram formadas nestes locais, desde muito cedo, mas, mais tarde as pessoas que ali tinham ido foram informadas de que só na Centralidade do Cacuo se fariam inscrições. Como o sonho de ter a casa fala mais alto, a população decidiu passar a noite nestes locais, com

realce para o Kilamba até receberem a informação de que já não haviam casas para a venda, naquela centralidade. A maioria dos jovens interessados rejeitara ir para o Cacuaco, por considerarem ser muito à esquerda e as infra-estruturas não serem das boas. Cinco mil apartamentos são o número de unidades que foram vendidas na II Fase. Segundo João Ribeiro, um dos candidatos para aquisição de uma casa, não houve melhorias no atendimento, razão porque foram notadas longas filas nas centralidades do Kilamba e Cacuaco.

Já Alberto dos Santos, outro interessado, disse ao Manchete que passou períodos muito difíceis e aconselhou os governantes a irem partilhar o sofrimento da população, tão logo seja aberta a outra fase. "Isso é totalmente desumano", disse, e acrescentou por outro lado que "eu aconselho os dirigentes para virem cá e viverem o que estamos a viver". "É uma confusão danada," disse outro candidato, acrescentando que pessoas que estavam em listas anteriores foram obrigados a inscrever-se de novo. Depois do pesadelo que foi a luta para se conseguir uma casa no Cacuaco e Kilamba, os novos moradores queixaram-se também da falta de infra-estruturas sociais. "Não há hospitais e não há absolutamente mais nada a não ser as escolas" clamou uma das novas moradoras da Centralidade do Kilamba. Mas se é verdade que há escolas não são contudo em número suficiente.

#### Custo das casas nas centralidades

Na renda resolúvel o cidadão gasta muito mais, calculadamente, durante os 20 ou 15 anos para ter a propriedade do apartamento. Para tal, o Manchete tentou contactar a Delta Imobiliária, mas sem sucesso. O certo é que a SONIP atribuiu dois critérios para renda resolúvel, sendo uma para maiores de 40 anos de idade e a outra para pessoas com idades inferiores. Com menos de 40 anos o interessado paga as obrigações em 20 anos, enquanto os demais devem reembolsar por um período de 15 anos. Relativamente aos contratos, a SONIP vai cobrar três por cento sobre o valor das transacções, para fazer face aos outros encargos e serviços. Em todas as modalidades, os encargos legais, notariais, fiscais e judiciais são da responsabilidade das pessoas que aderirem aos actuais critérios comerciais. Na centralidade mais visível de Luanda - a Cidade do Kilamba -, os preços das residências variam entre sete milhões (casas do tipo T3A) e 18 milhões de kwanzas (T5). Os apartamentos do tipo T3B e T3+ 1 custam cada, oito milhões e nove milhões de kwanzas, respectivamente. O arrendamento nesta centralidade está fixado em valores que variam entre 31 mil e 100 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 46 mil e 143 mil kwanzas

para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 35 mil e 90 mil kwanzas para a renda normal, que apenas exige a apresentação de uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte.

## 6.7 Impacto ainda longe de corrigir o mercado

*Novo Jornal*

*12 De Abril de 2013*

COM AS NOVAS centralidades abertas ao público, regista-se o decréscimo nas vendas de residências e terrenos em algumas zonas. A situação é sentida, inclusive, pelos promotores informais do sector. Mas segundo os especialistas estamos perante um período transitório. No distrito da Samba registou-se uma queda considerável nas receitas dos processos para licença de construção. O administrador daquela circunscrição, Adão António Malungo, admitiu que o que está a acontecer naquela parte de Luanda é resultado da procura de uma casa nas novas centralidades que continuam a ser erguidas. As solicitações para legalização de terras e licenças de obras "reduziram pouco tempo depois de ser aberto o processo de venda de casas nas diferentes centralidades em Luanda". O responsável concluiu que "apesar das receitas terem baixado, de forma significativa, vemos um grande ganho que é o cidadão ter a possibilidade de ter as chaves de uma casa e realizar o sonho de ter uma casa própria". Impedidos de adquirir uma casa a pronto-pagamento, a renda resolúvel surge como uma lufada de ar fresco para quem não se vê capacitado a obter uma residência nas novas centralidades. A correria que não se fez esperar apontou para uma tendência na mudança da qualidade de vida de muitos cidadãos, já que o sonho da casa própria parecia longe de ser realizado. Já no município de Viana, o espaço reservado ao programa de realojamento dos cidadãos que vivem em zonas de risco, a redução também é visível. Segundo o administrador daquele município, José Moreno, os poucos espaços que existem "são reservas fundiárias e outros destinados a pequena actividade agrícola, para além das grandes parcelas destinadas à implantação e desenvolvimento da Zona Económica Especial". O dirigente disse ainda que, em algumas das zonas destinadas a projectos do governo, verifica-se a "ocupação de pessoas que desenvolvem a actividade agrícola mas que, em função dos interesses do Estado, poderão serão removidas para outros lugares".

#### 2 MILHÕES EM VIANA?

José Moreno esclareceu ainda que o município que dirige tem recebido a cada dia mais pessoas que,

porrazões objectivas, fixam residência naquele lugar. O surgimento da nova centralidade no Zango, acrescentou, é outra das razões que leva a "uma queda no sector informal do mercado imobiliário e também faz crer que Viana está muito próxima de superar a fasquia de 2 milhões de habitantes". Um domínio claro e quase que absoluto do sector privado, dava primazia a determinadas franjas da sociedade, tendo em conta as modalidades com que são celebradas as negociações para obtenção de um imóvel, quer no centro da cidade ou noutros pontos da capital. Tal actividade estava entregue, com alguma exclusividade, às promotoras imobiliárias e aos chamados intermediários. Os intervenientes em todo esse processo sentem a influência das novas construções e venda de casas no Kilamba, Cacucaco e Kapari.

Nesta situação, inclui-se também arrendamento de casas. Francisco André, corrector de imóveis, em entrevista à Rádio Luanda, admitiu que há uma redução "tanto no arrendamento de casas como na venda de terrenos". Diversas fontes registam uma redução dos preços praticados na cidade de Luanda.

## 6.8 Entregues casas evolutivas

*Jornal de Angola*

*12 De Abril de 2013*

Pelo menos 50 casas evolutivas foram na terça-feira postas à disposição das autoridades administrativas do município da Quilenda, na província do Kwanza-Sul, no âmbito do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza. Os imóveis possuem dois quartos, sala, cozinha, quarto de banho e varanda, tendo sido construídos por uma empresa angolana em 12 meses. A administradora municipal da Quilenda, Maria Caimboa, ao proceder à entrega da primeira chave, referiu que o Executivo tem procurado melhorar as condições habitacionais da população. "São casas evolutivas e queremos que os beneficiários possam cuidar bem dos imóveis", salientou, reconhecendo que ainda há muito por fazer. Maria Caimboa mostrou-se confiante de que o Governo vai continuar a concretizar projectos no domínio da habitação, para que a população tenha a oportunidade de adquirir casa a preços razoáveis.

## 6.9 Escrita Capital

*A Capital*

*13 De Abril de 2013*

crescimento da zona do Benfica, em Luanda, não é acompanhado de infra-estruturas para servir a população que decide ali fixar residência. Entre o

Talatona uma área habitacional de luxo, devidamente equipada e a via expressa, assiste-se a um aumento exponencial de habitações que não encontra coroa na disponibilização, pelas autoridades, de equipamentos sociais. Há por aí projectos habitacionais com residências de arregalar os olhos. Seja na Cooperativa O Lar do Patriota ou, ainda, em bairros de auto-construção dirigida, a exemplo do Kifica, a sumptuosidade das casas contrasta com o areal predominante nestas zonas onde o asfalto e as redes de escoamento de águas residuais e pluviais teimam em não chegar. Na maior parte do Benfica, a água corrente é, ainda, uma esperança, enquanto a electricidade, quando existe, é fornecida através de intervenientes privados, mais dados ao lucro que propriamente a um serviço de qualidade compatível com o balúrdio pelo qual se paga. Grande parte da elas-se média nascente em Angola está a fixar residência na zona do Benfica, onde busca um pouco do conforto de residências espaçosas, de ruas devidamente delineadas e sem os crónicos problemas de estacionamento de viaturas que lhes é negado no centro da cidade. Todavia, a paz que esses cidadãos hoje experimentam pode ser apenas aparente.

A inexistência de infra-estruturas empurra o Benfica para um futuro igual à realidade de muitos outros bairros que, no passado, potenciavam-se como zonas habitacionais de alguma nobreza, mas acabaram apenas como mais uns dos muitos musseques ao redor da cidade de Luanda, vergonhosamente visitados por camiões cisternas (para o abastecimento de água) e presenteados, à noite, com a sinfonia de estridentes geradores de electricidade. Quando chove, e já é assim no Benfica, o lamaçal passa a dominar a área, tornando muitas ruas inacessíveis e obrigando os moradores a darem voltas desnecessárias para chegarem às suas residências. Ali, no entanto, onde já há infra-estruturas disponíveis, nota-se, sem muito esforço, que elas estão simplesmente subdimensionadas, incapazes de servir com o conforto e qualidade necessárias a comunidade luandenses que no Benfica fixa residência dia após dia. Pouco a pouco, a qualidade de vida, uma das dividas de quem decidiu, a dada altura, deixar o centro da cidade e rumar para o Sul, começa a transformar-se numa vaga lembrança de um passado ainda bem fresco. A tendência, ao que parece, e justamente esse agravar das condições de habitabilidade de quem um dia ousou sonhar com conforto, e essa intransigente mania de se querer transformar a cidade de Luanda num gigantesco musseque cercado de uns poucos bairros, uns minúsculos condomínios e de umas quantas centralidades dotadas de infra-estruturas.

## 6.10 Mercado imobiliário Angolano está em franco crescimento

*O Independente*

13 De Abril de 2013

Um estudo da Colliers International revela que o mercado imobiliário em Angola está a crescer. A consultora, presente em Angola desde 2008, refere que a crescente captação de investimento estrangeiro no sector imobiliário faz-se sentir com a presença das maiores construtoras portuguesas, como a Teixeira Duarte, Somague, Mota-Engil e Soares da Costa, empresas brasileiras, como a Odebrecht, e chinesas, como a CRBC e CInc. Segundo a agência Lusa, apesar do mercado imobiliário estar em crescimento, o desenvolvimento é condicionado pela oferta, que continua a ser inferior à procura, e pelos elevados preços praticados. O estudo revela que "a burocracia nas decisões de investimento continua a ser um obstáculo à respectiva concretização, porém ultrapassável". O estudo da Colliers International refere que "o investimento institucional em imobiliário continua ainda afastado da realidade de Angola, mas a movimentação no sentido de criar a Bolsa de Valores de Angola e uma vontade crescente por diversificar as fontes de financiamento poderá acelerar este processo". O primeiro estudo sobre o sector imobiliário no país foi realizado em 2008. Na altura, os novos edifícios resumiam-se a 23 por cento, com 600 mil metros quadrados. Citada pela agência noticiosa portuguesa, a consultora considera que, em 2012, se registou um crescimento significativo com a duplicação da oferta de espaços para escritórios. No estudo pode ler-se que "o stock total de escritórios ultrapassou, em 2012, o milhão de metros quadrados. Com o crescimento moderado da oferta após 2009, apenas seria expectável atingir este valor em meados de 2014". O relatório revela que a crise financeira, que obrigou Angola a submeter-se a um programa de assistência financeira do Fundo Monetário Internacional, "foi bastante sentida em Angola, sobretudo do lado da oferta". Além disso, a construção de muitos dos edifícios projectados foi adiada e os que estavam já em fase de construção abrandaram a sua execução". Neste momento, a consultora augura um futuro promissor para o país. De acordo com o estudo o pipeline de Luanda, para o próximo triénio, inclui já uma área de 350 mil metros quadrados de escritórios, a que se poderão adicionar vários outros empreendimentos, ainda em projecto.

"Alcançada a estabilidade política após as eleições (gerais de Agosto de 2012) e dissipado o impacto da crise económica mundial em Angola, prevê-se que os

próximos anos sejam de dinamismo crescente no sector imobiliário", revela o estudo.

## 6.11 Finalmente reabilitação vai acontecer ...

*Semanário Factual*

13 A 20 de Abril de 2013

A reabilitação de ruas secundárias e terciárias dos bairros de Luanda vai, finalmente, ser executada, depois da intervenção do presidente José Eduardo dos Santos, durante a sua visita de constatação ao município do Cazenga, onde encontrou um quadro na positivo, quanto ao mau estado das vias e outros arruamentos. Na sua intervenção, José Eduardo dos Santos afirmou ser necessário reabilitar as vias secundárias e terciárias, alertando que são poucos os recursos, pelo que devem ser usados de forma racional. É certo que as obras de reabilitação das vias secundárias e terciárias de Luanda foram anunciadas há mais de dois anos, sem que nada indicasse, até a pouco tempo, a sua efectivação. Numa altura em que chove em Luanda, as ruas secundárias e terciárias continuam alagadas, com buracos, quais crateras, e pedregulhos que impedem os automobilistas de ali passarem para fugirem aos engarrafamentos. O admirável é saber que este projecto de melhoria dos bairros já tem verba garantida, sendo que foi lançado antes das eleições gerais de 2012. E, enquanto se aguarda, as ruas vão-se degradando, ao ponto de servirem de covil para meliantes, por nunca terem tido postos de energia eléctrica. Além disso, as maiores vítimas são os moradores, que chegam à sua casa com motoqueiros, sendo estes os assaltantes! Pode dizer-se que, enquanto não reabilitadas essas vias, os moradores viverão com medo de ataques de delinquentes. Não poucas vezes, há relatos de pessoas mortas por se atreverem a chegar à noite às suas casas, devido a escuridão das Vias. Mas, diga-se, em abono da verdade, que a reabilitação das ruas secundárias e terciárias deveria acompanhar a requalificação dos bairros. Afinal, as ruas novas e asfaltadas em bairros sem luz, é o mesmo que "entregar o ouro ao bandido", uma vez que os becos e as ruelas são o chamariz de toda a sorte de delinquentes. E é preciso dizer que é na periferia onde acontece a maioria dos crimes. Por isso, é posta em causa, pela vivência fora do padrão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É que viver com dignidade implica todo um quadro de conforto, e os musseques já não reflectem um "modus vivendi" saudável. O investimento em vias secundárias e terciárias tem razão de ser, embora se diga que o crescimento dos musseques não é obra do acaso, mas é devido à



necessidade de um lugar ao sol, mesmo sem condições de habitabilidade, sendo produto do êxodo do campo para a cidade. E vários motivos concorreram para esse êxodo, primeiro pelo ex-conflito armado e, depois, pela livre circulação de pessoas. E quem não quer viver na capital, onde a vida parece fácil! Jovens abandonam o meio rural ah procura de oportunidades

O meio rural, desprovido de energia eléctrica e de outros bens, vem sendo pouco atractivo, principalmente para os jovens, desejosos de encontrar oportunidades! E Luanda, apesar dos graves problemas de saneamento, da constante carência de energia eléctrica e de água potável, atrai milhares de pessoas que se acumulam nos musseques, contribuindo para o seu alastramento, desordeiro e sem um plano director de autoconstrução. Pese esse péssimo quadro, é possível avançar com a reabilitação das vias secundárias e terciárias, sendo uma saída imprescindível, tanto para moradores como para automobilistas, que terão a possibilidade de contornar os engarrafamentos nas principais estradas. Ademais, Luanda ganharia nova face, se todas as ruas pudessem ser reabilitadas, independentemente do município, da comuna e do distrito. Também ganhariam os automobilistas, que passariam a ter mais vias para locomoção pela capital, evitando estresse e outros males próprios da estrada. Mas, acima de tudo, seriam os moradores a beneficiarem de novas vias nos seus bairros, como aconteceu, há muito tempo, em que as visitas a familiares nos musseques era prazenteira, pelo bom estado das estradas e saneamento permanente ...

## 6.12 Administração entrega casas evolutivas

*Jornal de Angola*  
13 De Abril de 2013

Um total de 25 casas evolutivas construídas no bairro Cabari, comuna do município de Kunda dia Base, foram entregues pela administração local a igual número de famílias desalojadas pela chuva.

A entrega das casas erguidas no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, enquadra-se nas festividades do 110 aniversário da paz e da reconciliação nacional, assinalado no passado dia 4 deste mês.

Outras vinte e cinco casas evolutivas vão ser igualmente construídas este ano na província de Malange, no sector de Issanga Teka e nas comunas de Lemba e Milando.

A administradora municipal, Joana André Agostinho, que procedeu à entrega das casas, referiu que a região foi assolada este mês por chuva intensa, que destruiu vários casebres de adobes e que deixou várias famílias desabrigadas.

No que toca à construção de 200 fogos habitacionais programados pelo governo provincial no município de Kunda dia Base, a administradora disse que já estão concluídas 45 do tipo T3.

Joana André Agostinho disse que a administração municipal elaborou este ano projectos sociais, que englobam a construção de escolas, postos de saúde, casas para professores e enfermeiros e a distribuição de merenda escolar. o município de Kunda-dia-Base engloba as comunas de Lemba e Milando, numa superfície de 5.089 metros quadrados, e tem cerca de 46.480 habitantes. A população da localidade, maioritariamente camponesa, cultiva mandioca, milho, batata-doce, ginguba, banana, Título Artigo

## 6.13 ANDULO Casas sociais em construção no município

*Jornal de Angola*  
16 De Abril de 2013

Um. Total de 172 fogos habitacionais vai ser construído até final do ano no município do Andulo, província do Bié anunciou sábado o director da construtora Kora Angola.

Filipe Caldeira revelou o facto no decurso de uma visita ao Andulo de representantes dos ministérios do Urbanismo e Habitação e da Energia e Águas. O responsável da Kora Angola, vencedora do concurso público para a construção de sete mil fogos habitacionais na província do Bié, sublinhou que as obras no município vão arrancar nos próximos dias.

"Estão criadas as condições técnicas e humanas para o arranque da empreitada, previsto para dentro de dias", disse.

No Andulo está prevista a construção de mil casas sociais, numa área de de aproximadamente 30 hectares. A localidade possui uma reserva fundiária de 72.235 hectares.

Além das casas, também serão construídos dos lancis, passeios, redes técnicas de baixa e alta tensão, sistemas de abastecimento de água potável e outros equipamentos sociais. O município do Andulo, no Bié, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e 311.544 habitantes.



Além do Andulo, o governo provincial adjudicou a construção de fogos habitacionais nos municípios de Camacupa, Chitembo, Chinguar, Catabola, Cunhinga, Cuemba e Nharea, para as populações mais necessitadas.

## 6.14 Forum Internacional dão a conhecer a evolução do sector

*Jornal de Angola*  
20 De Abril de 2013

6.2 A participação de Angola em fóruns internacionais na área das infra-estruturas e ordenamento do território permite dar a conhecer os esforços que estão a ser feitos nesta área e sobretudo na oferta de habitação social.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, respondeu a muitas destas questões, colocadas pelos participantes na Cimeira das Infra-Estruturas Urbanas de África, que se realizou na Cidade do Cabo.

Madelein Mkunu, presidente das Mulheres Líderes de África, perguntou ao ministro se as mulheres angolanas têm uma participação activa na reconstrução do país. José Silva respondeu: "em Angola as mulheres têm uma participação activa em todos os sectores, até nos órgãos de decisão do Estado. Temos mulheres a trabalhar afincadamente no Urbanismo e Habitação".

A resposta satisfaz Madelein Mkunu que pediu ao ministro para dar toda a oportunidade às mulheres porque "devem estar ombro a ombro com os homens na reconstrução do país e no combate cerrado à pobreza".

José Silva falou sobre as Novas Centralidades, respondendo ainda a uma pergunta formulada por Madelein Mkunu: "apesar dos excelentes resultados alcançados nos últimos anos, os desafios ainda são consideráveis e o Executivo assegura a construção de 14 centralidades que vão beneficiar uma população de um milhão de pessoas. Aí está um indicador do combate à pobreza".

Blamon Nelson, ministro da Administração Interna da Libéria, antes de perguntar ao ministro José , da Silva que passos Angola está a dar em termos de infra-estruturas e construção de novas centralidades, reconheceu e elogiou a forma como o país tem vindo a desenvolver o sector de Urbanismos e Habitação.

O ministro José Silva agradeceu o elogio e respondeu que "Angola, logo após a independência, viveu 30 anos de guerra, que resultaram na destruição do parque imobiliário, de infra-estruturas, deslocação massiva das populações das áreas de guerra e um enorme desequilíbrio demográfico. Em 2003, foi lançado o Programa de Infra-estruturas Integradas, visando estancar a degradação progressiva das zonas suburbanas". Com esta resposta Blamon Nelson disse que Angola está a dar uma boa lição a África e que a Libéria está no mesmo processo e tem, também, um programa de desenvolvimento de infra-estruturas e de construção de casas sociais.

Eduardo Moreno, que exerce a função de pesquisador e formador na ONU Habitat, referiu que Angola é um exemplo a seguir pelos países africanos e por todos os outros.

Eduardo Moreno já exerceu as funções de consultor do Ministério do Plano, em Angola. Preconizou um observatório de indicadores urbanos, cujo objectivo é de medir o nível de desenvolvimento das cidades do país. "Angola está na era de pensar melhor, que foi um dos lemas da conferência, porque o Tempo de pensar urbano A experiência de Angola no sector do Urbanismo e Habitação está a ser bem aproveitada por muitos países, como constatou a reportagem do Jornal de Angola, durante o Conselho de Governança da ONU Habitat, que se realizou em Nairobi.

## 6.15 Um «cabritismo» muito descarado

*Semanário Angolense*  
20 De Abril de 2013

Há no sector de Construção Civil e Obras Públicas alguns «regulamentos» capciosos próprios, que faz com que todo aquele que assuma um cargo substantivo e com poder decisório só encontre dois caminhos possíveis: ou «alinha-se» ou «deixa o comboio passar». O processo começa a ser equacionado na seleção das empresas, segue depois para os convites, apresentação de propostas e a abertura das propostas. Neste andar há mesmo quem vá ao concurso com a certeza de que irá efectivamente ganhar a empreitada. Ou seja, há acusações de que os concursos públicos são simulados para contratação em favor de parentes ou de empresas nas quais têm interesses. Apesar de existirem regras para a contratação na administração pública angolana, muitas vezes as contratações não respeitam as regras e os procedimentos para o efeito. Os gestores públicos são acusados de simularem a realização concursos públicos, sendo

que, na prática, as empresas que virão a «vencê-los» são quase invariavelmente aquelas ligadas a si, a parentes ou amigos e, na maior parte das vezes, os «vencedores» dos concursos não reúnem as condições para executarem as obrigações contratuais. Sabe-se que ao nível dos governos provinciais a escala funciona no critério de que todos os beneficiados devem «lavar as mãos dos gestores públicos com valores não inferiores a 10% do orçamento da empreita .... da», uma indicação que os empreiteiros dificilmente se recusam a cumprir por duas ordens de razões:

1) Não cumprindo com este pressuposto, o empreiteiro fica condenado a nunca mais conseguir obras em parte alguma daquele território, caso consiga receber os pagamentos seguintes da obra que estiver a ser executada.

2) O seu funcionamento conta com o beneplácito dos empreiteiros de Obras Públicas e empresas de Fornecimentos que pouco ou nada conseguem fazer para travar o apetite dos gestores públicos, em que personalidades a nível do poder (central, provincial e municipais) estão sempre à espreita de uma oportunidade para «assaltar» de forma «elegante» a algibeira de comerciantes e empresários. O processo começa pela selecção de empresas que devem ser apuradas para participarem num determinado concurso público, que normalmente é fechado, dada as brechas da própria Lei da Contratação Pública. Esta fase decorre já sob intensos contactos entre empresários e os gestores públicos directamente ligados ao processo. Nestes contatos, correm promessas de que caso lhes seja dada a oportunidade de ganhar uma ou outra obra, os 10% chegarão, num autêntico cortejo de fraudes atrás de fraudes. As fraudes no sector público atingiram o ponto em que podem ser facilmente equiparadas, conceitualmente, com as fraudes internas nas grandes empresas. Em ambas são factores recorrentes, determinantes e fundamentais, a existência de oportunidades, a corrupção, o conflito de interesses e a falta de controlos eficientes na execução das tarefas. Por esta razão, muitos dos métodos aplicados no combate às fraudes internas também servem ou, melhor, serviriam, se fossem aplicados, para o combate às fraudes no sector público. A «regra dos 10% ou 15% também conhecidos por comissão» tem fundamentação na lógica do adágio popular segundo a qual «o cabrito come onde estiver amarrado». Recorrentemente, alguns governantes e gestores de empresas públicas condicionam a realização de grandes investimentos à garantia da entrega dos 10% por parte das empresas interessadas, ou ainda à prestação de serviços por suas próprias empresas nas áreas em que trabalham. Dito de outro modo, é o

«cabritismo» na sua verdadeira dimensão. Significa que o agente público, enquanto estiver a exercer a sua função, deverá gerir a coisa pública de modo a tirar o melhor proveito individual/privado possível para a sua sobrevivência, vivência e enriquecimento, ainda que ilicitamente. Esta situação está também na origem do surgimento dos sinais exteriores de riqueza imediata de agentes públicos que tão logo assumem responsabilidade de gestão na Administração Pública, no Executivo central ou local, começam a exibir carros de luxo e outros bens de elevado valor financeiro.

## 6.16 Presidente cria gabinete para a requalificação

*Semanário Angolense*

*20 De Abril de 2013*

Presidente da República, José Eduardo dos Santos exarou um decreto que cria o Gabinete Técnico de Coordenação da Requalificação e Reconversão Urbana do Perímetro Costeiro Demarcado da Cidade de Luanda, que tem por objectivo assegurar a coordenação técnica e metodológica entre os diversos intervenientes no processo de implementação dos seus projectos. Ao Gabinete compete também promover o desenvolvimento imobiliário nas novas zonas da Boavista e Sambizanga, abrangidas pelos projectos de requalificação urbana das fases I, II e III e propor ao Executivo medidas para promover o loteamento e o investimento privado dos terrenos. O referido Gabinete Técnico é dirigido por um Director e irá dispor de um Conselho Técnico Consultivo que integra os Directores dos Sub-programas de requalificação em curso no Perímetro Costeiro Demarcado. O Estatuto Orgânico do Gabinete Técnico de Coordenação da Requalificação e Reconversão Urbana do Perímetro Costeiro Demarcado da Cidade de Luanda, deve ser aprovado no prazo de 45 dias, a contar da data de entrada em vigor do presente Decreto.

Felicitações a Maduro

Entretanto, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, felicitou, nesta quinta-feira, Nicolas Maduro, pela sua eleição ao cargo de Chefe de Estado da República Bolivariana da Venezuela. soubese de fonte oficial. «Tenho a honra de, em nome do Governo angolano e no meu próprio, felicitar Vossa Excelência por ocasião de sua eleição ao cargo de Presidente da República Bolivariana da Venezuela, formulando-lhe votos de muitos êxitos e felicidades no cumprimento do seu nobre mandato», lê-se na mensagem.

De acordo com a missiva, a vitória neste pleito eleitoral reflecte inequivocamente a vontade soberana expressa democraticamente pelo povo venezuelano de o ver à frente dos seus destinos. «Estamos convencidos que saberá corresponder às expectativas em si depositadas, dando continuidade ao grande legado de conquistas alcançadas, em prol da soberania, do progresso e do bem-estar do povo da Venezuela», sublinhou o Chefe de Estado angolano. José Eduardo dos Santos aproveitou a oportunidade para reiterar o desejo do Governo angolano de continuar a reforçar os laços de amizade e cooperação entre os dois países.

## 6.17 Vida nova para as populações de Catabuanga e Lites

*Jornal de Angola*

*21 De Abril de 2013*

As regedorias de Catabuanga e Lites, no município de Bucozau, em Cabinda, estão a recuperar as suas populações, que delas fugiram durante a guerra para alojar 150 famílias, compostas por um total de 988 pessoas que quiseram regressar, a governadora Aldina da Lomba entregou um número correspondente de casas de tipologia T3, construídas no âmbito do programa de Realojamento das populações. O actual contexto destas localidades é um reflexo inequívoco do que são os ganhos da Paz, uma vez que, em 2005, esta era uma área totalmente desabitada e destruída pela guerra, referiu a governadora durante o acto da entrega das novas habitações. "Hoje, a população pode regressar em segurança à sua aldeia", afirmou. Em 2006, o Governo de Cabinda e as agências das Nações Unidas tentaram sensibilizar a população de Catabuanga que se encontrava na localidade de Cimbaianga, Congo Brazzaville, no sentido de regressar ao país. Uma proposta recusada, por alegada falta de segurança e de condições para o seu retomo. Hoje, disse Aldina da Lomba, há segurança. Paz e tranquilidade nas localidades de origem para ajudar a reconstruir Angola. Não basta a população receber as casas, alertou, é também necessário começar a desenvolver projectos produtivos, que permitam às famílias realojadas viverem do sustento do seu trabalho. A governante assegurou para breve a conclusão do abastecimento de água, para garantir o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações. Para tal, o Governo Provincial está a construir um sistema de captação e distribuição de água potável em cada uma das aldeias de Catabuanga e Lites, com capacidade para fornecer 30 metros cúbicos e um tanque de armazenamento de 50 metros cúbicos. Também vão ser instalados dois grupos geradores de 150 kW e, em todas elas,

construída uma escola para o ensino primário, com quatro salas, área administrativa e balneários.

### A realização de um sonho

A guerra originou, a partir de 1976, a destruição de várias aldeias do município madeireiro, sobre tudo nas regiões de Necuto e Catabuanga, o que provocou a deslocação da população para outras zonas. Depois de vários anos fora do seu habitat, a população regressou à terra de origem com vontade de desenvolver o país e participar na reconstrução nacional. Das 150 casas sociais que foram entregues, 70 destinam-se aos habitantes de Catabuanga, e 80 aos de Lites. André Martins, um dos beneficiários, recebeu a casa nº 27, com três quartos, sala, cozinha e quarto de banho. Em 1976 abandonou Catabuanga, aldeia natal, e ingressou na FLEC. No dia 22 de Dezembro de 2004 abandonou as matas porque "estava a perder tempo" e entregou-se às autoridades. "Fui bem recebido", disse André Martins, pai de dois filhos, que hoje afirma ser um homem feliz por viver tranquilamente com a família numa casa nova, recuperar o tempo perdido e ajudar o país a prosperar. "Durante o tempo em que militei na FLEC, não ganhei absolutamente nada. Hoje tenho uma casa, o que constitui para mim a realização de um sonho, já que muitos de nós já não contava ter uma habitação própria por falta de condições financeiras", frisou.

Damião Julião Ndele também viveu muito tempo fora da aldeia. Satisfeito por ser contemplado com uma casa, na qual se instalou com a família, defendeu que esta medida deve ser extensiva às outras pessoas da regedoria que não foram abrangidas por esta primeira fase. Para o regedor Pedro Baza, o regresso representa uma alegria para a população e é uma prova dos esforços do Governo em resolver os problemas do povo. Como a maior parte da população se dedica à actividade agrícola, pediu que seja instalado um mercado para a comercialização dos produtos a preços acessíveis. Para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas, o Governo Provincial colocou dois camiões para transportar a safra da população a custo zero. Apesar disso, aquela autoridade tradicional lamentou a falta de motosserras e outros utensílios para a lavoura.

### Regedoria

A regedoria de Catabuanga é constituída por 40 autoridades tradicionais e dela fazem parte dez aldeias. Além das 150 moradias, tem agora duas escolas primárias, e energia e água. O coordenador da regedoria, Lourenço Madeca, assumiu o compromisso de garantir a protecção e manutenção das casas e outros bens que foram postos à

disposição da população. Garantiu, ainda, que a população agora realojada vai empenhar-se afincadamente na actividade do campo, para combater a pobreza. Ao Governo Provincial pediu para se empenhar na reabilitação e melhoria da estrada que vai de Quissamano a N ecuto e a reabertura da que liga o Chilombo a Caio Poba, para facilitar o escoamento de produtos para os centros de venda. Referiu ainda a necessidade de se construir um centro de saúde e um cemitério.

#### Empresas idóneas

A Paz trouxe para a região do Maiombe benefícios significativos em vários domínios, como o da educação, saúde, transportes, água, energia, habitação e vias de comunicação. Existe um amplo projecto de reabilitação das principais vias de acesso para facilitar o realojamento de muitas pessoas aglutinados na cidade. A administradora municipal de Buco Zau, Marta LeIo, referiu que os troços a serem reabilitados são MicumaIII/ Sinde/ Muanza e Luvejche, Mbundo/ Penicácata e Chivonde, Conde GrandeINKode e S. José de Luali, Caio Contene/ Chinvula e Nkonde Litombe, Chilombe/ Bendizer e Caio Poba, além do melhoramento da via de Catabuanga, Micuma II/Conde Pequeno e Ngunga. Para a reabilitação destas estradas, pediu que as obras sejam adjudicadas a empresas com idoneidade técnica e sujeitas a uma fiscalização eficiente.

## 6.18 Casas sociais para os jovens

*Jornal de Angola*  
24 De Abril de 2013

O ministério da Juventude e Desportos definiu como prioridade o acesso dos jovens ao Programa Nacional de Habitação, informou ontem o secretário do Estado Nhangá de Assunção. O secretário do Estado para a Juventude fez esta declaração durante um encontro com jovens polícias, no Comando Provincial de Luanda. O Ministério da Juventude e Desportos continua a lançar programas que permitem dar aos jovens oportunidades de acesso ao trabalho, educação, saúde, formação profissional, habitação social, auto-emprego e crédito bancário. O Executivo, disse, aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 a 2017, no qual está definido que um dos objectivos é propiciar uma maior inserção da juventude na vida activa e promover a inclusão social com soluções para os principais problemas da juventude, como forma de alcançar os grandes objectivos da

democracia. A promoção e difusão da cultura do empreendedorismo juvenil através do progra-

ma das micro, pequenas e médias empresas, facilitar o acesso ao crédito jovem, o programa nacional de combate à pobreza e a mobilização e selecção de jovens para o acesso a bolsas de estudo, são outros programas em marcha. A maior preocupação manifestada pelos jovens polícias é a falta de acesso às casas das novas centralidades, a segurança social, formação e maior reconhecimento por parte da sociedade. Nhangá de Assunção disse que o Plano Nacional de Desenvolvimento reafirma a necessidade da juventude estar envolvida nas tarefas de reconstrução e ser melhor preparada, educada e participativa nos processos de aprendizagem académica e profissional: "só assim é que o país pode ter a certeza de que as metas de desenvolvimento traçadas no plano político, social e económico podem ser alcançadas". Nhangá de Assunção disse que um dos maiores desafios actuais é o resgate dos valores morais e cívicos najuventude. O secretário do Estado disse que é fundamental a formação técnico profissional dos jovens, a fim de conter o ritmo de crescimento do crime, sinistralidade rodoviária, uso desregrado de álcool e drogas, prostituição, violência doméstica e delinquência juvenil. Sobre a criminalidade entre os jovens, o Ministério organiza em Novembro uma conferência.

O director provincial de Luanda para a Juventude e Desportos, António Rosa, disse que o governo da província tem vindo a desenvolver programas de apoio à juventude, a promoção do desporto e a criação de centros comunitários. No que diz respeito ao combate à pobreza, António Rosa disse que foram construídas 19 escolas primárias e estão em construção 16 postos de saúde em todos os municípios. Estão em funcionamento 12 Balcões Únicos do Empreendedor (BUE), que já beneficiaram 2.896 jovens.

## 6.19 CABINDA, Primeiras casas do bairro social em conclusão

*Jornal de Angola*

*24 De Abril de 2013*

As primeiras 60 das 200 casas T3 em construção no bairro social de Zongolo, nordeste da cidade de Cabinda, são entregues dentro de 15 dias a famílias desalojadas, no âmbito do programa de requalificação da capital da província.

Aquele programa prevê a realização de obras de melhoria de estradas e das valas de drenagens do bairro Madombolo.

O bairro de Zongolo tem posto de transformação de energia eléctrica, com capacidade de mil kva, e um furo artesiano capaz de produzir oito metros cúbicos de água por hora, disse ao Jornal de Angola o secretário provincial do sector, Filipe Barros. Agovernadora da província, Altina da Lomba, que visitou as obras e sugeriu algumas alterações ao projecto, afirmou que posteriormente são construídas mais cem casas de média renda.



## 7. TERRA

### 7.1 Jovens recebem terrenos

*Jornal de Angola*  
01 De Abril de 2013

O Governo Provincial do Moxico vai atribuir neste mês de Abril, a 200 jovens residentes na cidade do Luena, lotes de terreno para a segunda fase da autoconstrução dirigida, no âmbito das comemorações do Dia da Juventude Angolana.

O director provincial da Juventude e Desportos, Angelino Liló, esclareceu que os contactos para aquisição de terrenos já se encontram numa fase avançada, junto da Administração Municipal do Moxico.

O administrador municipal adjunto do Moxico, Bento Luembe, disse que "a entrega dos terrenos é grátis, o que significa dizer que o beneficiário não tem nenhuma participação financeira, para conseguir a parcela de terra".

Para comemorar o 14 de Abril, a direcção provincial da Juventude e Desportos no Moxico estabeleceu um programa de atividades, em que consta uma marcha sobre a prevenção rodoviária, campanha de limpeza e embelezamento das artérias da cidade do Luena, além de várias atividades culturais e desportivas.

O programa, que vai até ao dia 28 de Abril, prevê também campanhas de plantação de árvores, visitas a instituições religiosas e unidades militares, encontros com os líderes das associações juvenis e debates radiofónicos sobre a data.

A inauguração do campo multiuso, visita às obras do aeroporto local e palestras para os estudantes universitários são outras ações programadas para as festividades.

O ponto mais alto está reservado para a realização de um acto político de massas e uma gala da juventude, no dia 14 de Abril, na cidade do Luena.

### 7.2 Jovens da Humpata recebem terrenos

*Jornal de Angola*  
02 De Abril de 2013

O objetivo das autoridades locais, salientou o administrador adjunto, é criar condições para os jovens construírem as casas com meios próprios.

Neste momento, referiu, decorrem trabalhos de loteamentos e armamentos de uma área destinada à construção de casas sociais para quadros e a serem erguidas várias infra-estruturas destinadas a serviços de saúde e de educação, bem como recintos desportivos.

O administrador municipal em exercício referiu que as obras de construção de 200 fogos habitacionais, previstos para a Humpata, decorrem sem sobressaltos, com 60 casas já concluídas.

O município dispõe de duas reservas fundiárias, a da Humpata Norte, nos arredores da sede municipal, e outra na povoação da Palanca.

Na primeira reserva está previsto construir cerca de 300 casas, além de edifícios para instituições oficiais, e na segunda, 400.

As novas urbanizações vão dispor de arruamentos, parques de estacionamento automóvel, postos policiais, recintos desportivos, unidades escolares, bem como de sistemas de iluminação e de abastecimento de água potável.

Os jovens do município começaram a inteirar-se das condições futuras, que vão ser proporcionadas pelas novas moradias.

Os lotes de terreno estão localizados em pontos atraentes, o que permite, segundo os beneficiários, projetar climas de diversão e recreamento aprazíveis. A Administração Municipal da Humpata assegurou que os projectos são bastante ambiciosos e permitem aos futuros inquilinos desfrutarem de boas condições de habitabilidade.

O administrador adjunto salientou que outros projectos estão a ser levados a cabo a nível daquela parcela da província da Huíla, com vista a melhoria das condições de vida das populações, com base na construção de várias infra-estruturas hospitalares, escolares e outros serviços socioeconómicos.

No âmbito do Programa de Combate à Pobreza, o responsável avançou que outros sectores, como da Energia e Água, Agricultura também vão merecer a atenção das autoridades municipais.

### 7.3 Operações de limpeza nas reservas fundiárias

*Jornal de Angola*  
02 De Abril de 2013

O director do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) no Bié disse ontem à Angop estar garantido para este ano o reforço das acções de desminagem das reservas fundiárias do Estado em toda província.

Bernabé Frederico afirmou que o programa de atividades compreende a limpeza das reservas fundiárias de Caluapanda e do Cunhinga para garantir segurança e confiança ao governo e empresas que estão a construir infra-estruturas sociais naquelas zonas.

O programa prevê igualmente a desminagem de uma área em Camacupa para a instalação de um projecto agrícola e de outra na comuna do Belo Horizonte, Cunhinga, para a construção de uma escola de 12 salas.

Recolha e destruição de engenhos explosivos, reconhecimento e catalogação de campos minados e sensibilização das populações sobre os perigos de minas são, entre outras, tarefas também programadas.

O INAD tem a colaboração dos, efetivos da Polícia Nacional, das autoridades tradicionais e da população na indicação de campos suspeitos de estarem minados ou armadilhados com outros engenhos explosivos. E na província, o INAD limpou durante o ano passado, uma área de 4.795.160 metros quadrados.

O INAD removeu 925 engenhos explosivos não detonados na província do Bié. Entre os engenhos explosivos desativados constam 29 minas antipessoais, 12 antitanques e 884 engenhos não detonados. Em 2012 a instituição recolheu do solo e de esconderijos 21.288 munições de pequeno calibre e 995.441 metais.

### 7.4 Gestão de terras em debate

*Jornal de Angola*  
06 De Abril 2013

A Acção para o Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA), instituições públicas e privadas e elementos da sociedade civil debateram ontem, no Huambo, as vantagens da Lei de Terras.

A directora da ADRA no Huambo, Maria de Lassaleth, que presidiu ao encontro, recordou que na última década o Executivo traçou política para

melhorar a vida das comunidades pelo acesso à terra, principalmente da parte mais vulnerável d população.

No encontro, que encerrou ainda ontem, foram discutidos temas como a caracterização fundiária de Angola e seu enquadramento legal, experiência da FAO, delimitação e legalização de terras comunitárias, tipologia de conflitos de terras e diferendos.

A Lei de Terras aplica-se aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos em benefício de pessoas singulares ou de pessoas colectivas de direito público ou de direito privado, designadamente com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária, silvícola, mineira, industrial, comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, entre outros.

### 7.5 Terrenos loteados para a auto-construção dirigida

*Jornal de Angola*  
07 De Abril de 2013

Terrenos das reservas fundiárias do Estado na província do Uíge estão a ser loteados e vendidos à população para travar o crescimento desordenado dos centros urbanos e construção de casas em locais de risco. O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse que a decisão visa responder às reclamações da população que deseja ter "casa própria".

Nesta altura estão em estudo os modelos residenciais para cada urbanização e: nos próximos dias, vai ser realizado um concurso público para a escolha da empresa que se vai encarregar da desmatamento, arruamentos, redes de electricidade, água e saneamento básico das urbanizações. "Com a urbanização das reservas fundiárias vamos conter a expansão dos musseques, porque a população vai ter acesso a áreas infra-estruturadas e esses terrenos vão ser vendidos aos cidadãos para que estes deixem de construir em zonas de risco", disse o ministro José Silva. O processo de auto-construção dirigida consta do programa habitacional do Executivo e permite que os cidadãos não esperem muito tempo para obterem uma habitação nas novas centralidades. Podem construir a sua casa com fundos próprios ou créditos bancários. O ministro do Urbanismo e Habitação visitou a nova centralidade de Quilomosso, a seis quilómetros da cidade do Uíge, onde já estão concluídos mais de mil apartamentos e vão arrancar agora 4.500 habitações. O ministro José Silva ficou satisfeito com o andamento dos trabalhos.

A empreitada decorre dentro dos padrões e-prazos contratados. José Silva disse que as mais de mil casas já construídas vão contribuir para a redução do défice habitacional existente na província e permitir que os funcionários públicos e os jovens concretizem o sonho de casa própria.

José Silva propôs que seja construída uma linha de transporte de energia eléctrica a partir da estação de Quigima, onde é recebida a corrente eléctrica proveniente da barragem hidroeléctrica de Capanda, para ligar à nova urbanização com vista a permitir que os futuros moradores tenham energia em suas casas e iluminação pública. "Está em elaboração no Ministério da Energia e Aguas um estudo que visa a construção de uma linha de transporte e uma subestação para a transformação de energia eléctrica. Vão ser identificados pontos de água para a construção de um sistema de abastecimento na zona", referiu José Silva. O ministro do Urbanismo e Habitação está preocupado com o atraso na construção de 2.500 casas na nova centralidade de Negage. "A reserva fundiária para a construção das habitações no Negage está disponível. Foram efectuados trabalhos de desminagem e desmatamento. A empreiteira deve iniciar de imediato a edificação das casas para o bem dos munícipes", esclareceu o ministro do Urbanismo e Habitação no final da visita de na centralidade de Quilomosso.

#### Requalificação urbana

o governador provincial do Uíge considerou a falta de urbanização dos bairros periféricos da cidade do Uíge como o factor que concorre para a má imagem arquitectónica do município sede da província e para a má qualidade de vida de muitos moradores. Paulo Pombolo fez estas afirmações durante a visita aos bairros da Capopa, Missão e Cawa, no município do Negage, e Papelão, Candombe e Pedreira, no município do Uíge. O governador solicitou a intervenção de José Silva na viabilização dos projectos que visam melhorar os arruamentos, saneamento básico e fornecimento de energia e água a estas localidades. "No bairro Candombe está em fase de conclusão a construção do Hospital Municipal do Uíge. A via de acesso está em mau estado. Quando a unidade hospitalar abrir, as ambulâncias e as viaturas particulares não podem circular. Mas a falta de acessos dificulta o seu normal funcionamento", alertou o governador do Uíge.

O ministro do Urbanismo e Habitação garantiu a inclusão dos projectos de requalificação urbana dos bairros Capopa, Missão e Cawa, no município do Negage, Papelão, Candombe Cacole, Cemitério e Pedreira, no município do Uíge. Também entram em requalificação as sedes municipais de Dange-Quitexe,

Songo e Quimbele. "Nestes bairros existem infra-estruturas importantes nos domínios das águas, energia eléctrica e saúde. Daí a necessidade de melhorarmos o aspecto urbanístico destas localidades. Vão ser executados também os projectos de alargamento das principais estradas que dão acesso à cidade do Uíge e a reabilitação da via que vai até ao aeroporto provincial, igualmente em obras", garantiu José da Silva.

#### Melhorar os bairros sociais

José Silva defendeu a necessidade da melhoria das casas sociais em construção nos municípios no âmbito do programa habitacional do Executivo, com vista a adequá-las aos novos padrões habitacionais. O ministro do Urbanismo e Habitação anunciou a instalação de sistemas de energia solar para fornecer luz eléctrica às casas e para iluminação pública nas novas urbanizações que estão a ser erguidas. As habitações sociais construídas nos municípios do Bungo, Negage, Dange-Quitexe e nos projectos urbanístico Vilavil e Agrovil, que o ministro visitou, devem ter muros de vedação, furos de águas para fontanários, arruamentos e rede de esgotos. José Silva defendeu ainda a construção de infra-estruturas básicas nos bairros Candombe Velho, Candombe Novo, Papelão, Pedreira e Cemitério. "Deve ser elaborado um projecto para os muros de vedação dos lotes, outro de construção das mini-hídricas que vão fornecer energia eléctrica e água a estes projectos habitacionais. Devem também ser criados planos de acção onde constem as actividades a serem realizadas e os prazos de execução", disse ministro José Silva. No âmbito dos projectos desenvolvidos pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, José Silva disse que a prioridade para este ano é dar continuidade e concluir os programas em curso, nomeadamente as 7.500 casas destinadas aos municípios do Uíge e Negage, a construção de 100 moradias sociais nos municípios de todas as províncias. "Em conjunto com o governo da província do Uíge traçamos estratégias que visam aliviar as dificuldades. Vamos continuar a trabalhar para que estes projectos sejam concluídos e que melhorem as condições de habitabilidade das populações", sublinhou.

#### Casas sociais nas comunas

Tendo em conta os pedidos das administrações comunais para construção de casas sociais que garantam melhores condições habitacionais aos funcionários das administrações locais, professores, enfermeiros e outros servidores da administração pública, Paulo Pombolo defendeu a construção de parte das 200 casas sociais destinadas às sedes municipais, nas sedes comunais. Paulo Pombolo

referiu que a atenção prestada apenas às sedes municipais tem contribuído para o deficiente nível de vida das populações nas comunas, aldeias e bairros. "Pretendemos que as casas sociais que vão ser construídas na segunda fase nos municípios sejam transferidas para as sedes comunais, com vista a proporcionarmos melhores condições habitacionais aos funcionários daquelas administrações e outros cidadãos", defendeu. O ministro do Urbanismo e Habitação prometeu que vai contribuir para a descentralização do programa habitacional nos municípios da província e permitir que seja abrangente às comunas. "O Ministério está a trabalhar para a definição de um modelo para a comercialização das casas sociais, cujos beneficiários vão ser os funcionários públicos e os jovens. Não existe nenhum inconveniente sobre a solicitação do Governo do Uíge em transferir algumas habitações sociais para as comunas para responder à procura da população e minorar as dificuldades de acomodação dos quadros", concluiu o ministro do Urbanismo e Construção

## 7.6 Antunes Huambo, "não foram demolidas casas onde vivem pessoas e nem houve manifestação"

*Continente*

*12 De Abril de 2013*

O Administrador municipal de Menongue, Antunes Huambo, refutou ao *Continente* as informações segundo as administrações terá demolido a 9 de Abril, algumas residências em que habitavam populares nos arredores da capital da Província do Kuando-Kubango.

Segundo a VOA, o número um do Executivo de Menongue acompanhado pela Polícia anti-motim e da ordem pública orientou o processo de demolições que culminou com a destruição de mais de 40 casas, situadas na rua do aeroporto, perto do Bairro Castilho, no dia 9 do corrente, facto que terá criado uma onda de descontentamento no seio da população. Contacto ao telefone por este jornal, Antunes Huambo negou dizendo que a sua administração não colocou nenhuma família ao relento, alegando, no entanto que as residências destruídas estavam a ser erguidas dentro do perímetro do aeroporto de Menongue e, por uma questão de segurança das próprias populações foram "impedidas de prosseguirem com as obras, pois, trata-se de um local proibido e que as populações ainda não habitavam no local".

"Não correspondem com a verdade estas informações", disse o administrador de Menongue, quando questionado sobre as possíveis detenções de alguns populares que de acordo com "a Voz da América", tencionavam se manifestar defronte às instalações da Administração da sede da Província, isto depois verem deitadas abaixo as suas casas, referindo-se para já que "não houve manifestação alguma nem detenções, é uma pura mentira, conversamos com a população e explicamos que o objectivo é preservarmos a integridade física dessas pessoas".

Informações que chegam do Kuando-Kubango referem que a polícia de Menongue travou a manifestação dos desalojados, recorrendo mesmo aos disparos de armas de fogo, alguns dos quais atingiu uma das senhoras que se encontrava no rio que passa pelo centro da cidade, tendo sido evacuada para o hospital Central de Menongue.

## 7.7 Congolezes ocupam ilegalmente terras angolanas

*Semanário Factual*

*13 A 20 de Abril de 2013*

As autoridades angolanas e do Congo Democrático vão procurar resolver a problemática da ocupação ilegal de parcelas de terra do território angolano pela população da República Democrática do Congo (RDC) e, conseqüentemente, a sua delimitação, através da localização dos marcos de fronteiras. Para o efeito, uma delegação do governo da província da Lunda Norte (Angola) trabalha desde terça-feira, 09, na cidade de Kananga com as autoridades da região de Kassai Ocidental (RDC) para debater assuntos ligados à fronteira comum. O trabalho tem a ver com a preparação da agenda da reunião de sexta-feira, 12, que juntará os governadores das referidas regiões, Ernesto Muangala, da Lunda Norte, e Alex Kande, do Kassai Ocidental, para a análise de questões ligadas à segurança e à imigração ilegal.

No que toca à circulação de pessoas e bens, as autoridades angolanas pretendem avaliar a possibilidade da abertura dos postos de fronteira de Tchissanda e de Muenhannbulu (Angola), bem como de Karnacó e Muenhannbulu (RDCongo). Ainda no domínio da defesa e segurança, será analisada a acusação dos responsáveis locais sobre a alegada entrada intempestiva das forças policiais angolanas no território congolês. A saúde, a agricultura, assim como os acordos de geminação das cidades de Kananga ou Tchicapa (RDCongo) com a do Dundo (Angola) constam da agenda do encontro. A imigração ilegal nos últimos dias tende a aumentar e,



de acordo com as estatísticas dos Serviços de Migração Estrangeira da província da Lunda Norte, a média diária é de 50 a 80 violações de fronteira por parte de cidadãos provenientes do vizinho Congo.

## 7.8 Dezenas de famílias foram transferidas para zona do Zango

*Jornal de Angola*

*15 De Abril de 2013*

As 46 famílias que viviam na área das obras de drenagem da vala do Soroça, Cazenga, foram transferidas para o Zango III, Viana, anunciou o assessor de imprensa da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL).

Martiniano Pinto afirmou que as famílias foram transferidas para Viana para a drenagem continuar a ser feita. No dia 22 são realojadas 33 famílias que vivem na zona da vala do Cariango, também no município do Cazenga.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Novas ligações beneficiam milhares de famílias

*Jornal de Angola*  
01 De Abril de 2013

Os dados foram avançados ao Jornal de Angola pelos engenheiros Hélder Tona e Joaquim Canas, envolvidos na execução do projecto. Das 77.701 casas em que foram feitas as ligações, a água jorra nas torneiras de 14.553.

O projecto é da iniciativa do Executivo e, até ao mês de Outubro do próximo ano, mais 700 mil casas, na província de Luanda, vão ter água canalizada.

O projecto começou em Agosto de 2012, é coordenado pelo Ministério da Energia e Aguas (MINEA) e tem como objetivo fazer ligações domiciliarias nas zonas onde não existem e ampliar e melhorar a rede anterior.

Para a execução do projecto, a EPAL contratou duas empresas chinesas, a Sinohydro e a Guangxi, que trabalham com técnicos angolanos. Cada empresa atua em cinco zonas distintas, entre municípios e distritos urbanos.

Várias famílias residentes nas zonas do Futungo, Kífica e Simione, em cujas torneiras passou a jorrar água, manifestaram o seu contentamento.

Mesmo nos bairros onde os trabalhos ainda estão em curso, os moradores também estão alegres. Yara Gamboa, que vive no Futungo, disse à reportagem do Jornal de Angola que o sofrimento de acarretar água com balde à cabeça acabou. "Agora tomamos banho de chuveiro."

O partido vencedor das eleições de 31 de Agosto de 2012 está a cumprir o seu programa, para a felicidade e melhoria de vida da população, acrescentou. Manuel António, 45 anos, morador no bairro Prenda, disse que, quando começar a jorrar água em sua casa, vai poupar boa parte do salário para outras despesas.

"Gastamos muito dinheiro na compra de água em bidões." Ana de Fátima, moradora no morro Bento I, disse que gasta mensalmente mais de 12.000 kwanzas na compra de água.

"Apesar de a EPAL não concluir ainda as ligações domiciliarias, estamos felizes, porque diariamente vemos os técnicos a trabalharem para que a água chegue às nossas casas.

" O projecto abrange os bairros Hoji ya Henda, Tala Hady, Cazenga, Kikolo, Comandante Bula, Dala Mulemba, Caelele, Cemitério 14, Augusto Ngangula, Compao, Cardoso, Precol e a Comissão do Rangel, municípios do Cacuaco e Cazenga e distrito urbano do Rangel.

A comuna do Ngola Kiluanji, que integra os bairros São Pedro da Barra, Farol das Lagostas, Porto Pesqueiro, Mulemba e Encib, também estão abrangidos pelo Projecto.

Os bairros Futungo de Belas, Futungo 2, Talatona, Morro Bento 1 e 2, Benfica, zonas do Chinguari, Kífica, Sossego, Luquembo, Santa Marta, Tanque Serra, Jacaré 3, Quilómetro 30, Vitrona, Zona Verde 1, 2 e 3 também vão beneficiar de ligações domiciliarias. No distrito urbano da Ingombota projecto prevê melhorar a rede de distribuição de água na Cidade Alta, Coqueiros, Boavista, Kinanga, Praia do Bispo, Ilha do Cabo, Chicala 1 e 2.

O director da área de atuação da empresa chinesa Sinohydro, Helder Tona, disse que no município de Viana vão ser feitas 96 mil ligações domiciliarias, no distrito urbano do Kilamba Kixi 56.560 e no distrito urbano da Samba e na comuna do Benfica 40 mil.

Para o município do Cacuaco estão previstas 51.947 ligações, dez mil para o distrito urbano do Sambizanga, 216.548 para o município do Cazenga, 97.195 para os distritos urbanos da Maianga, 45 mil para a Ingombota, 36.333 para o Rangel e 20 mil para o Futungo.

No distrito urbano do Sambizanga os trabalhos ainda não arrancaram porque a administração ainda não concedeu terreno à EPAL para a criação de um estaleiro, disse Hélder Tona.

"Estamos em fase de negociação com a administração local, no sentido de nos ceder um espaço para o empreiteiro poder montar o estaleiro e posteriormente fazer o levantamento da zona e arrancar com o projecto", disse.

Após a conclusão da ligação à rede da EPAL, o proprietário da casa deve dirigir-se a um dos bancos e proceder ao pagamento de 15 mil kwanzas na conta da EPAL, referente à taxa de ligação e, com o comprovativo, efetuar a celebração do contrato.

Para a assinatura do contrato, o cliente deve juntar a fotocópia do Bilhete de Identidade, agregado familiar e o documento comprovativo da titularidade do imóvel ou contrato de arrendamento.

A direcção da EPAL manifesta a preocupação com o comportamento de alguns moradores que vandalizam os contadores de água colocados nas moradias.

"Por exemplo, no distrito urbano do Kilamba Kiaxa, menos de uma semana depois de feita a ligação de água canalizada a moradias, há vários contadores danificados", disse Helder Tona.

O director Joaquim Canas apelou à população da província de Luanda no sentido de conservar a canalização de água que é posta à disposição dos cidadãos.

## 8.2 Melhorado consumo de água potável no município

*Jornal de Angola*

*02 De Abril de 2013*

A reinauguração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água de Camabatela, que beneficia mais de cinco mil habitantes, foi feita pelo governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, no âmbito das celebrações de mais um aniversário da paz em Angola.

Numa cerimónia testemunhada por representantes do Ministério de Energia e Aguas, deputados do círculo provincial, entidades religiosas e tradicionais e membros do governo.

O chefe de departamento das Aguas do Kwanza-Norte, True Zanguí, frisou que a execução do projecto, consignado em Dezembro de 2011, durou um ano e abarca a recuperação da casa de bombagem, inclusão de duas bombas, com capacidade de 35 metros cúbicos, dois quilómetros de tubos de polietileno com diâmetro de 140 milímetros.

True Zanguí disse que foi reabilitado um reservatório de distribuição, com capacidade de 250 metros cúbicos e com duração de lotação de oito horas. Foi também instalado um filtro de areia na conduta e um doseador de cloro.

A rede de distribuição interna conta com 11,6 quilómetros de extensão e inclui um sistema de bombagem especial, para fornecimento específico ao Hospital Regional de Camabatela, referiu.

O soba Ângelo José João louvou o gesto do Governo Provincial e disse que o consumo de água potável por parte dos habitantes da vila e arredores vai permitir a redução de doenças.

Pediú às entidades competentes o reforço no fornecimento de energia eléctrica, O governador

Henrique Júnior frisou que a distribuição de água potável às diversas comunidades é uma das prioridades do Executivo e das autoridades provinciais, de forma a garantir os bens de primeira necessidade à população.

O responsável máximo da província anunciou que dentro de cinco meses o Ministério da Energia e Águas vai realizar outro programa de distribuição, para beneficiar as populações das zonas mais recônditas de Camabatela.

O governador Henrique Júnior recomendou a preservação dos chafarizes e de outros meios postos à disposição, para a garantia de maior durabilidade do projecto. Os cidadãos, disse o governador, devem racionalizar o consumo, evitando torneiras abertas, lavagem de carros de forma anárquica.

Tendo afirmado que o Governo Provincial do Kwanza-Norte trabalha no sentido de cada municipalidade possuir agentes sociais para a sensibilização das populações em relação à protecção e preservação dos bens do Estado. Das obras em curso na região destaque também para as dos sectores da Saúde e da Educação.

## 8.3 Distribuição de água no Uíge com melhorias significativas Projecto garante ligações domiciliárias

*Jornal de Angola*

*06 De Abril 2013*

Um projecto de extensão de mais de 120 quilómetros de rede de água, para o melhoramento da distribuição do produto na cidade é arredores, arrancou terça-feira no bairro Mbemba Ngango, município do Uíge.

A empreitada, a cargo da empresa TSE, terá a duração de 18 meses e vai custar aos cofres do Estado cerca de 904 milhões 669 mil e 14 kwanzas, para permitir que mais de seis mil residências tenham água potável.

O chefe do departamento de Aguas do Ministério da Energia e Aguas, António Quaresma, revelou que, para além da extensão da rede de distribuição, serão ainda construídos novos sistemas de tratamento e tanques reservatórios para contemplar todos os bairros da cidade e comunidades periféricas.

O governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, afirmou que o seu governo está a envidar esforços para aumentar e melhorar o abastecimento de água à população.

"Apelamos por isso a compreensão e paciência dos cidadãos, pelos constrangimentos que as obras poderão provocar na circulação automóvel, enquanto durarem as obras.

Para além deste projecto, de acordo com o governador provincial, estão em fase conclusiva nos municípios da Damba, Ambuíla, Mucaba e Negage, as obras de construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, e de escavação de furos artesianos.

A cerimónia de lançamento da primeira pedra para o arranque das obras foi testemunhada por membros do governo provincial, autoridades tradicionais e população em geral.

## 8.4 Água canalizada chega à ate ao fim do ano

*Jornal de Angola*

*11 De Abril de 2013*

Mais de 19 mil ligações domiciliárias para abastecimento de água vão ser feitas até final deste ano, nos bairros periféricos da cidade do Huambo, num projecto do governo provincial. A chefe de departamento de distribuição e abastecimento de água da direcção provincial de Energia e águas, Eisa Pinto, anunciou ontem que o projecto de ligações domiciliárias arranca este mês, com prioridade para os bairros de São Pedro, Calomanda, Benfica e as novas zonas urbanas dos arredores da cidade do Huambo.

## 8.5 Moradores da centralidadedo Cacuoaco sem energia eléctrica e água potável

*Manchete*

*12 De Abril de 2013*

Como se não bastasse, o saneamento básico é completamente débil. As últimas chuvas que se abateram sobre Luanda, meter- am à prova o falso brilho desta cidade. O Manchete constatou que na cidade de Cacuoaco ainda há 1 muito por ser feito, cenário que se pode encontrar também nas centralidades do Kilamba, Kapari, 44 e Zango onde, igualmente, o saneamento básico é débil e não existem hospitais ou qualquer posto de saúde. Os populares que, conseguirem comprar ou arrendar e ter em mãos as chaves de um apartamento na nova centralidade de Cacuoaco terão de estar preparados para a contingência de viverem sob condições de isolamento. Por algum tempo, pelo menos, assim terá

de ser. Nesta fase, aquele projecto habitacional, ainda é, literalmente, uma ilha distante de tudo. Tirando meia dúzia de espaços destinados ao comércio e à própria administração da centralidade, não há nada nas cercanias. Da via rápida Cacuoaco-Benfica até à centralidade propriamente dita há que vencer uns seis a cinco quilómetros sem vivalma ou qualquer estrutura. Os pontos de "civilização" mais próximos (centros da vila de Cacuoaco e Viana) situam-se a dezenas de quilómetros. Espera-se que as autoridades providenciem o mais rápido possível os equipamentos sociais e outras estruturas necessários para que os primeiros habitantes não se sintam defraudados. Uma coisa é certa: valerá a pena esperar. Pois, para todos os efeitos, os apartamentos da centralidade de Cacuoaco são os que de um modo geral foram estruturados mais em conformidade com o padrão dos agregados familiares angolanos, geralmente numerosos. Os 35 mil fogos previstos nesta centralidade são constituídos somente por apartamentos T 4 e T5, isto é, com 4 e 5 quartos.

Nem mais nem menos. As salas são do tipo comum e relativamente espaçosas. Os chefes de família dispõem de uma suite igualmente espaçosa e confortável. Durante as inscrições milhares de pessoas fizeram filas à meia-noite e de madrugada para se inscreverem como candidatos a um apartamento nas centralidades do Kilamba, Kapari, 44, Zango e Cacuoaco. A população alega corrupção com esquemas a mistura entre agentes da polícia nacional aí colocados, para facilitar entrada no edifício, chegando-se a comentar à boca pequena, que estariam a cobrar entre 50 a 30 mil kwanzas. Os que não dispuseram destes valores foram obrigados a pernoitar dias a fio nas bichas. Neste preciso momento foram suspensas as inscrições, mas certo é que o sonho da casa própria está a tomar-se num pesadelo de filas. Para além da polícia ter sido acusada de corrupção, também pesam sobre si acusações de estar a agredir a população que ali se desloca para fazer a inscrição. Comenta-se que, inclusive mulheres grávidas e mães com bebés ao colo, assim como idosos, não são poupados. Para se conseguir uma casa numa das centralidades do Kilamba, Kapari, 44, Zango e Cacuoaco, o interessado é obrigado a passar noites nos projectos. A população passa o dia ao sol ardente, porque tirando a centralidade Vida Pacifica, no Zango, as outras centralidades ainda tem a sua arborização a desabrochar. A famosa sandes (pão com metade de coxa com frango) está a custar 300 a 200 Kwanzas, a gasosa custa também 300 a 200 kwanzas, ainda por cima, natural. Mesmo assim, para comprar é necessário estar também na fila de dezenas de pessoas. A confusão reinou todos os dias por altura do processo de aquisição de apartamentos nos projectos, recentemente vendidos na totalidade. Ouve



alturas em que os interessados não sabiam onde se dirigir, por exemplo, certo dia, longas filas foram formadas nestes locais, desde muito cedo, mas, mais tarde as pessoas que ali tinham ido foram informadas de que só na Centralidade do Cacuaco se fariam inscrições. Como o sonho de ter a casa fala mais alto, a população decidiu passar a noite nestes locais, com realce para o Kilamba até receberem a informação de que já não haviam casas para a venda, naquela centralidade. A maioria dos jovens interessados rejeitara ir para o Cacuaco, por considerarem ser muito à esquerda e as infra-estruturas não serem das boas. Cinco mil apartamentos são o número de unidades que foram vendidas na II Fase. Segundo João Ribeiro, um dos candidatos para aquisição de uma casa, não houve melhorias no atendimento, razão porque foram notadas longas filas nas centralidades do Kilamba e Cacuaco.

Já Alberto dos Santos, outro interessado, disse ao Manchete que passou períodos muito difíceis e aconselhou os governantes a irem partilhar o sofrimento da população, tão logo seja aberta a outra fase. "Isso é totalmente desumano", disse, e acrescentou por outro lado que "eu aconselho os dirigentes para virem cá e viverem o que estamos a viver". "É uma confusão danada," disse outro candidato, acrescentando que pessoas que estavam em listas anteriores foram obrigados a inscrever-se de novo. Depois do pesadelo que foi a luta para se conseguir uma casa no Cacuaco e Kilamba, os novos moradores queixaram-se também da falta de infra-estruturas sociais. "Não há hospitais e não há absolutamente mais nada a não ser as escolas" clamou uma das novas moradoras da Centralidade do Kilamba. Mas se é verdade que há escolas não são contudo em número suficiente.

#### Custo das casas nas centralidades

Na renda resolúvel o cidadão gasta muito mais, calculadamente, durante os 20 ou 15 anos para ter a propriedade do apartamento. Para tal, o Manchete tentou contactar a Delta Imobiliária, mas sem sucesso. O certo é que a SONIP atribuiu dois critérios para renda resolúvel, sendo uma para maiores de 40 anos de idade e a outra para pessoas com idades inferiores. Com menos de 40 anos o interessado paga as obrigações em 20 anos, enquanto os demais devem reembolsar por um período de 15 anos. Relativamente aos contratos, a SONIP vai cobrar três por cento sobre o valor das transacções, para fazer face aos outros encargos e serviços. Em todas as modalidades, os encargos legais, notariais, fiscais e judiciais são da responsabilidade das pessoas que aderirem aos actuais critérios comerciais. Na centralidade mais visível de Luanda - a Cidade do Kilamba -, os preços das residências variam entre sete

milhões (casas do tipo T3A) e 18 milhões de kwanzas (T5). Os apartamentos do tipo T3B e T3+ 1 custam cada, oito milhões e nove milhões de kwanzas, respectivamente. O arrendamento nesta centralidade está fixado em valores que variam entre 31 mil e 100 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 46 mil e 143 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 35 mil e 90 mil kwanzas para a renda normal, que apenas exige a apresentação de uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte.

## 8.6 ACAPC lança balde com torneira

*Continente*

*12 De Abril de 2013*

A Associação dos Comités de Água para o Progresso Comunitário, (ACAPC), situada na zona do Ngola kiluanje, lançou o projecto "Torneira no balde" para evitar o surgimento de doenças diarreicas agudas, vômitos e outras no seio das comunidades dos Ossos, Nguanhã e Ngola kiluanje, no Distrito urbano do Sambizanga.

A população dos bairros dos Ossos, Nguanhã, Só Boa, Ngola kiluanje estão a aderir ao projecto "Torneira no balde", para evitar certas doenças como as diarreicas agudas e vômitos. As recomendações saíram no fórum realizado com a associação de moradores, comissão de moradores, sociedade civil dos bairros que compõem o distrito urbano do Sambizanga. onde foram dissertados os temas sobre a saúde e higiene pública. "Descobrimos que a via de transmissão das doenças é a falta de higiene das outras pessoas, então demos o ponta-pé de saída", disse um responsável da comunidade. O hábito que as pessoas têm de lavar as mãos com água usada por outros, sobretudo nos óbitos, não é a melhor solução, o recurso é lavar as mãos com água corrente. Enquanto os moradores não terem água domiciliária que permitiria cada família ter uma torneira para uso de lavagem das mãos com água corrente chegamos a conclusão de adaptarmos algumas torneiras em recipientes com tampa. Por sua vez o secretário-geral disse que num balde com tampa aplica-se uma torneira e coloca-se em lugar alto, com um recipiente que recolhe a água suja, automaticamente, temos uma torneira a jorrar água dentro das nossas casas, ou dentro de uma igreja e aí estamos a lavar as mãos com água corrente, com isso facilitamos o controlo das crianças que gostam de pegar as canecas para tirar água no balde.

O mesmo exercício que tivemos na mudança dos recipientes abertos para os bidões, iniciou-se aqui no

Ngola kiluanje e hoje é aderido em qualquer parte da cidade de Luanda. Neste momento temos algumas torneiras no valor de Kz. 500,00 e o interessado aparece com o seu balde e aplica-se a torneira, a mão-de-obra não se paga porque se quer mudança de comportamento na nossa população. Este processo está a ter uma boa aderência porque a água não só serve para lavar as mãos mas também para beber, e uma espécie de torneira é sempre muito boa. "Neste preciso momento não temos fronteiras porque nesta formação participam elementos vindos do Cazenga, Cacuaco, e a anfitriã o distrito do Sambizanga e os treze bairros que a compõe participaram e ficaram com a tarefa de trazerem, os seus recipientes, e alguns bairros já estão a trazerem. Quanto maior o número de baldes que passarem aqui, melhor é para nós, disse Venâncio Camana.

## 8.7 Energia e água potável são já uma realidade

*Semanário Factual*

*13 A 20 de Abril de 2013*

O Ambriz é um município da província do Bengo, onde a energia eléctrica e a água potável deixaram de ser problema, fruto dos programas gizados pelo Executivo provincial e local para o bem-estar dos municípios.

A administração municipal do Ambriz adquiriu, há quatro anos, grupos geradores que asseguram o fornecimento de energia eléctrica a mais de 520 consumidores controlados na sede municipal. Nas comunas de Bela Vista e do Tabi, o abastecimento de energia eléctrica é igualmente assegurado por geradores. Para um trabalho eficiente, foram celebrados contratos com a empresa Mpofo, LDA para proceder à manutenção dos geradores na sede municipal e nas comunas. Foi também celebrado um contrato com a empresa Polvo m para a extensão da rede eléctrica na zona nobre de Ambriz, enquanto a empresa 2KB realizou actividades semelhantes nos bairros. Ao falar ao Factual, o administrador municipal do Ambriz, Januário Bernardo, fez saber que foram adquiridos quatro grupo geradores, sendo dois de 630 Kilowatts e dois de 250 Kilowatts. Realçou que a população do município do Ambriz beneficia de energia eléctrica das 18h às 24 horas. Segundo Januário Bernardo, não é fácil abastecer um município com geradores, mesmo com o reforço das capacidades de prestação destes serviços às sedes comunais e municipais.

Gestão é muito rigorosa para se ter combustível em dia

"É um esforço grande e gigantesco, o que requer uma gestão muito rigorosa para poder ter combustível em dia e não falhar durante 365 dias", ressaltou. Explicou que, no âmbito do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza, estes serviços abrangem, igualmente, as comunas do Tabi e de Bela Vista, com o reforço de grupo de geradores e melhoria da rede de distribuição pública

Água potável tranquiliza populações do Ambriz

No município do Ambriz, a água é um bem que já causou inquietações às autoridades locais e provinciais, pois, para além de escassa, era de péssima qualidade. Hoje, vive-se um quadro diferente, tendo em vista que na sede municipal e nas comunas de Bela Vista e do Tabi foram feitos investimentos nesse bem indispensável. A administração municipal tem criado condições para garantir a produção de água em todas as localidades onde ainda não existe, o que inclui a abertura de poços. Neste momento, mais de dezasseis mil cidadãos do município do Ambriz estão a beneficiar do programa "Água para Todos".

## 8.8 Novas ligações domiciliárias em bairros de Luanda

*Jornal de Angola*

*15 De Abril de 2013)*

Projecto Chiang leva energia a milhares de moradias da capital de Luanda angolana

Ao todo, 56 mil moradias em Luanda vão ter acesso pela primeira vez, até ao mês de Julho, à luz eléctrica, no âmbito da quarta fase do projecto Chiang, desenvolvido desde 2011 por técnicos chineses e angolanos em vários bairros da capital angolana, soube ontem o Jornal de Angola de fonte oficial. a chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL) informou que a expansão da rede de distribuição de energia é resultado da construção de oito subestações que vão levar energia àquele número de casas localizadas nos bairros Morro Bento, distrito urbano da Samba, Benfica e Ramiro, município de Belas, Caóp, município de Viana, Cazenga, Musseque Sequele, município do Cacuaco, e Rocha Pinto, distrito urbano da Maianga. a engenheiro Carlos Gil informou que, das oito subestações COLSTRUÍDAS na capital angolana, duas já estão em funcionamento: as do Morro Bento e da Caóp, em Viana.

"Nos dois bairros, segundo Carlos Gil, várias casas já recebem luz produzida pelas novas subestações. Mas ainda uma maioria, acrescentou, aguarda pelo

processo de ligação à rede, depois de ter sido feito Já o levantamento do número de moradias. a alto funcionário da EDEL pediu calma e paciência.à população, já que todas as moradias abrangidas vão estar ligadas à rede e adiantou que, no acto da ligação, não é necessário que se pague algum valor. a projecto Chiang, orçado em 177 milhões de dólares, é desenvolvido pela empresa chinesa CMEC e fiscalizado por duas empresas angolanas, designadamente a Engimais e a Project.

Além das empresas fiscalizadoras, de acordo com o engenheiro Carlos Gil, o trabalho é acompanhado por uma "equipa gestora", liderada por quadros seniores da EDEL. O projecto incluiu, além da construção das oito subestações, 126 postos de transformação de energia, já construídos nos distritos urbanos da Samba e Sambizanga e nos municípios do Cacuaco, Belas e Cazenga. a porta-voz da EDEL considerou positivo o andamento do projecto, assegurando que o trabalho, que é desenvolvido na rede de média tensão, está na ordem dos 90 por cento, uma vez que em algumas zonas abrangidas decorre a fase de ligação domiciliar. a engenheiro Carlos Gil informou que sete das oito subestações têm cada uma a capacidade de produzir 40 MV A (Mega Volt Ampere), para distribuir energia a 20 mil casas. A subestação instalada na Caóp é a única com capacidade reduzida: 20 MV A para abastecer 10 mil casas. Carlos Gil sublinhou que a subestação da Caóp e mais as do Kinaxixi e Ramiros foram instaladas para a EDEL melhorar a qualidade no fornecimento de energia àquelas zonas de Luanda.

#### População satisfeita

Algumas pessoas residentes no bairro Morro Bento, onde vão ser feitas até Julho 5.500 ligações domiciliares, manifestaram, em declarações ao Jornal de Angola, o seu agradecimento pelo esforço do Executivo em melhorar a qualidade de vida dos angolanos.

A pequena Teresa Vicente, 14 anos, nove dos quais no Morro Bento, declarou que o sofrimento diário para comprar combustível ou depender dos postos privados de transformação de energia deixou de existir desde o ano passado. A última quadra festiva, disse, ficou marcada na vida da sua família por consumir pela primeira vez energia da EDEL.

"Foi uma das melhores quadras festivas porque conseguimos manter os frescos conservados sem preocupação, o ar condicionado ligado e pude ouvir muita música sem o barulho do gerador", disse a pequena. Domingas Contreiras, 40 anos, mãe da pequena Teresa, disse que, antes da rede pública

chegar ao seu bairro, desembolsava por mês mais de 300 dólares para pagar o proprietário do posto de transformação privado (PT), um sofrimento que agora ficou para a história. Antes de aderir ao consumo através do posto privado de transformação de energia, a cidadã gastava mensalmente mais de 35 mil kwanzas para abastecer gerador.

"Hoje, com a energia da EDEL, não pagamos acima dos três mil kwanzas pelo consumo mensal, facto que demonstra o esforço do Executivo na melhoria da vida da população", acentuou a cidadã.

Quem estava visivelmente emocionado quando abordado por este jornal foi Januário das Neves, 45 anos, que disse não acreditar, até hoje, que, na sua moradia, há energia e que, em breve, vai ter água. "Há quatro anos li uma notícia no Jornal de Angola sobre o projecto Chiang, mas duvidava do êxito que pudesse alcançar. Hoje, o êxito do projecto é uma realidade, para alegria de todos nós", declarou o cidadão

## 8.9 Projectos melhoram o acesso a água

*Jornal de Angola*

*21 De Abril de 2013*

Secretário de Estado garante reforço dos programas do sector para a província

O Ministério da Energia e Águas apresentou, no Sumbe (Kwanza-Sul), um programa de implementação de 60 projectos no domínio do abastecimento de água potável para a população das sedes municipais e comunidades rurais do Amboím, Kibala, Ebo, Cela, Ubolo e Cassongue.

O secretário de Estado das Aguas, Luís Filipe da Silva, que apresentou o programa em cerimónia oficial, disse que a execução do projecto tem a duração de dois anos e vai ser implementado por uma empresa israelita.

De acordo com o administrador da empresa israelita, Jorge Marques, já foram feitos levantamentos técnicos, estando nesta altura em curso trabalhos de recrutamento de pessoal técnico para garantir a execução da empreitada. O arranque das obras começa dentro de três meses, segundo o empreiteiro.

Na ocasião, o governador provincial do Kwanza-Sul transmitiu ao secretário de Estado a sua preocupação em relação ao crescimento de infra-estruturas escolares, sanitárias e o surgimento de novas centralidades sem cobertura da rede de distribuição de água.

## Gestão das águas

O director nacional de Águas e Saneamento, Lucrecio Costa, apresentou aos membros do governo da província uma proposta de criação de uma empresa provincial de águas ao nível do Kwanza-Sul. O projecto, cuja implementação já tem a aprovação do governo da província do Kwanza-Sul, aguarda pela aprovação de um financiamento bancário de cerca de 30 milhões de dólares.

Lucrecio Costa anunciou, para o Sumbe, a implementação de um projecto de 5.500 ligações domiciliarias e instalação de 200 chafarizes.

O secretário de Estado das Águas e membros da delegação que o acompanhou ao Sumbe visitaram a central de captação, tratamento e distribuição de água do Sumbe e a localidade de Sassa, onde vai ser construída a futura central de captação de água. A delegação esteve.

## 8.10 Casas do bairro Mártires de Kifangondo sem água

*Jornal da Angola*  
23 De Abril 2013

A maioria das habitações ficou com as torneiras secas depois das obras de requalificação

Algumas ruas do Bairro Mártires de Kifangondo, em Luanda, estão, há mais de um ano privadas de água potável distribuída pela rede pública. Estão nesta situação os moradores de 12 ruas que, como alternativa, recorrem à compra de água em bidões e através de camiões cisterna, a preços exorbitantes.

A água deixou de jorrar nas torneiras desde as últimas obras de requalificação do bairro Mártires de Kifangondo, concluídas há um ano.

A requalificação resultou na melhoria da qualidade de vida das populações da área. As ruas foram asfaltadas e foram instaladas condutas de águas e a rede doméstica. Mas as torneiras ficaram secas, depois de concluídas as obras. "Para nós é uma miragem ver jorrar água nas torneiras, por isso a solução é comprar aos camiões cisternas a preços altos", desabafou Filomena Arlete, que considera a situação difícil. Para cada bidão de 25 litros os moradores pagam 150 kwanzas. O número de bidões sobe nos dias em que há necessidade de lavar roupa.

Hilário Garcia, morador na Rua Cinco há mais de 28 anos, nunca passou por situação semelhante. "O Mártires, tal como qualquer outro bairro, já teve carência de água, mas a situação actual é muito mais

grave", disse Hilário Garcia. Interrogado se já tinha participado a ocorrência à EPAL), respondeu que o fez, mas que, até ao momento, a situação mantém-se e sem solução à vista. "Um ano sem água é muito tempo e isso é revoltante. Quando tínhamos as condutas antigas, a água jorrava todo o dia, excepto quando havia corte geral", afirmou Hilário Garcia.

## Novas escavações

A necessidade de água é tanta que os moradores estão a fazer escavações no interior dos quintais para a conseguirem a todo o custo pelo menos água salobra.

Embora já tenha um tanque de 15 mil litros no quintal, Graça Ondina teve de cavar um poço para que ter água no quintal. "Nós não sabemos exactamente que se passa, porque ninguém diz nada mesmo com as reclamações feitas", disse Graça Ondina.

Com a escavação de poços quem ganha é Paulo Domingos. Pedreiro de profissão, ele é o pronto-socorro para muitas famílias que recorrem à alternativa dos poços. "Por semana vou a duas ou três casas, onde faço pequenos tanques", contou.

Uma funcionária da Odebrecht garantiu que uma equipa ia ser enviada ainda ontem ao local para apurar as razões da falta de água nas torneiras de 12 das 20 ruas do Bairro Mártires de Kifangondo. O chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem da Empresa Provincial de Água de Luanda, Domingos Paciência, também contactado pelo Jornal de Angola, remeteu o assunto para a área de reclamações da subestação localizada no distrito urbano da Maianga. Até à hora do fecho desta edição, não conseguimos estabelecer esse contacto.

## 8.11 População consome água de canal para consumo de água de canal para irrigação

*Jornal de Angola*  
28 De Abril de 2013

A população do Caxito, no Bengo, tem estado a consumir água não tratada de um canal de irrigação e corre o risco de contrair várias doenças, a mais perigosa das quais é a cólera. A situação assumiu contornos alarmantes depois de no local terem sido encontradas pessoas mortas e acumulação de lixo.

A falta de informação sobre os perigos que advêm da cólera tem levado muitas pessoas a consumir a água



que brota de um canal de irrigação, que passa bem no centro da cidade do Caxito. A água tem uma cor acastanhada e muito lixo, parte do qual produzido pela própria população, além de receber a poeira dos carros que por ali passam. No entanto, estes aspectos não parecem preocupar Eva Neto, que todos os dias ali se desloca para acarretar água para beber, lavar a roupa, cozinhar e tomar banho. "Aqui no Caxito temos apenas dois chafarizes e água só sai da parte da tarde", justificou. A situação é grave, pois para conseguir acarretar água no chafariz é preciso muita luta e sacrifício, e o rio mais próximo fica a mais de 50 quilómetros de distância. "E um sofrimento mandar as crianças ao chafariz para irem buscar água. Como alternativa, somos obrigados a usar a água do canal de irrigação, por estar perto das nossas casas", explicou Eva Neto. Os sinais das consequências do consumo de água imprópria começam a surgir na vida de Eva Neto que, mesmo depois de desinfetar a água com lixívia e de a ferver, viu os filhos apresentarem os primeiros sintomas de cólera, uma doença causada por uma bactéria em forma de vírgula, que se multiplica rapidamente no intestino humano, produzindo uma potente toxina que provoca diarreia intensa. A doença afecta apenas os seres humanos e a sua transmissão é feita principalmente por ingestão de água contaminada. "Utilizara água do canal de irrigação constitui um perigo grande para a saúde, mas não temos outra escolha, até o Executivo criar condições para termos acesso a água tratada e de qualidade". Engrácia Francisco, outra moradora do Caxito, é mãe de três rapazes, sendo que um deles tem estado a urinar sangue por tomar banho com a água do canal de irrigação todos os dias. A situação não é nova, mas Engrácia garante não ter outra solução. Se os filhos não tomarem banho no referido canal, vão ter de ir sujos para a escola. A quantidade de lixo presente nesta água é produzida pela própria população, que não tem tido a preocupação de limpar o local após a sua utilização. "Depois de lavarmos roupa, a louça e tomarmos banho, não temos tido o cuidado de recolher o lixo que, com as chuvas, vem parar à água", reconheceu.

usam a água da vala para beber e muito menos para tomar banho, mas apenas para cuidar da higiene de casa e regar as plantas. Quanto à higiene pessoal e matar a sede, recorre à água que é extraída do rio, apesar deste ficar distante da cidade, e algumas vezes aos chafarizes, apesar da confusão para conseguir a sua vez. Conceição Neves, que mora na cidade há 50 anos, disse já ter feito várias solicitações ao Governo Provincial no sentido de resolver o problema do abastecimento de água ao Caxito, mas a resposta tem sido sempre a mesma: "estamos a trabalhar nisso". "Para não morrerem de sede, muitos moradores da

cidade utilizam esta água mesmo sabendo dos perigos que ela representa para a saúde humana", lamentou. Pelo andar das coisas, Conceição Neves não consegue vislumbrar uma solução imediata para o problema, o que a obriga a idas constantes ao hospital. "Isto vai continuar assim até que um dia nos resolvam o problema da água, pondo mais chafarizes, para que os moradores possam tirar água sem lutas e a horas normais", disse Conceição Neves.

## 8.12 Água melhora qualidade de vida das populações Na vila foram feitas dezenas de ligações domiciliárias e construídos mais chafarizes

*Jornal de Angola*

*15 De Abril de 2013*

Populações das localidades de Castanheira da Pêra e Tchlnhanha, no município da Matala, a 180 quilómetros a leste da cidade do Lubango, têm agora melhor qualidade de vida com a entrada em funcionamento dos sistemas de distribuição de água potável.

Inaugurada pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, no quadro do programa "Água para Todos", os novos sistemas de distribuição de água vão beneficiar cerca de 12 mil populares da zona rural.

O sistema da Castanheira de Pêra, 1 O quilómetros da sede da Matala, orçado em meio milhão de dólares, está equipando c0ID uma Estação de Tratamento de Água (ETA), reservatório de 100 metros cúbicos, duas bambas e geradores.

Foram feitas 60 ligações domiciliárias na vila e também construídos quatro chafarizes acoplados a lavandarias, nos arredores da vila da Castanheira de Pêra, para atender as populações da periferia.

Na Tchlnhanha, onde a população tem acesso a água potável pela primeira vez, foi instalado um sistema equipado com bomba subterrânea, com tanque de retenção de cinco mil litros alimentado por um painel solar, lavandarias e torneiras, orçado em cinco milhões de kwanzas.

Ainda no quadro do programa "Água para Todos", o governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, inaugurou, na unidade da 6a divisão de Infantaria Militar na Matala, um sistema de distribuição de água, orçado em cinco milhões de kwanzas e equipado com bomba subterrânea, com tanque de retenção de dez mil litros alimentado por

um painel solar, lavandarias e torneiras. O governador da Guíla, João Marcelino Typingue, disse que os sistemas de distribuição de água inaugurados vão permitir melhorar a qualidade de vida destas populações, porque vai prevenir doenças e evitar que tenham que caminhar longas distâncias.

"O Executivo está a fazer tudo para que a população tenha água potável, o mais perto possível, no sentido de encurtar a distância entre as populações e as fontes de abastecimento e prevenir doenças e melhorar o saneamento básico", disse.

O governador apelou aos beneficiários a velarem pela manutenção e conservação das infra-estruturas, de modo a garantir a longevidade dos imóveis e rentabilizar os recursos que o governo empregou. Em nome da comunidade da Tchinhonha, Daniel Cavango agradeceu o governo pela construção do primeiro sistema de distribuição de água e disse que vai atenuar as dificuldades que as populações tinham no acesso ao "precioso líquido".

Para a conservação do imóvel foi criada uma brigada composta por guarda, três técnicos formados pela direcção Provincial das Águas da Huíla e autoridade tradicional.

"Ganhamos um sistema de bombagem de água subterrânea, com tanque de retenção de cinco mil litros, e vai funcionar 24 horas ao dia e será alimentado por um painel solar que permite fornecer água às duas lavandarias e à torneira que o sistema comporta", disse.

Na Castanheira de Pêra, António Silva, em nome da população, agradeceu esforços do o governo por ter levado água canalizada às casas da vila, na media em que vai contribuir para resolver alguns problemas de saúde que a população enfrentava no passado. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. "Antes consumíamos água imprópria provenientes das das cacimbas, do canal de irrigação e do rio que causavam doenças como cólera, diarreias, febre tifóide, alergias e outras, mas com este novo sistema acreditamos que estes problemas estão completamente resolvidos", disse.

A I a sargenta da 6.ª Divisão Militar na Matala, Dalmira Dinis, disse que a inauguração do sistema é motivo de satisfação e alegria para as tropas, porque vem resolver um problema com que se debatiam há anos.

### 8.13 Abastecimento de água sem interrupções Ampliação do novo sistema de distribuição é estendido às zonas periféricas

*Jornal de Angola*

*27 De Abril de 2013*

"De momento, não temos recebido reclamações relativamente ao abastecimento de água potável. A distribuição está a ser feita com regularidade na zona do pavilhão da Arena que está em construção, nas unidades hoteleiras e adjacentes.

Na área do caminho-de-ferro houve aumento da pressão e já temos uma previsão para o abastecimento ao novo hotel em construção junto ao estádio Joaquim Morais", garantiu director das Aguas.

Ampliação do sistema vai chegar zona da Praia Amélia ,onde existem aldeamentos turísticos, situada a poucos quilómetros do pavilhão gimno-desportivo do Namibe.

Arlindo Tavares referiu que a principal dificuldade que o sector enfrenta está nos recursos humanos,"porque os antigos e os mais experientes foram reformados, e os jovens que trabalham neste momento precisam de ganhar experiencia para se adaptarem ao trabalho"

O director garantiu que as obras hidráulicas de apoio ao Mundial de Hóquei em Patins no Namibe terminam antes do prazo previsto feita com normalidade. "Estamos a trabalhar para terminar as obras.

### 8.14 População do Kilamba Kiaxi combate o garimpo de água

*Jornal de Angola*

*29 De Abril de 2013*

Um extenso grupo de moradores do distrito urbano do Kilamba Kiaxi, em Luanda, reunidos num almoço conferência, promovido pela comissão instaladora das Associações Municipais de Angola (AMANGOLA), pediu o envolvimento das associações locais no combate ao "garimpo" de água, o desvio do produto para o comércio ilegal.

A solicitação está expressa no comunicado final do encontro que abordou o tema "O garimpo de água nos municípios de Luanda: causas, efeitos e propostas de solução".

Os participantes sugeriram a criação de uma estratégia de actuação conjunta entre a sociedade civil e os sectores público e privado para a prevenção e desactivação do garimpo de água nas localidades da província de Luanda.

O comunicado realça também a necessidade da dinamização de uma campanha alargada de educação dos cidadãos da província de Luanda sobre a importância do pagamento da água potável, algo que vai permitir que o Executivo preste um melhor serviço à população.

Os participantes defenderam também a necessidade da regulamentação de medidas punitivas severas visando desencorajar o garimpo de água.

No encontro, a AMANGOLA anunciou a criação de corpos de voluntários sociais, que vão ajudar as administrações locais e a Empresa Provincial de Aguas de Luanda (EPAL) no combate ao garimpo de água.

O almoço conferência contou com a presença da administradora para a área de Redes e Distribuição da EPAL, Juliana Lizete Pascoal.

A comissão instaladora AMANGOLA desenvolve, há cerca de um mês, um ciclo de encontros com associações de moradores da província de Luanda, uma actividade que vai ser extensiva a outras províncias.

A AMANGOLA desenvolveu há dias no distrito urbano do Rangel um encontro similar, onde levou à discussão o tema "a importância e o papel das associações municipais na consolidação da paz e da democracia em Angola e caminhos a seguir", dissertado pelo professor universitário Filipe Zau.

AMANGOLA, cuja comissão instaladora é coordenada por Job Castelo Capapinha, foi criada para defender e divulgar a Constituição da República de Angola.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Violência doméstica penaliza infractores

*Jornal de Angola*

*11 De Abril de 2013*

A Polícia Nacional no Moxico instaurou 20 processos-crime contra a violência doméstica, durante o primeiro trimestre do ano deste ano. A informação foi avançada ontem pela Angop. De acordo com informações prestadas pelo Comando Provincial da Polícia Nacional, os processos resultaram na detenção de cinco presumíveis infractores, sete instruídos e concluídos. Destes, cinco foram enviados para tribunal sumariamente e dois aguardam por mais provas. A corpo razão tomou igualmente "cbnhecimento de cinco casos de violência contra menores e deteve igual número de prováveis autores. O relatório do Comando Provincial da Polícia Nacional realça as ofensas corporais voluntárias, das quais resultaram doença ou impossibilidade de trabalhar, e os homicídios voluntários como outros crimes com alguma incidência. Desavenças familiares, questões passionais, alcoolismo, apropriação ilícita de bens de outrem e desacato foram as principais causas que motivaram os delitos em questão: O Comando Provincial da Polícia Nacional apelou os cidadãos para continuarem a colaborar na luta contra a violência doméstica em todo o país, através das denúncias por telefone, mesmo quando não estão envolvidos na confusão.

### 9.2 Angola investe 2,3 mil milhões em águas e energia

*JOÃO BAPTISTA BORGES*

*14 De Maio de 2013*

Desa Os subsectores das águas e energia em Angola vão beneficiar este ano de um investimento na ordem dos 2,3 mil milhões de euros, avança o jornal OJE que cita a agência portuguesa de informação, Lusa. PEDRO FERNANDES, 2013-05-14 12:31:00

Citando o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, a publicação acrescenta que o ministro destacou como projectos mais significativos os investimentos ligados à construção de duas hidroeléctricas e a reabilitação dos sistemas de distribuição de água nas capitais provinciais.

João Baptista Borges, que segundo a publicação portuguesa falava no final da cerimónia de apresentação da 1ª edição da Feira Internacional da Energia e Águas de Angola, a realizar em Luanda entre 25 e 27 de Setembro próximo, acrescentou que "os dois subsectores, águas e energia, têm orçamentado um total de 22,3 mil milhões de euros de investimentos (segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento, a executar até 2017).

"Na energia, os projectos para este ano são a construção das hidroeléctricas de Lauca e de Caculo Cabaça, no rio Kwanza, a central de ciclo combinado do Soyo, norte do País, os sistemas de transporte associados", reforçou o ministro. Nas águas está prevista a construção de sistemas de água que vão duplicar o abastecimento a Luanda, e os projectos de reabilitação dos sistemas de distribuição nas capitais provinciais.

"A perspectiva é desenvolver sistemas de distribuição de água a 130 sedes municipais, até 2017, e concluirmos o programa Água para Todos, que é chegar a 80 por cento da população nas zonas rurais", adiantou.

O programa "Água para Todos" está centrado nas zonas rurais e actualmente já chega a 56 por cento da população.

### 9.3 Armamento da população com novo impulso

*Jornal de Angola*

*15 De Abril*

Comissário Paulo de Almeida preocupado com crimes violentos com recurso à mão armada

O segundo comandante-geral da Polícia Nacional e coordenador da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil admitiu que as armas de fogo em posse ilegal da população civil podem estar a sair de armeiros ou paióis das Forças Armadas Angolanas ou da Polícia Nacional. "A qualidade das armas apreendidas multam vezes levamos a essa dedução", disse Paulo de Almeida em entrevista ao Jornal de Angola. O comissário chefe anunciou o reforço das acções, em função do aumento da criminalidade com recurso à mão armada. A comissão vai reunir dentro de dias para analisar a campanha de desarmamento da população e imprimir uma nova dinâmica para melhorar a segurança pública.

Jornal de Angola - Qual o curso actual da campanha nacional de desarmamento em Angola?



Paulo de Almeida (PA) - Vamos brevemente dar um impulso ao processo de desarmamento da população civil em posse ilegal de armas de fogo. Admitimos que a comissão esteve durante um tempo longo inactiva, e isso fez com que o processo não tivesse uma dinâmica ao nível desejado. Agora temos condições criadas para retomarmos o trabalho, com maior energia e dinâmica.

JA - O que provocou a paralisação da campanha de desarmamento da população?

PA - Foram vários factores. A Constituição da República aboliu algumas figuras de coordenação da comissão, como a de Primeiro-ministro, e criou novas entidades. O processo começou em 2008 com bons resultados, mas conheceu um abrandamento na sua dinâmica anos depois.

JA - Tem outros factores que dificultaram a implementação do programa?

PA - A falta de verbas foi também outro motivo. Não tínhamos como financiar algumas acções, dificultando o desempenho da comissão. Realizamos sempre as nossas missões, que eram inicialmente sensibilizar a população para entregar as armas de fogo e depois a recolha coerciva.

JA - O aumento da criminalidade no país com arma de fogo justifica uma maior actuação da comissão?

PA - Estamos preocupados com os índices criminais cometidos com armas de fogo. Precisamos determinar se de facto o número de armas já recolhidas trouxe uma diminuição substancial ou não dos crimes cometidos com recurso à arma de fogo.

JA - É possível quantificar os crimes cometidos com recurso à mão armada?

PA - Os casos são diários. A comissão tem o papel de sensibilizar, mobilizar e divulgar os perigos que uma arma provoca na sociedade. Quando a Polícia tira a arma de um delincente, esse indivíduo tem de ser reintegrado na sociedade.

JA - Têm apoio de outras instituições do Estado?

PA - A Comissão Nacional de Desarmamento da População Civil não é da responsabilidade da Polícia Nacional. É um órgão multisectorial, que precisa da contribuição da sociedade. O papel da Polícia é recolher as armas, mas há outras componentes que determinam a eficácia da campanha. Contamos com o apoio da Comunicação Social, igrejas e da população.

JA - Isso quer dizer que ainda há muito por fazer?

PA - Sim. Estamos na fase de transformação das mentes, porque o que precisamos é fazer com que o cidadão seja desencorajado de ter uma arma em sua posse. É este o trabalho que temos e que levou à prorrogação da campanha de desarmamento da população civil, mas para chegarmos a isso temos de fazer ainda muito trabalho. Estamos a trabalhar no sentido de fazer mais uma prorrogação da comissão porque ainda temos muita arma de fogo nas mãos dos cidadãos.

JA - Será que as armas estão a voltar aos delinquentes?

PA - Não há hipóteses de isso acontecer porque grande parte delas foi destruída, e as que estavam em bom estado foram entregues aos órgãos competentes. Ainda há um grande número de pessoas que resistem em fazer entrega das armas, alegando protecção e segurança e outros que têm como relíquia por terem-na adquirido no tempo de guerra. Também não descartamos a hipótese de que essas armas possam estar a sair de alguns armeiros ou paióis das Forças Armadas Angolanas ou da Polícia Nacional. A qualidade das armas apreendidas muitas vezes levamos a essa dedução.

JA - O que pensam fazer este ano?

PA - Vamos intensificar a sensibilização, mobilização e divulgação da campanha junto da sociedade civil, em função do papel importante que tem para a eficácia da campanha. As acções de sensibilização para a entrega voluntária vão continuar. Quem quiser entregar a arma voluntariamente pode fazê-lo enquanto decorre a recolha coerciva.

JA - Luanda continua a ser a província com o maior número de armas na mão da população civil?

PA - Sim. Por ser o maior centro populacional do país e também pelo facto de muitos cidadãos que deixam as suas províncias levarem para a capital as suas armas. Por isso, temos muito trabalho por fazer.

## 9.4 Polícia descontente com resultado do desarmamento

*Semanário Agora*

*20 De Abril de 2013*

Num balanço que engloba o período de 2008 a Março deste ano, a Polícia revela que, mais do que retirar o arsenal de mãos indevidas, procedeu à destruição de 61.415 mil armas, 2.860 carregadores, 59.872 munições e 96.616 explosivos, todos classificados de obsoletos. As autoridades adiantam também que 2.283 armas foram devolvidas às Forças

Armadas, sendo que apenas três voltaram para os paióis da Polícia.

Dados apurados pelo Agora no local da reunião da comissão de Desarmamento da População realizada no Ministério do Interior indicam ainda que desde o início do processo de desarmamento da população civil foram instaurados 842 processos-crime por posse ilegal de armas de guerra. Destes, 294 acabaram julgados e condenados a uma pena de prisão, 543 permanecem em fase de instrução preparatória e 35 terminaram com a absolvição dos réus.

Apesar de expressivo, o balanço da Polícia Nacional - órgão que actualmente coordena a Comissão Interministerial para o Desarmamento da População Civil através do Ministro de tutela, Ângelo de Barros ainda está aquém do desejável.

Para o Ministro do Interior, "os múltiplos homicídios, ofensas corporais graves, roubos e violações perpetrados com armas de guerra são indicadores de que há ainda muito armamento nas mãos da população". Daí que, sublinhou o governante, "os números apresentados não satisfaçam a Polícia e muito menos a Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil (CNDPCt. Ângelo de Barros alertou, por isso, para a necessidade de se relançar a "actividade deste órgão, cuja tarefa estava inicialmente prevista para apenas dois anos, isto é, de 2008 a 2010".

O Ministro apelou ainda a uma maior colaboração dos cidadãos. Por um lado no sentido de acatarem as instruções do Executivo e procederem à entrega voluntária das armas. Por outro lado, o governante lembrou que cabe a cada um denunciar as situações de ilegalidade, comportamentos que, por não serem respeitados, contribuíram para a não conclusão do processo de desarmamento.

Tendo estas limitações presentes, Ângelo de Barros defendeu que a CNDPC não deverá continuar a trabalhar distanciada da comunidade, igrejas, autoridades tradicionais, professores, organizações não governamentais e empresas públicas e privadas. Pelo contrário, o governante destaca a importância de envolver a população nesta missão. "Entendemos que deve ser assim porque o silêncio pode provocar vítimas", sublinhou, acrescentando que o órgão sob sua tutela recomendará "a actualização da Legislação sobre o uso e porte armas de fogo, assim como da lei.

## 9.5 Segurança a merece dos bandidos

*Samanario Agora*

*20 De Abril de 2013*

Segundo o Comissário Paulo de Almeida, grande parte das armas de fogo que têm sido apreendidas aos marginais são provenientes de firmas de segurança privada

" E atamos preocupados porque as empresas de segurança empregam pessoas que não têm treino suficiente nem cuidam bem do armamento que possuem, permitindo que o mesmo caia nas mãos dos marginais", adiantou o Comissário-chefe, revelando o método por detrás deste 'desvio' de material.

"Os marginais recorrem a essas unidades empresariais para adquirirem armas, agredindo os agentes da segurança privada que estiverem distraídos". Por isso, acrescenta Paulo de Almeida, nesta fase da campanha de desarmamento as empresas de segurança e os marginais estão identificados como alvos principais.

Sem precisar datas, o Comissário-chefe garantiu apenas que a actividade das empresas de segurança não sairá prejudicada.

"Trata-se de substituição das armas de guerra - aquelas cujo calibre ultrapassa os 9 milímetros -pelas de autoprotecção porque as empresas de segurança detêm armamento fora do recomendado esclareceu o officia, indagado sobre a possibilidade de retorno das armas já recolhidas as mãos dos marginais através de redes no seio das forças armadas e da Polícia, Paulo de Almeida considerou tratar-se de uma associação errada. No entanto, admitiu ser necessário melhorar os mecanismos de controlo dos paióis e até mesmo dos armeiros (pessoas encarregues de guardar armas).

O Comissário-chefe reforçou a ideia de que as armas já recolhidas não voltam a entrar nos circuitos criminosos porque, após serem retiradas, são avaliadas por uma entidade especificamente criada para o efeito. Depois desta análise, aquelas que estiverem em bom estado são devolvidas às Forças Armadas. ou à polícia, conforme o tipo ou marca de cada uma, sendo que as que estiverem obsoleta. serão destruídas pelas autoridade.

-O objectivo fundamental é desarmar as mentes, condição sinequa non para o êxito da campanha", acrescentou Paulo de Almeida, lembrando que - haverá a necessidade de se retomar em grande dimensão as acções de mobilização e divulgação sobre a obrigação dos cidadãos entregarem as armas de guerra", Este esforço deverá ainda ser conjugado

com o lançamento de "acções operacionais de recolha coerciva".

## 9.6 Vida nova para as populações de Catabuanga e Lites

*Jornal de Angola*

*21 De Abril de 2013*

As regedorias de Catabuanga e Lites, no município de Bucu zau, em Cabinda, estão a recuperar as suas populações, que delas fugiram durante a guerra para alojar 150 famílias, compostas por um total de 988 pessoas que quiseram regressar, a governadora Aldina da Lomba entregou um número correspondente de casas de tipologia T3, construídas no âmbito do programa de Realojamento das populações. O actual contexto destas localidades é um reflexo inequívoco do que são os ganhos da Paz, uma vez que, em 2005, esta era uma área totalmente desabitada e destruída pela guerra, referiu a governadora durante o acto da entrega das novas habitações. "Hoje, a população pode regressar em segurança à sua aldeia", afirmou. Em 2006, o Governo de Cabinda e as agências das Nações Unidas tentaram sensibilizar a população de Catabuanga que se encontrava na localidade de Cimbaiana, Congo Brazzaville, no sentido de regressar ao país. Uma proposta recusada, por alegada falta de segurança e de condições para o seu retomo. Hoje, disse Aldina da Lomba, há segurança.

Paz e tranquilidade sauas localidades de origem para ajudar a reconstruir Angola. Não basta a população receber as casas, alertou, é também necessário começar a desenvolver projectos produtivos, que permitam às famílias realojadas viverem do sustento do seu trabalho. A governante assegurou para breve a conclusão do abastecimento de água, para garantir o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações. Para tal, o Governo Provincial está a construir um sistema de captação e distribuição de água potável em cada uma das aldeias de Catabuanga e Lites, com capacidade para fornecer 30 metros cúbicos e um tanque de armazenamento de 50 metros cúbicos. Também vão ser instalados dois grupos geradores de 150 kW e, em todas elas, construída uma escola para o ensino primário, com quatro salas, área administrativa e balneários.

A realização de um sonho

A guerra originou, a partir de 1976, a destruição de várias aldeias do município madeireiro, sobre tudo nas regiões de Necuto e Catabuanga, o que provocou a deslocação da população para outras zonas. Depois de vários anos fora do seu habitat, a população regressou à terra de origem com vontade de

desenvolver o país e participar na reconstrução nacional. Das 150 casas sociais que foram entregues, 70 destinam-se aos habitantes de Catabuanga, e 80 aos de Lites. André Martins, um dos beneficiários, recebeu a casa nº 27, com três quartos, sala, cozinha e quarto de banho. Em 1976 abandonou Catabuanga, aldeia natal, e ingressou na FLEC. No dia 22 de Dezembro de 2004 abandonou as matas porque "estava a perder tempo" e entregou-se às autoridades. "Fui bem recebido", disse André Martins, pai de dois filhos, que hoje afirma ser um homem feliz por viver tranquilamente com a família numa casa nova, recuperar o tempo perdido e ajudar o país a prosperar.

"Durante o tempo em que militei na FLEC, não ganhei absolutamente nada. Hoje tenho uma casa, o que constitui para mim a realização de um sonho, já que muitos de nós já não contava ter uma habitação própria por falta de condições financeiras", frisou. Damião Julião Ndele também viveu muito tempo fora da aldeia. Satisfeito por ser contemplado com uma casa, na qual se instalou com a família, defendeu que esta medida deve ser extensiva às outras pessoas da regedoria que não foram abrangidas por esta primeira fase. Para o regedor Pedro Baza, o regresso representa uma alegria para a população e é uma prova dos esforços do Governo em resolver os problemas do povo. Como a maior parte da população se dedica à actividade agrícola, pediu que seja instalado um mercado para a comercialização dos produtos a preços acessíveis. Para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas, o Governo Provincial colocou dois camiões para transportar a safra da população a custo zero. Apesar disso, aquela autoridade tradicional lamentou a falta de motosserras e outros utensílios para a lavoura.

Regedoria

A regedoria de Catabuanga é constituída por 40 autoridades tradicionais e dela fazem parte dez aldeias. Além das 150 moradias, tem agora duas escolas primárias, e energia e água. O coordenador da regedoria, Lourenço Madeca, assumiu o compromisso de garantir a protecção e manutenção das casas e outros bens que foram postos à disposição da população. Garantiu, ainda, que a população agora realojada vai empenhar-se afinadamente na actividade do Corpo do campo para combater a pobreza. Ao Governo Provincial pediu para se empenhar na reabilitação e melhoria da estrada que vai de Quissamano a Necuto e a reabertura da que liga o Chilombo a Caio Poba, para facilitar o escoamento de produtos para os centros de venda. Referiu ainda a necessidade de se construir um centro de saúde e um cemitério.

## Empresas idóneas

A Paz trouxe para a região do Maiombe benefícios significativos em vários domínios, como o da educação, saúde, transportes, água, energia, habitação e vias de comunicação. Existe um amplo projecto de reabilitação das principais vias de acesso para facilitar o realojamento de muitas pessoas aglutinados na cidade. A administradora municipal de Buco Zau, Marta LeIo, referiu que os troços a serem reabilitados são Micuma III/Sinde/Muanza e Luvejche, Mbundo/Penicácata e Chivonde, Conde Grande/Inkonde e S. José de Luali, Caio Contene/Chinvula e Nkonde Litombe, Chilombe/Bendizer e Caio Poba, além do melhoramento da via de Catabuanga, Micuma II/Conde Pequeno e Ngunga. Para a reabilitação destas estradas, pediu que as obras sejam adjudicadas a empresas com idoneidade técnica e sujeitas a uma fiscalização eficiente.

## 9.7 Comissão satisfeita com a população

*Jornal de Angola*

*23 De Abril de 2013*

A Comissão Desarmamento da População Civil no Huambo enalteceu ontem o empenho da população na denúncia de cidadãos que se encontram em posse de armas de fogo.

O coordenador provincial adjunto da comissão técnica, Joaquim Pereira, lembrou que o processo de desarmamento das populações civis visa impedir que a Paz conquistada há 11 anos seja violada.

Joaquim Pereira enalteceu a participação da população no processo de desarmamento, principalmente na denúncia dos actos criminosos com recurso a armas de fogo.

No acto, que decorreu sob o lema "se és consciente desarma a tua mente", Joaquim Pereira referiu que o desarmamento da população constitui um processo onde todos os cidadãos devem colaborar para impedir os índices de criminalidades e manter a tranquilidade pública. Autoridades tradicionais e religiosas, as administrações municipais e comunais, as direcções da Educação, da Família e Promoção da Mulher, da Juventude e órgãos de informação pública constituem os principais parceiros neste processo na província do Huambo.

Sensibilização, entrega voluntária, recolha coerciva, demolição de material obsoleto, classificação e

armazenamento do material em estado regular fazem parte das fases do processo de desarmamento.

Joaquim Pereira disse que durante o ano passado foram realizadas 53 sessões de esclarecimento, nas ombalas, sedes comunais e municípios. Foi desactivado na comuna do Lunje, um esconderijo com diverso material letal.

No quadro do processo da entrega voluntária, acrescentou, a comissão recebeu 63 armas de fogo, 48 explosivos, munições, 92 carregadores e destruiu 421 armas, engenhos explosivos, munições, material que se encontrava em mau estado de conservação.

Joaquim Pereira afirmou que, desde o início do processo, em 2008, o Comando Provincial da Polícia Nacional recebeu 1.361 armas, das quais 999 em estado regular e 362 em estado obsoleto.

O padre Nelson Ndiyelo, presente no acto, disse ao *Jornal de Angola*, que o processo de desarmamento passa, em primeira-mão, pelas mentes e corações, para que os cidadãos tenham coragem de denunciar actos de criminalidade.

Moisés Kuvingua, soba grande do bairro das Cacilhas, arredores do Huambo, pediu a todas as autoridades tradicionais para continuarem a passar a mensagem de sensibilização nas suas comunidades sobre os perigos das armas.

## 9.8 Crimes transfronteiriços prejudicam as economias

*Jornal de Angola*

*23 De Abril de 2013*

o secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, defendeu ontem a adopção de medidas que visem a mitigação dos efeitos nefastos dos crimes transfronteiriços nas economias de Angola e da Namíbia.

Eugénio Laborinho falava na abertura da reunião de peritos da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia. Os crimes transfronteiriços têm estado a aumentar, tal como a circulação de pessoas e bens, o que significa haver uma maior aproximação dos dois países.

Na fronteira terrestre entre Angola e a Namíbia, referiu Eugénio Laborinho, a migração ilegal, o roubo de gado e de viaturas são os crimes mais comuns.

Para Eugénio Laborinho, que preside à Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, os fenómenos desestabilizadores da soberania e de



desenvolvimento dos dois países, como o terrorismo internacional, o tráfico de drogas, armas e de seres humanos devem continuar a merecer preocupação do grupo de trabalho.

O presidente da comissão exorta os seus membros a não descurarem as preocupações decorrentes das alterações climáticas e da degradação ambiental, que também contribuem para o aumento da pobreza e travam o desenvolvimento sustentável das economias dos dois países. "A segurança, sendo um bem comum, requer de todos nós uma conjugação de sinergias no plano bilateral e multilateral", frisou. A relação de cooperação entre Angola e a Namíbia, domínios da defesa e segurança, referiu, é uma relação estratégica que deve continuar a ser preservada, consolidada e reforçada. "Estou convicto de que a reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia vai reforçar e estreitar os laços de boas relações de amizade e de cooperação que ligam os nossos países e povos", declarou.

O secretário permanente do Interior da Namíbia, Patrick Nandago, que é presidente da Comissão Mista, apelou aos peritos a produzirem recomendações tangíveis que possam ser endossadas aos ministros da Defesa para análise e execução. A reunião dos ministros da Defesa acontece amanhã.

## 9.9 Direito da Família é tema de debate

*Jornal de Angola*  
26 De Abril

A Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e a Associação Angolana de Mulheres de Carreiras Jurídicas realizam, nos dias 2 e 3 de Maio, em Luanda, um seminário sobre as perspectivas para a actualização do Direito de Família Angolano.

No seminário, coordenado pela professora Maria do Carmo Medina, são debatidos temas como "Direitos Fundamentais Relevantes no Direito de Família", "Os Crimes contra a Família no ante-projecto do Código Penal e na Lei Contra a Violência Doméstica" e "O Ministério Público como representante e defensor dos direitos da criança nas relações familiares".

"Constituição da Família: o casamento, união de facto e pacto de convivência", "Relações patrimoniais na família", "Dissolução do casamento - termo da união de facto e do pacto de convivência, simplificação dos processos familiares e processos do registo civil e relevância da medicina nas relações familiares" são outros temas em análise.

A organização do seminário conta com a participação de sociólogos, historiadores, psicólogos e antropólogos e académicos.

## 9.10 LUNDA-NORTE Aumentam os casos de violência doméstica

*Jornal de Angola*  
29 De Abril de 2013

A direcção provincial da família e Promoção da Mulher da Lunda-Norte registou, durante o primeiro trimestre deste ano, 85 casos de violência doméstica, menos cinco em relação aos últimos três meses de 2012, informou o chefe de departamento da política familiar.

Solomone Vieira apontou o desemprego, o alcoolismo, o ciúme e o baixo nível cultural dos cônjuges, entre outras, como as principais causas de violência doméstica que, segundo o responsável, está a preocupar a direcção provincial da Família e Promoção da Mulher.

Os casos que deram entrada no departamento, precisou, foram solucionados com sucesso e recordou que nenhum destes terá sido encaminhado para o tribunal.

O chefe de departamento da política familiar sublinhou que o caso mais relevante de violência no lar registado no primeiro trimestre deste ano, foi de uma senhora que agrediu o esposo e esfregou-lhe gindungo nas vistas, o que considerou de um acto reprovável e condenável.

Em função do quadro actual que vem preocupando a direcção da Família e Promoção da Mulher, Solomone Vieira apelou as famílias a não incorrerem em actos de violência doméstica, por constituir um comportamento negativo no seio da sociedade, e chamou a atenção as pessoas para pautarem pelo diálogo. Informou que o estado actual das Mulheres na Lunda-Norte, no que diz respeito a igualdade de género, está a ganhar espaço, referindo que as mulheres também passaram a ocupar cargos de direcção nos mais variados sectores da vida pública e privada e aderiram a profissões que, até bem pouco tempo, eram exclusivamente exercidas por homens.

Como exemplo, o chefe de departamento da família apontou o caso de duas senhoras que ocupam o cargo de vice-governadora da província e outras duas que exercem as funções de administradoras municipais, além de directoras de instituições do Estado.

Destacou o papel que a classe feminina exerce a nível da província no concernente a promoção de acções sobre o empreendedorismo, nos mais variados domínios da actividade comercial, assim como a preocupação na superação constante do grau académico e profissional.

A direcção provincial da Família e Promoção da Mulher na Lunda-Norte enfrenta dificuldades e uma delas está relacionada com a falta A direcção provincial da Família de um centro de aconselhamento para atender os vários casos de violência doméstica que se registam diariamente.

A direcção queixa-se também da falta de meios rolantes para as deslocações dos técnicos para as zonas rurais dos demais municípios e comunas, visando facilitar a implementação dos planos de desenvolvimento das suas actividades.

por tratar-se "do momento em que os biltres procuram fazer o maior número de vítimas.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Estrangeiros foram impedidos por irregularidade

*Jornal de Angola*  
02 De Março de 2013

Um total de sete cidadãos foram interpelados nos últimos sete dias, na província do Zaire por violação da fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). De acordo com o comando provincial da Polícia nacional do Zaire, entre os imigrantes ilegais estão cinco cidadãos da RDC, um do Congo Brazzaville e outro do Gabão.

O período em balanço, a Polícia de Guarda Fronteira neutralizou duas tentativas de transposição ilegal dos marcos fronteiriços que delimitam a província angolana do Zaire e a região do Baixo Congo. Essas violações, de acordo com a Polícia, ocorreram nos pontos de Mukula (Soyo) e Luvo, município de Mbanza Congo.

Semanalmente, dezenas de cidadãos estrangeiros, principalmente da RDC, são interpelados pelas unidades da Polícia de Guarda Fronteiras destacadas na região, por tentativa de entrada ilegal em território nacional.

A província do Zaire faz fronteira com a República Democrática do Congo e tem sido alvo preferencial dos cidadãos estrangeiros para entrar de forma irregular no território nacional.

Dados da Polícia nacional indicam que o auxílio dos cidadãos nacionais aos imigrantes tem dificultado o trabalho das autoridades migratórias.

### 10.2 Infiltração estrangeira é um assunto muito sério

*Jornal de Angola*  
03 De Março de 2013

O secretário de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto, recomendou aos cônsules gerais de Angola o reforço dos mecanismos de defesa e segurança para impedir a entrada massiva de cidadãos estrangeiros no país, particularmente dos países vizinhos que atravessam instabilidade política.

No encerramento da primeira reunião anual dos cônsules gerais, Manuel Augusto disse que Angola pelos recursos que tem e pela fragilidade das suas

fronteiras, é um dos principais alvos dos cidadãos oriundos da África Ocidental.

O Executivo "está muito preocupado com a situação" e "provavelmente vai abrir consulados em sítios onde à partida não se justificaria", sublinhou o secretário de Estado, frisando que os cônsules têm um papel importante na estratégia global do Executivo para o reforço da defesa das fronteiras de Angola.

O secretário de Estado das Relações Exteriores considerou necessário o alargamento do cordão de segurança das fronteiras de Angola, através da combinação de medidas migratórias, económicas e outras.

"O assunto é sério quando se constata que até no município mais recôndito do Moxico o comércio é dominado por mauritanianos e malianos.

Quer dizer que há qualquer coisa que não está bem do ponto de vista económico-social e, fundamentalmente, do ponto de vista da segurança nacional".

Manuel Augusto lembrou aos cônsules que a principal razão de existência de um Consulado é a "defesa dos direitos e interesses do cidadão no país em que reside.

Está razão", sublinhou, "está acima de qualquer outro objetivo ou actividade do Consulado, razão pela qual toda a acção do Consulado que resulte num tratamento menos digno do cidadão angolano é um acto ilegal".

O Ministério das Relações Exteriores, disse Manuel Augusto, promoveu o encontro dos cônsules gerais com objetivo de manifestar a confiança que tem nos seus representantes consulares e a disponibilidade em ajudar a melhorar os serviços prestados.

Durante dois dias, os participantes debateram questões relativas ao desempenho dos consulados, avanços e constrangimentos registados e adotaram medidas para o melhoramento da actividade consular.

### 10.3 Reabilitação está prevista para iniciar ainda este ano

*Jornal de Angola*  
03 De Abril de 2013

A rede de drenagem dos distritos urbanos do município de Luanda vai receber, a partir do mês de Maio, novas sarjetas e manilhas de fibrocimento, para

garantir a conservação das vias e a melhoria do saneamento básico.

O vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda para a área técnica, Agostinho da Silva, disse à agência de notícias Angop que a obra vai contemplar a colocação de lancis e novas condutas de água e de energia eléctrica.

O responsável esclareceu que o trabalho vai ser feito devido ao facto de a província de Luanda enfrentar dificuldades no período das chuvas, por deficiente escoamento das águas residuais e pluviais, uma situação que tem provocado a degradação das ruas.

Agostinho da Silva disse que, no mesmo período, vão ser reabilitados pelo menos 1.300 quilómetros de estradas secundárias e terciárias, com a colocação de asfalto.

O trabalho vai ser executado pela Empresa Nacional de Construção de Infra-Estruturas Básicas (ENCIB), em parceria com as administrações locais, EPAL e EDEL.

## 10.4 Operadoras de inertes fogem ao fisco

*Jornal de Angola*  
04 De Abril de 2013

Francisco Queiroz disse que o atual cenário pode mudar com a estratégia adotada ao nível central assente em três momentos. O primeiro passa pela sensibilização, o segundo pela regularização do mercado e o terceiro pela fiscalização e punição dos infratores.

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, que falava à imprensa na quarta-feira depois do encontro com o presidente da diamantífera russa Aprosa, Fedor Andreev, lembrou que a estratégia resulta de uma orientação do Presidente da República aplicada desde Outubro do ano passado.

Com o novo mecanismo pretende-se que os operadores de inertes trabalhem dentro da lei. "Estarnos agora a trabalhar para regular o sistema, principalmente no domínio da comercialização e pagamento de taxas.

Esses instrumentos legais vão ser aprovados ao nível do Presidente da República, ministro das Finanças e da Geologia e Minas", assegurou,

O ministro, que não determinou o número de empresas a operar no subsector dos minerais para a

construção civil, disse serem aos milhares espalhadas pelo país.

"São muitas, mas o certo é que em relação a contribuições, nunca pagaram uma taxa sequer. O aspecto mais chocante de todo este processo é que essas empresas não pagam taxas nem impostos.

Os recursos minerais, de acordo com a Constituição da República de Angola e de acordo com o Código Mineiro, são propriedade do Estado, que define as regras da exploração destes recursos", notou.

"Se são do Estado", prosseguiu, "existindo um privado a explorar, este tem de pagar impostos e taxas ao Estado e tem de desenvolver a actividade com base na lei.

Não pode agir como se de uma propriedade privada se tratasse", alertou Francisco Queiroz. Relativamente, às empresas ilegais, o ministro prometeu que o problema que deve ser estancado com o tempo.

"Não podemos ter a ambição, algo ingénua, de resolver isto de um dia para o outro. Temos de ter cuidado para não criarmos ruturas num serviço que ajuda bastante no processo de reconstrução nacional, que exige cada vez mais fornecimento de inertes e outros minerais para a construção civil.

Não é inteligente trabalhar assim", realçou. Às empresas que estão em situação ilegal, Francisco Queiroz recomendou a legalização, sublinhando que existe um mecanismo célere nas direções provinciais. Um total de 80 por cento das empresas do subsector de inertes já estão legalizadas.

O Ministério da Geologia e Minas realiza de 25 a 27 de Abril o seu Conselho Consultivo Alargado em Menongue. O objetivo é o passar em revista a estratégia do Executivo sobre o sector da Geologia e Minas e o modo como a exploração mineira está a contribuir para o aumento de receitas fiscais, e patrimoniais para o Estado.

## 10.5 Invasão a Angola assusta governantes

*Semanário factual*  
De 06 a 13 de Abril de 2013

O secretário de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto, recomendou terça-feira, 02, aos cónsules gerais de Angola o reforço dos mecanismos de defesa e segurança, para impedir a entrada maciça de cidadãos estrangeiros no país, particularmente



dos países vizinhos que atravessam instabilidade política.

O governante afirmou em Luanda, no encerramento da primeira reunião dos cônsules gerais, que Angola, pelos recursos que tem e a fragilidade das suas fronteiras, é um dos principais alvos dos cidadãos oriundos da África Ocidental e que é preciso controlar a entrada em massa de estrangeiros.

O Executivo "está muito preocupado com a situação" e, "provavelmente, vai abrir consulados em sítios onde, à par- tida não se justificaria", sublinhou o secretário de Estado.

Frisou que os cônsules têm um papel importante na estratégia global do Executivo para o reforço da defesa das fronteiras de Angola.

O combate à imigração ilegal e à criminalidade violenta exigem novas estratégias de combate e "respostas firmes" de repressão e prevenção, afirmou também, esta semana, o ministro do Interior, Ângelo Veiga Tavares.

"A tranquilidade que as cifras criminais transmitem contrasta com a violência e o recurso a armas de fogo com que são cometidos alguns crimes.

Os registos sobre imigração ilegal e as suas consequências são fatores que recomendam que repensemos nos nossos métodos de atuação", afirmou Ângelo Veiga Tavares, que intervinha no Conselho Consultivo Alargado Ex- traordinário do seu Ministério.

O governante acrescentou que o Ministério do Interior vai prestar "particular atenção aos crimes cometidos com recurso a armas de fogo e os de natureza sexual, a fragilidade dos sistemas de proteção e o controlo das fronteiras, assim como a obtenção ilegal de vistos de trabalho".

A formação de quadros e a existência de "infra- estruturas condignas e meios técnicos" são outras questões levantadas por Ângelo Veiga Tavares. "Deveremos, sem paternalismo, amiguismo ou compadrio, colocar a pes- soa certa no lugar certo, respeitar o princípio da competência e acreditar na Juventude", asseverou.

Ângelo Tavares referiu-se ainda à necessidade de se respeitarem os prazos legais para entrega de documentos oficiais, nomeadamente passaportes e vistos, cartas de condução e livretes.

O caso do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), o governante destacou a orientação dada para que, no processo de concessão ou prorrogação de

vistos, se deixe de receber os passaportes dos requerentes, como sucedia até agora.

A questão da imigração ilegal tem recorrentemente vindo a ser salientada pelas autoridades angolanas como motivo de preocupação de ordem interna.

Na passada semana, o ministro das Relações Exteriores, Georges Chicoti, indicou que Angola vai insistir com os países vizinhos para que aumentem os controlos internos, ajudando assim a conter aquele fenómeno. "O que temos estado a conversar é fazer com que não haja esta facilitação de acesso ao território angolano", acrescentou.

O problema aumenta, torna-se "mais difícil", nas palavras do ministro angolano, "quando os imigrantes ilegais escolhem as zonas de garimpo de diamantes, junto à fronteira com RD Congo". "É uma problemática com a qual vamos ter ainda de lidar nos próximos tempos", reconheceu.

Dados a que o Factual teve acesso demonstram que, de Janeiro a Março, foram registados dois mil e 175 casos de violação de fronteira, que resultaram na detenção de 11 mil e 325 cidadãos de várias nacionalidades.

Nas violações da fronteira terrestre, a maior parte (8.982) dos detidos têm nacionalidade da RD Congo, seguidos de Malianos (141) e dos congolezes (134). As violações fronteiriças, foram detidos também 686 cidadãos, e a maioria (375) tem nacionalidade da República da Guiné, vindo a seguir 136 da RD Congo e 33 da Guiné- Bissau.

Mais recentemente, no período entre os dias 20 de Dezembro e 04 de Abril, foram detidos 222 imigrantes ilegais, sendo 220 congolezes democráticos.

## 10.6 Repatriamento de estrangeiros custa caro

*Jornal de Angola*  
09 De Abril de 2013

Angola gasta valores avultados com o repatriamento de estrangeiros, afirmou, em Luanda, o director Nacional adjunto dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME).

Sem mencionar números, Eduardo José dos Santos prestou esta informação durante um encontro sobre a "Problemática dos Vistos e Questões Migratórias", organizado pela Câmara do Comércio Angola/Estados Unidos. O director adjunto informou que a direcção do SME tem estado a fazer

o seu papel, que considerou não ser fácil, tendo em conta a limitada capacidade financeira para fazer face ao número 'potencial de expulsões. "A nossa capacidade (para expulsar) não é tão rápida como a da entrada de estrangeiros no país", afirmou. Semanalmente, são repatriados mais de cem estrangeiros por via aérea, principalmente originários da Guiné Conacri, Mali e República Democrática do Congo, mas também de outras partes do Mundo. Para dar uma ideia do esforço envolvido, Eduardo José dos Santos esclareceu que o modelo de repatriamento consiste em viagens aéreas individuais, ditadas pela proveniência de cada um dos cidadãos expulsos, num país em que há uma média de 500 entradas ilegais por dia.

#### Vistos de trabalho

Todas as semanas, o SME recebe mais de mil solicitações de vistos de diversos tipos (como trabalho, férias e turismo), notando-se a tendência de muitos tentarem entrar primeiro em Angola, para depois pedirem vistos de trabalho. A regra para os obter é através dos consulados angolanos nos respectivos países. "Os vistos não são dados cá como muitos procedem e querem que se faça", disse. Eduardo José dos Santos explicou que o que tem acontecido, é que cidadãos estrangeiros vêm com visto de turismo e, chegados cá, arranjam um emprego, são contratados e querem exigir visto de trabalho. "O visto de turismo não muda para visto de trabalho em Angola", disse. O director adjunto do SME minimizou as críticas em relação à concessão de vistos de trabalho, algumas das quais atribuem àqueles serviços a responsabilidade de estar a "travar o desenvolvimento do país" "O SME nunca fez parar uma empresa do sector dos petróleos, construção, ou outras. A economia do país está a desenvolver-se e o país continua a crescer", garantiu. Eduardo José dos Santos reconheceu que existem problemas na concessão de vistos, mas, no geral, o trabalho tem sido feito, esperando-se que melhore, principalmente naquilo que diz respeito ao atendimento ao público. "Reconhecemos que nem sempre há informação ao utente a avisar sobre o atraso da data de recepção do visto no tempo indicado. Vamos procurar melhorar", prometeu. A obtenção de visto tem um prazo de 30 dias. Para visto de trabalho, as solicitações mais recebidas são da China, por causa da reconstrução do país, Índia, Portugal, Estados Unidos e "um pouco de toda parte do mundo"

## 10.7 Seitas trazem e albergam ilegais

*Jornal de Angola*

*09 De Abril de 2013*

o magistrado do Ministério Público junto do Serviço de Migração e Estrangeiros no Soyo, Pedro Fernandes Machado, acusou pastores de algumas seitas religiosas na província do Zaire de promoverem a imigração ilegal, ao trazerem e albergarem estrangeiros em situação migratória irregular.

De acordo com Pedro Fernandes Machado, que falava numa palestra com o tema "A Imigração Ilegal e as suas Consequências", realizada sábado no Soyo, enquadrada nas festividades da cidade, os pastores das seitas religiosas que proliferam na província mesmo estando em condição ilegal trazem e albergam outros estrangeiros ilegais, sob a capa de caridade ou amor ao próximo, violando assim as leis angolanas. "As vezes recebem delegações religiosas compostas de estrangeiros ilegais sob a capa de campanhas de evangelização e no final não retomam aos seus países de origem e procuram permanecer ilegalmente na província para posteriormente atingirem a qualquer custo outras paragens de Angola", acrescentou. Segundo o magistrado, as autoridades tradicionais podem prestar melhor auxílio ao SME, porque têm o controlo da população das suas áreas de jurisdição. "Devem registar e informar a presença de pessoas estranhas às autoridades competentes, caso contrário serão considerados promotores e auxiliadores de imigração ilegal e podem ser responsabilizados criminalmente, de acordo com o artigo 1130 da lei 2/07 de 23 de Agosto, com penas de prisão que vão de 2 a 8 anos e uma multa de até dois anos", acrescentou, alertando que "a população não está isenta disso".

#### "Invasão" afecta economia

O governador do Zaire, José Joanaes André, que falou na abertura da palestra, manifestou-se preocupado com a presença de mais de 12 mil imigrantes ilegais residentes na província do Zaire, a maioria oriundos da República Democrática do Congo (RDC). De acordo com o governador Joanaes André, o fenómeno constitui uma preocupação premente para a província, na medida em que afecta negativamente os programas de desenvolvimento para a região. "A imigração ilegal já é uma preocupação premente na província do Zaire e no país em geral. Estamos a elaborar um programa de desenvolvimento da província, onde prevemos o crescimento da população em três por cento/ano, mas não contabiliza os imigrantes ilegais, cuja presença periga o curso normal do nosso programa",

acrescentou o governador. a director provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Zaire, o Inspector de Migração Principal Filipe José Pemba, disse que a maior parte dos 12.000 estrangeiros ilegais que residem na província encontra-se no município do Soyo, tendo em conta as condições favoráveis que esta região oferece. "A complexidade da fronteira fluvial, associada ao potencial económico que o município do Soyo oferece, constituem-se em factores de atracção dos imigrantes ilegais para a região, com destaque para os da República Democrática do Congo", acrescentou. Segundo o director do SME no Zaire, o fenómeno constitui uma preocupação enorme, na medida em que os estrangeiros ilegais devastam a fauna e flora nacional e perigam os objectivos económicos do país. "É uma preocupação enorme, uma vez que a sua acção incide principalmente nas zonas de exploração petrolífera, onde abatem as árvores para o fabrico de carvão vegetal e madeira. a maior número 7 de actos criminosos que se verifica na província tem a "assinatura" dos estrangeiros ilegais, com maior realce dos cidadãos da RDC que entram em canais desguarnecidos e sem meios de subsistência", acrescentou a responsável do SME afirmou que os factores que promovem a entrada massiva de estrangeiros ilegais na província do Zaire são a "procura de recursos para o enriquecimento fácil e a vulnerabilidade das fronteiras terrestre, marítima e fluvial da região, bem como a facilidade existente na sua inserção no circuito comercial nacional, sobretudo informal. A proliferação de seitas religiosas na província foi apontada também como factor do aumento de imigrantes ilegais na região, cujos pastores usam os locais de reza como centros de acolhimento. De salientar que a província do Zaire tem cerca de 560 quilómetros de fronteira, sendo 250 km de oceano, 120 outros de terrestre e 190 km fluvial, cuja extensão facilita a imigração ilegal, uma vez que torna difícil a sua fiscalização total, no sentido de evitar a sua inviolabilidade.

## 10.8 Gestão dos casos por prioridades

*Jornal de Angola*

*10 De Abril de 2013*

A chuva intensa que caiu em Luanda Sábado passado, de que resultou na morte de nove pessoas e o desaparecimento de quatro outras, pos a nu a gravidade da situação gerada pelo atraso e, em muitos cases, paralisação das obras de construção civil ligadas a projectos estruturantes na província de Luanda.

Esta situação levou o Presidente José Eduardo dos Santos a reunir ontem, no Marco Histórico do

Cazenga, o Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e de Desenvolvimento Económico e Social de Luanda, a fim de como disse, "encontrar uma forma célere de implementar os vários projectos que decorrem de programas importantes aprovados para província". Antes do encontro, e acompanhado de uma delegação composta por destacados membros do Executivo, José Eduardo dos Santos foi constar "in loco" o estado de algumas obras, especialmente da sa, 68 e 78 avenidas do Cazenga, onde recebeu explicações sobre as causas da paralisação das obras, os constrangimentos que os empreiteiros enfrentam e os reflexos no dia-a-dia da população. O Presidente visitou também as obras de intervenção na zona da "Lagoa de São Pedro", na comuna do Hoji ya Henda, onde em Maio de 2011 visitou as obras de drenagem. O Presidente considerou grave a situação da província de Luanda, no domínio das infra-estruturas, e explicou porque decidiu fazer a reunião no Marco Histórico do Cazenga: "reunimos aqui porque entendemos que os membros do Executivo deviam estar desta vez também mais próximo da realidade das populações, das famílias deste município que em representação de toda a província de Luanda vivem inúmeros constrangimentos pelo atraso na realização de vários projectos e programas". Após as obras atingirem uma velocidade cruzeiro em meados de 2012, referiu, houve necessidade de se éanalizar as energias para a disputa eleitoral no mês de Setembro e mais tarde para conformar os órgãos saídos das eleições. "Perdeu-se a dinâmica de trabalho e a velocidade cruzeiro que tínhamos adquirido em Maio/Junho de 2012, porque foi necessário fazer acertos aos programas e conformá-los com o novo programa eleitoral aprovado pelos eleitores", disse José Eduardo dos Santos.

### Relançamento do trabalho

O Presidente acrescentou que também foi necessário "reconfigurar o plano nacional; estudar o novo orçamento, identificar fontes de receitas", uma vez que houve aumento substancial da despesa para o cumprimento das promessas feitas nas eleições. O Chefe do Executivo evocou, por isso, a necessidade de se encontrar rapidamente soluções para relançar o programa e retomar a dinâmica de trabalho a fim de garantir o bem-estar das populações. "Estamos numa fase de relançamento, para ver se recuperamos a dinâmica que havíamos de adquirido em meados do ano passado", disse José Eduardo dos Santos, ao mesmo tempo que apontava os caminhos para vencer mais este desafio: "temos grandes desafios pela frente e os recursos são limitados, então é necessário sabedoria".

### Boa engenharia

Antes de anunciar a agenda da reunião, o Presidente José Eduardo dos Santos lembrou que, face ao aumento das despesas, o cumprimento dos compromissos assumidos nas eleições impõe ao Executivo uma "boa engenharia" de gestão. "Vamos ter uma gestão racional e parcimoniosa, de modo a podermos trabalhar com base em prioridades, atacando problemas essenciais, que, por sua vez, permitam a resolução de outros problemas fundamentais".

### Comitiva importante

Na jornada de trabalho o Presidente da República foi acompanhado pelos ministros de Estado e chefes das casas Civil e de Segurança, os ministros do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, da Economia, dos Transportes, da Construção, do Urbanismo e Habitação, e de representantes dos ministérios da Energia e Aguas, Administração do Território e o secretário de Estado do Tesouro.

O Presidente da República tomou nota do ponto de situação actual do programa e projectos das vias estruturantes, bem como detalhes sobre os contratos de empreitadas em curso. O Chefe do Executivo fez questão de ouvir do ministro da Construção alguns subsídios sobre medidas necessárias para completar a execução do programa e as perspectivas para se concluir as empreitadas de obras de construção civil no domínio das estradas.

### Ponto crítico

Também foi focado no encontro o programa de reabilitação das vias secundárias e terciárias, considerado pelo Presidente como "um ponto crítico" da província de Luanda. "As últimas chuvas que foram muito intensas trouxeram à superfície estes problemas graves e os constrangimentos que eles criam aos cidadãos e às populações e famílias de modo geral", sublinhou. A gravidade da situação do programa de reabilitação das vias terciárias e secundárias obriga, segundo o Presidente, a rapidamente identificar os recursos e estabelecer uma data para o lançamento do programa. E fez uma ressalva: "Mas é lançar o programa para não parar". Foram também abordados outros projectos de referência, designadamente os referentes à requalificação do Sambizanga, os projectos de execução de infra-estruturas no espaço em que esteve o antigo mercado Roque Santeiro, a protecção das encostas da Boavista e da Rua das Forças Armadas. O ministro dos Transportes, Augusto Tomás, falou das perspectivas para melhorar a circulação rodoviária em Luanda, e realçou a questão dos

transportes alternativos. Já no sector da Energia e Aguas, coube ao secretário de Estado Luís Filipe da Silva falar sobre possíveis fontes de recursos e perspectivas à volta dos projectos no domínio da produção e distribuição de água potável, concebidos para o Bita e Kilamba Grande.

### Águas residuais

O saneamento básico também foi discutido. O Presidente da República quis saber da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda o ponto da situação sobre as estações de tratamento das águas residuais, e pediu contribuições sobre a matéria ao ministro Fernando Alberto da Fonseca, por entender tratar-se de "uma necessidade urgente". Durante a reunião foi também feita uma exposição sobre os processos de realojamentos e desalojamentos de famílias nas zonas de interesse dos projectos fundamentais para a melhoria da vida na província de Luanda.

### Executivo atento

O ministro da Construção, Fernando da Fonseca, realçou a atenção do Executivo e os esforços desenvolvidos para resolução das preocupações das populações, da capital do país e do todo nacional. Em declarações à imprensa antes do encontro com o Presidente José Eduardo dos Santos, o ministro considerou a actividade "momento para reflectir sobre o andamento dos projectos, particularmente do grau de cumprimento das orientações deixadas aquando da visita anterior, em 25 de Maio de 2011". "Precisamente, corno bom governante e bom líder, veio saber o que foi feito, de facto, e que outras iniciativas se devem implementar para melhorar as condições de vida das populações", disse, Fernando Fonseca disse existirem algumas obras que apresentam dificuldades próprias do ambiente em que se está a trabalhar, e outras resultantes de condicionalismos orçamentais, que foram resolvidos no quadro do OGE de 2013. Fernando Fonseca avançou que, tão logo este período mais intenso de chuvas termine, os trabalhos vão llados de uma forma mais incisiva.

## 10.9 O dia que Luanda estremeceu

*Correio Global*

*De 11 a 18 de Abril de 2013*

A manhã de sábado, 6 de Abril, ficará marcada na memória de muitas famílias. É que a forte chuva que assolou a capital do País, Luanda, provocou a morte de nove pessoas. Estão, até ao momento, desaparecidas outras quatro. Os danos materiais são incalculáveis. Muitas ruas ficaram quase "submersas",



tornando, com isso, o trânsito mais caótico e a cidade praticamente paralisada, já que às pessoas procuravam, a todo custo, salvar os seus bens.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi ao Cazenga, nesta terça-feira, 9, "sentir de perto" as consequências que a chuva provocou e encontrar, com máxima urgência, uma solução, com a construção de estruturas que suportem grandes quedas pluviométricas. O Chefe de Executivo, ciente das responsabilidades que tem com o povo, não queria ficar pelos habituais relatórios, contendo a sempre frase feita: "a situação está sob controlo" e, por isso, não há motivos para alarmes. A chuva do último sábado, 5 de Abril, foi bastante agreste, pelo que se esperava uma outra visão estratégica do Presidente. Não pensou duas vezes: reuniu os "brains" do Executivo e foi ao terreno Medir a pulsagacão dos estragos que a chuva provocou e transmitir palavras de solidariedade e conforto a quem viu, num ápice, a vida desfeita por causa desta obra da natureza. É que os números apontados, provisoriamente, são desconfortáveis para quem tem a missão de administrar o Estado: nove pessoas mortas e quatro desaparecidas. Os danos materiais são incalculáveis.

Por esta razão, o Presidente da República foi peremptório em afirmar: "os membros do Executivo deviam estar, desta vez, também mais próximos da realidade das populações, das famílias deste município que, em representação de toda a província de Luanda, vivem inúmeros constrangimentos pelo atraso na realização de vários projectos e programas". Não houve quaisquer receios do Chefe de Executivo reconhecer que a cidade de Luanda, projectada para 500 mil habitantes, tem problemas gravíssimos de infra-estruturas que foram destapados pelas chuvas. "Temos grandes desafios pela frente e os recursos são limitados. Então, é necessário sabedoria", enfatizou o Presidente.

De acordo com relatos, a chuva de sábado, 5 de Abril, foi a maior dos últimos 40 anos registada em Luanda, só comprada a ocorrida em Abril de 1963, em que a parte baixa da cidade ficou completamente "submersa", arrasando estabelecimentos comerciais famosos, à época, como a Katanhoto, Quintas & Irmãos e "engolindo" machimbombo (autocarro).

## 10.10 Tem mesmo de ser sempre assim?

*O País*

*12 De Abril de 2013*

Contar o que a chuva faz a Luanda é, no jargão jornalístico, uma mais do que óbvia seca, daquelas

que obrigam a um escavar árduo e penoso no universo das frases apropriadas. Tudo muito repetitivo, na verdade! Há, claramente, cansaço das pessoas à volta deste problema. Assim não fosse e não teríamos, por exemplo, o Presidente da República a largar o seu habitual gabinete de trabalho na Cidade Alta para dirigir uma espécie de 'sessão comprimida' do Conselho de Ministros em pleno Cazenga. E foi José Eduardo dos Santos a assumir que Luanda vive problemas "graves" no domínio das infra-estruturas e do saneamento básico, cuja solução "clama por inteligência". E aludir à inteligência, do modo como o Chefe de Estado o disse, será sem dúvidas invocar uma mão cheia de opções, como a escolha criteriosa das frentes a abrir e a atacar, fazendo-se o trabalho com o saber de quem entende da poda. Haverá de juntar-se certamente à tal "inteligência" sugerida pelo estadista a necessidade que a edibilidade de uma urbe com a complexidade de Luanda tem de levar a sério as previsões da Meteorologia.

Teremos sido muitos a escutar, no passado domingo, aquele técnico dos Serviços de Meteorologia que foi ao serviço noticioso da TPA dizer 'sem reboços, que muito do que aconteceu poderia ter sido evitado se as autoridades fizessem caso às informações disponibilizadas pelo seu instituto, que alertou para o que ali vinha quase três meses antes de tudo ocorrer.

Luanda e lembrou-o o Presidente Eduardo dos Santos não é um portento como obra acabada. Herdou do colonialismo uma "situação complicada", até porque o lugar que mantém 'empilhados' hoje quase 10 milhões de habitantes foi originalmente pensado para meio milhão apenas, 600 mil, se tanto. Mais razões, portanto, para que quem lida com a crítica gestão da urbe se esmere e esfalfe na busca de soluções, onde já não basta apenas e só o dinheiro que ainda por cima é pouco, não chega, como escutámos do Chefe de Estado - mas é chamado o princípio da "gestão parcimoniosa".

A cidade é, sem dúvidas, um caso nítido de resposta para algo mais do que esforço voluntarioso. Tornouse, não hoje nem ontem mas há um bom par de anos, um desafio colossal ao melhor do pensamento brilhante, da inteligência governativa, que deve ter noção clara do que é estabelecer prioridades "atacando os problemas essenciais". Há falência de métodos. Que se ensaiem outros, pois!

## 10.11 Luanda muitas vezes!

*O País*

*12 De Abril de 2013*

A capital do país acumula um histórico de episódios negros na sua relação conflituosa com a chuva. Luís Visconde, popular cantor urbano das décadas de 60 e 70, transferiu para o vinil esse ritual folclórico da cidade que se desenvolveu à beira do Atlântico' bordeada por uma baía icónica e que faz pela sua estampa turística o que quase mais nada consegue. Quer então o testemunho de Luís Visconde dizer que os malefícios da chuva não são de hoje. Ficou, na queles anos, sem poder ver a namorada no subúrbio inundado, porque o chauffeur de praça (taxista) não queria partir o seu 'popó' (automóvel) mas a grande verdade é que antes dele e muitos anos depois, o filme teve e tem muitas outras exibições. Um 'dejá vu' tedioso! Há memória de uma gigantesca enxurrada nos primeiros anos da década de sessenta que desbaratou Luanda, sobretudo a sua zona baixa a começar pela rua da Missão. Carros soterrados, passeios arrancados, esgotos esventrados, manilhas arrastadas, vivendas no chão, o cenário caótico que deixou os luandenses com a certeza de que a sua cidade poderia ser linda, magnética com as suas colinas e morros, distinta com a mágica baía e ilha falsa a escotar o porto, mas ao mesmo tempo cheia de vulnerabilidades e fraquezas impossíveis de dissimular, muito menos subestimar. Se resultado de uma escolha equívoca dos seus fundadores ou se vítima de urna qualquer maldição ancestral, estava para se ver, mas a certeza, desde logo, era de que a chuva e a urbe não fechavam uma aliança de amantes cúmplices. Nos anos oitenta, Luanda alagada oi sempre uma imagem recorrente, disputando isolada um record tenebroso que poucas outras cidades do país queriam.

Os mais graúdos se lembrarão da quele primeiro lustro de 80 quando o bairro da Samba praticamente soçobrou com as areias que deslizaram da parte alta do Prenda e transformaram os terraços de residências de dois a três pisos em rotas de passeio e traquinices da criançada de então. Muitos de nós que fomos apressadamente visitar amigos e conhecidos naquele emaranhado de lixo e águas agitadas tivemos de ser afastados de superfícies que julgávamos firmes quando, na verdade, eram tejadilhos de viaturas que as areias tinham sepultado em rápidos minutos de revolta da atureza.

A antena metálica resistente na sua derradeira missão estava ali como certeza do proprietário de que no lugar onde agora jazia um monte de terra vermelha, escondia-se o conforto e o privilégio de um AAZ

conseguido à custa de um desempenho só ao alcance dum "trabalhador exemplar".

## 10.12 MAT propõe discussão autarquias

*O País*

*12 de Abril de 2012*

O ministro da Administração do Território (MAT), Bornito de Sousa, anunciou recentemente em Luanda que o Executivo está a preparar um programa transversal sobre as autarquias que será submetido a uma ampla discussão com os actores estatais e não estatais e criar consensos sobre as modalidades, o calendário e os procedimentos para a organização das eleições locais em Angola. Falando na abertura da "Reunião dos Ministros da Descentralização e Governação Local da SADC " realizada de 2 a 5 de Abril, o governante sublinhou que é interesse de Angola partilhar e aprender sobre esta matéria com a "realidade de outros países e regiões de África e do Mundo". O encontro, que se segue a um primeiro realizado em 2011, em Luanda, no qual os países participantes assumiram o compromisso de aprofundar o enquadramento do fórumjunta das instituições da SADC, coincide com um período em que Angola se encontra numa fase de preparação da implementação da sua agenda de descentralização que culrrúnará com a criação das autarquias locais ao nível de "municípios e cidades", afirmou Bornito de Sousa. Sob o lema "Governação local para desenvolvimento. colocando a governação local no centro do desenvolvimento", durante a sua alocação, o governante reforçou que as eleições autárquicas fomentam o papel da governação local na promoção do desenvolvimento, colocando as populações no centro dasatenções para o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio até 2015.

### Debates e decisões

Durante três dias, os debates que contaram com a participação dos representantes de todos os países desta organização regional incidiram em três aspectos fundamentais: o papel dos governais locais na região da SADC, promoção de políticas de diálogo e de desenvolvimento local com os governais locais e prioridades programáticas. Sobre o primeiro aspecto, os participantes, entre ministros, secretários permanentes, directores do Governo local, presidentes e secretários-gerais de associações do Governo, reiteraram que os governos locais, enquanto esfera do governo, deverão ser instituídos de adequado reconhecimento e protecção legal, exigindo para a sua efectivação vontade e apoios políticos contínuos. Defenderam ainda anecessidade

de fortalecer os governos locais através do desenvolvimento e implementação de políticas de descentralização em vigor a nível regional, pelo que deverá ser adaptado o planeamento e orçamento para o progresso equitativo e sustentável destas autoridades. Sendo os governos locais os principais promotores no avanço de grande parte das prioridades estratégicas da SADC, os participantes a este evento de Luanda, advogam o seu reconhecimento como parceiros importantes desta organização regional que congrega catorze países, da África Austral. Argumentaram que o desenvolvimento ao nível local, o sucesso dos programas nacionais, regionais e internacionais depende de um Governo local, com um bom funcionamento que opera conjuntamente com uma estrutura central eficiente, segundo os representantes de Angola, Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, amíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A RDC não participou.

#### Política de diálogo

Já no segundo, os participantes rei teraram o seu reconhecimento do papel que a SADC poderia desempenhar na promoção e fortalecimento do diálogo político de questões regionais relacionadas com o desenvolvimento e com os governos locais, defendendo um trabalho agrupado entre Estados-membros por ter um reflexo conjunto nos compromissos da descentralização. No entendimento destes peritos, uma abordagem regional pode ajudar a harmonizar e desenvolver os enquadramentos regionais a partir dos quais países- membros podem adoptar para desenvolver e implementar as suas políticas. Dizem ainda nesta abordagem que o trabalho ao nível regional também ajuda a transformar os protocolos regionais, continentais e internacionais. Para estimular os actores envolvidos nesta actividade, os participantes primam pela institucionalização de um sistema de prémios regional que reconheça as boas práticas no sector, permitindo aos Estados-membros monitorizar e avaliar os progressos acordados e posições relativas ao governo e desenvolvimento locais. Dentro da SADC, segundo defendem, existem também a necessidade de criar um departamento para monitorizar e acompanhar o desenvolvimento das políticas deste órgão, fornecendo uma plataforma para os governos locais darem os seus contributos para os processos desta entidade regional. Segundo argumentam, o departamento seria uma forma de assegurar a continuidade e a memória institucional, justificando que a constituição deste departamento foi acordada em reuniões anteriores, mas o processo está interrompido, sem avançarem mais explicações

durante o encontro que teve à testa a ministra da Administração Estatal de Moçambique, Carmelita amashulua.

### 10.13 Chuva obriga moradores a abandonar casas

*Angolense*

*12 De Abril de 2013*

A chuva que assolou a cidade de Luanda na semana finda deixou várias famílias no município do Cazenga sem teto, para além de deixar intransitáveis as vias de acesso que ligam a administração comunal a outros pontos daquela circunscrição da cidade capital. O balanço feito dá conta de danos humanos e materiais. O caos começa logo na rua que dá acesso à administração comunal do Cazenga e estende-se aos bairros do kurtume, Rua Comércio e quinta, 6a e T" avenida. De igual modo, encontram-se interditas as vias da Emissória do Cazenga que dão acesso ao Hospital Municipal, uma situação em que, na voz da população local, andar pelo Cazenga quando chove torna-se uma "missão impossível". De acordo com modarores, há muito que a zona carece de intervenção das entidades competentes a fim de melhorar as vias, com a construção de esgotos para evacuar a água que se acumula nas estradas e bairros depois das chuvas. De realçar que grande parte das pessoas que viram suas residências inundadas vivem no bairro do Buraco, situado entre a 6a e T" avenidas, tendo refugiado para os seus parentes e outros viram-se obrigados a arrendarem outras residências. "Se a pessoa não está em casa quando chove já sabe que, quando chegar, vai encontrar os bens em cima da água", conta Evaristo Lovengalenha, de 53 anos de idade e morador da 6a Avenida. Por sua vez, Salomão Manuel, também morador da 6a avenida disse que há muito que os moradores daquela avenida bateram as portas da Comissão de Moradores para uma possível intervenção sem sucesso. "A Administração Comunal vai estar mais perto da população quando aqui morrer pessoa, porque este bairro só vive muita gente em tempo de cacimbo, já neste tempo só fica os mais corajosos ou, se calhar, aqueles que não têm onde ir", conta Salomão Manuel.

### 10.14 PR assustou mas não viu tudo

*Angolense*

*12 De Abril de 2013*

o chefe do executivo saiu a rua e considerou grave os problemas que a capital enfrenta, mas no fim de tudo despiu-se da culpa tendo atribuído a mesma ao colonialismo e a guerra que terminou há 11 anos

Marcia Vicente A gravidade da situação foi reconhecida pelo próprio Presidente da República que desta vez decidiu reunir o Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e de Desenvolvimento Económico e Social de Luanda, no município do Cazenga. José Eduardo dos Santos reconheceu esta semana que a província de Luanda vive "graves problemas" decorrentes da situação complicada herdada do passado, principalmente no domínio das infra-estruturas e do saneamento básico, cuja solução exige inteligência. O presidente fez esta afirmação na abertura de uma reunião técnica que analisou os problemas conjunturais da capital. Recorda-se que a chuva que caiu em Luanda, sábado passado, resultou na morte de nove pessoas e o desaparecimento de quatro outras. Uma situação que despiu a gravidade dos problemas da província de Luanda, com obras atrasadas e algumas mesmo paralisadas. Para tentar corrigir o " tiro", o Presidente José Eduardo dos Santos a reuniu no Marco Histórico do Cazenga, o Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e de Desenvolvimento Económico e Social de Luanda, a fim de, como disse, "encontrar uma forma célere de implementar os vários projectos que decorrem de programas importantes aprovados para província". Dos Santos visitou também as obras de intervenção na zona da "Lagoa de São Pedro", na comuna do Hoji -ya-Henda, onde em Maio de 2011 visitou as obras de drenagem. Após as obras atingirem uma velocidade cruzeiro em meados de 2012, referiu, houve necessidade de se canalizar as energias para a disputa eleitoral no mês de Setembro e mais tarde para conformar os órgãos saídos das eleições. "Perdeu-se a dinâmica de trabalho e a velocidade cruzeiro que tínhamos adquirido em Maio/Junho de 2012, porque foi necessário fazer acertos aos programas e conformá-los com o novo programa eleitoral aprovado pelos eleitores", disse José Eduardo dos Santos. Acrescentou que também foi necessário "reconfigurar o plano nacional, estudar o novo orça- mento, identificar fontes de receitas", uma vez que houve aumento substancial da despesa para o cumprimento das promessas feitas nas eleições. O Presidente evocou, por isso, a necessidade de se encontrar rapidamente soluções para relançar o programa e retomar a dinâmica de trabalho a fim de garantir o bem-estar das populações. "Estamos numa fase de relançamento, para ver se recuperamos a dinâmica que já havíamos adquirido em meados do ano passado", aferiu. Entre justificações e desculpas, José Eduardo dos Santos voltou a atribuir a culpa dos muitos problemas sociais que Angola vive a guerra, já terminada há 11 anos. Embora a saída do Presidente da República para o Município do Cazenga esteja a ser considerado por alguns extractos da sociedade

como um sinal positivo, o chefe viu apenas a ponta do icebergue do bicudo problema que Luanda tem.

## 10.15 Chuva vs tráfico

*Angolense*

*12 De Abril de 2013*

Andar por Luanda quando chove é um "Deus nos acuda", até no Talatona, um dos bairros mais organizados da cidade, a situação não é fácil. Na rua que se situa, por exemplo junto ao prédio da ZAP, sempre que chove uma boa parte do asfalto é coberto por amontoados de areia que acaba por complicar e de que maneira a circulação rodoviária. No período da manhã regista-se nesse ponto muito engarrafamento, e no período nocturno os amontoados de areia acabam por causar vários acidentes. No Camama, ao lado da ex rotunda, existe uns cinco buracos que tornam impossível a vida dos automobilistas. "Quando esta via estava boa, gastava apenas cinco minutos da minha casa até aqui, mas agora ficamos aqui parados durante duas horas para podermos passar este troço. Nos cobram a taxa de circulação, mas nada fazem para alterar este quadro", lamentou Arlindo Campos, automobilista contactado. Na zona do Golfo li, na esquina que dá para os bombeiros e o Hospital Geral de Luanda, a situação é similar, buraços e águas paradas que resultam nos engarrafamentos e danificação das viaturas. E assim se encontra quase toda Luanda, onde para além de não ter estradas em condições, as poucas existentes não são devidamente cuidadas.

## 10.16 Tramados pela chuva

*O País*

*12 De Abril de 2013*

Se as reacções da consciência colectiva pudessem alguma vez compatibilizar -se com respostas a quente, a esta altura a sociedade estaria a aplaudir todos aqueles que olham para a chuva como um malefício.

É claro que não faz qualquer sentido -rrunca fará - olhar-se para o fenómeno da pluviosidade sistémica como algo indesejado, que oxalá pudesse ser travado à custa de qualquer força sobrenatural. A chuva, na verdade, é o contrário de tudo o que uma fúria momentânea pode sugerir. Será, à semelhança da luz do sol e da correnteza dos riachos e rios, das maiores bênçãos naturais, um feliz e vital contributo à sobrevivência da civilização humana. É assim e ponto final!



As chuvas de Luanda - o mote para esta reflexão - não são sequer temporais ou fenómenos duros como as monções famosas no Extremo Oriente. Limitam-se a benéficas e absolutamente generosas precipitações pluviométricas, incapazes de amargurar o dia a qualquer meteorologista de serviço. O problema não reside na chuva, nem sequer no seu volume de água. A questão é bem mais prosaica: Luanda é que não tem preparação para lidar com o fenómeno, por óbvias disfunções estruturais que ressaltam à vista de toda a gente. Não é preciso sequer entender de planeamento urbano, paisagismo, construção civil, arquitectura, engenharia ou qualquer outra ciência ligada à utilização do espaço, para se acreditar nas "culpas" colossais de uma cidade que se desarmou totalmente na batalha contra os estragos potenciais da chuva.

E o mais grave de tudo corno o sublinhou o Presidente da República é que a cidade sempre foi assim, muito mal servida no domínio das infraestruturas para resistir às visitas cíclicas da chuva. Luanda é o termo teme os nove meses que o clima reserva às quedas pluviométricas e deixa-se despir numa sequência tormentosa de vulnerabilidades que, a ciência certa, parece não sugerir saídas vencedoras.

São anos a lidar com o problema Devemos, por isso, perguntarnos, relativamente aos estragos da chuva, de que lado andam as culpas e os culpados. Há que assumi -lo sem rodeios: do homem!

## 10.17 Chove na grande cidade

*O País*

*12 De Abril de 2013*

Definitivamente, com provas e testemunhas que se estendem na tempo e replicam, Luanda, a capital da República de Angola, não é cidade para suportar cargas pluviométricas. A chuva, esse fenómeno benfazeja que África inteira associa à fecundidade da terra - pressupondo, mais alimentos e menos penúria, assusta os luandenses que se encauamnum caótica pedaço de uma geografia cama se os limites de Angola fossem já ali, a dois palmos da nariz. Seja muita ou pouca a cair, a cidade lida sempre mal com a água que da alta se precipita porque redundante, regra geral, em inundações e correntezas perturbadoras da ritmo de vida dos seus habitantes. O passada sábado, 6 de Abril, foi mais uma daquelas jornadas de chuva com prejuízos monstruosos, tanta na plana físico cama psicológica, amontoando-se as perdas humanas (mais de uma dezena, entre óbitos confirmados e pessoas desaparecidas) e as cifrões em casas destruídas, viaturas arrastadas, electrodomésticos a flutuar e mobiliário inutilizada. Vista de cima, a

cidade mais parecia uma ilha naufraga atravessada por canais entupidos de lixa e imundice de todos os formatos e proveniências. Se há uma mobilização geral que funciona, lembrando, e, em grande medida, superando, até os tempos delirantes da utopia comunista com as idas ao corte de cana, colheita de café ou a alfabetização, de adultas, é claramente a chuva em Luanda: na periferia, os moradores socorrem-se da que existir por perto para se manterem à tona depois de atirados para ilhotas de Isolamento: nas ruas a trânsito desacelera porque as buracos que se sabe ali estarem ganharam a opacidade que pode significar a fim da automóvel que se guia; os peões entregam-se à sorte da roleta porque tanta podem chegar a casa intactos cama sugados pela tampa inexistente de um esgoto camarária; e até em insuspeitas e garbosas vias de águas amedronta as mais temerários. Não há indiferenças que valham na grande cidade quando, a assunto é chuva, uma verdadeira e democrática partilha de dissabores. O que muda apenas será a proporção, com que chegam aos 'contemplados' as chatices, sobrando a terror geralmente para as piar instalados. Os relatos penosos que ficam cama rescaldo deste recente acosso pluviométrica de Abril envolvem as vizinhas das linhas de água, as célebres valas de drenagem que transbordaram com uma fúria selvagem, sem tempo útil para planos de fuga. Há, cama mágoa suprema, a vida perdida de uma criança de apenas dois anos que a queda de uma parede esmagou. Revistas as imagens que num repente se fizeram populares na media e nas redes sociais, mais a que se pode ainda verificar presencialmente depois de uma semana- charcos que persistem e lagoas que subiram de nível ou swgiram da zero -, poder-se-á arriscar a palpite de que, apesar de tudo, houve generosidade vinda sem que se saiba bem de onde, pois a violência das águas, a farça da correnteza, a caos das destroças em circulação, e a surpresa dos buracos, das valas, das ravinas e dos deslizamentos de terra, poderiam perfeitamente ter multiplicada por muita mais os números da tragédia.

## 10.18 SME expulsa diariamente 100 estrangeiros ilegais do país

*Semanário Factual*

*13 A 20 de Abril de 2013*

Os Serviços de Emigração e Estrangeiros expulsam diariamente cerca de 100 estrangeiros que se encontram em situação ilegal no país. Sem avançar valores, o director nacional adjunto do SME fez saber na quarta-feira, 10, que o processo de expulsão de emigrantes ilegais tem custos elevados para o país. , ós, todas as semanas, expulsamos estrangeiros, e isso tem sido um peso económico

muito grande para o país, porque o número é muito avultado. Nós temos estado a repatriar, por semana, mais de cem cidadãos e esse repatriamento não se faz pelo mesmo canal em que eles entram", informou.

### 10.19 Chuvas Provocam mortes

*Jornal de Angola*

*12 De Abril de 2013*

Aju As chuvas na Lunda-Sul causaram este ano três mortes, a destruição de 18 casas, entre as quais uma igreja, ea inundação de oito lavras, disse aos jornalistas uma fonte dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB). O chefe de Gabinete de Estudos, Informação e Análise do (SPCB) afirmou que está a ser analisada a situação de 192 famílias que vivem em zonas de risco nos bairros suburbanos de Txizaínga I, Kama- hindu, Kalussanze e Manauto para lhes ser prestada assistência. A par disso, referiu foram entregues 200 chapas de zinco a cinco famílias do bairro 11 de Novembro, em Saurimo, vítimas de um incêndio provocado por curto-circuito. Os bombeiros registaram até Março 22 incêndios que causaram também três mortes, cinco feridos e prejuízos superiores a três milhões de kwanzas . Por outro lado, o reitor da Universidade Lusíada de Angola anunciou que começa a ser construída este ano, na cidade de Saurimo, um Instituto Superior, num terreno cedido pelo Governo Provincial, que entra em funcionamento em 2014. Mário Pinto de Andrade disse que o novo estabelecimento de ensino vai leccionar cursos de Informática e de Arquitectura.

### 10.20 Tramados pela chuva

*O País*

*12 De Abril de 2013*

Se as reacções da consciência colectiva pudessem alguma vez compatibilizar -se com respostas a quente, a esta altura a sociedade estaria a aplaudir todos aqueles que olham para a chuva como um malefício.

É claro que não faz qualquer sentido -runca fará - olhar-se para o fenómeno da pluviosidade sistémica como algo indesejado, que oxalá pudesse ser travado à custa de qualquer força sobrenatural. A chuva, na verdade, é o contrário de tudo o que uma fúria momentânea pode sugerir. Será, à semelhança da luz do sol e da correnteza dos riachos e rios, das maiores bênçãos naturais, um feliz e vital contributo à sobrevivência da civilização humana. É assim e ponto final!

As chuvas de Luanda - o mote para esta reflexão - não são sequer temporais ou fenómenos duros como as monções famosas no Extremo Oriente .. Limitam-se a benéficas e absolutamente generosas precipitações pluviométricas, incapazes de amargar o dia a qualquer meteorologista de serviço. O problema não reside na chuva, nem sequer no seu volume de água. A questão é bem mais prosaica: Luanda é que não tem preparação para lidar com o fenómeno, por óbvias disfunções estruturais que ressaltam à vista de toda a gente. Não é preciso sequer entender de planeamento urbano, paisagem, construção civil, arquitectura, engenharia ou qualquer outra ciência ligada à utilização do espaço, para se acreditar nas "culpas" colossais de uma cidade que se desarmou totalmente na batalha contra os estragos potenciais da chuva.

E o mais grave de tudo como o sublinhou o Presidente da República é que a cidade sempre foi assim, muito mal servida no domínio das infraestruturas para resistir às visitas cíclicas da chuva. Luanda é o termo teme os nove meses que o clima reserva às quedas pluviométricas e deixa-se despir numa sequência tormentosa de vulnerabilidades que, a ciência certa, parece não sugerir saídas vencedoras.

São anos a lidar com o problema Devemos, por isso, perguntarnos, relativamente aos estragos da chuva, de que lado andam as culpas e os culpados. Há que assumi-lo sem rodeios: do homem!

Devemos perguntar-nos, relativamente aos estragos da chuva, de que lado andam as culpas e os culpados. Há que assumi-lo sem rodeios: do homem! e, pelos registos, com muitos sinais de a situação saltar de má a péssima em numerosos pontos identificados. É óbvio que globalmente a batalha denota vitórias a espaços, como se pode exemplificar tomando como amostra os bairros da Samba e Corimba, que nas décadas de oitenta eram pouco menos do que desaguadouros de calamidades, com a sua rua principal quase sempre fechada à circulação cada vez que chovesse, e as moradias inundadas até perto do tecto. Basta um passeio pelo seu interior para se constatar como quintais, escolas, inúmeras residências, perderam definitivamente valor de uso desde que as célebres precipitações daqueles anos expulsaram moradores, estudantes e gente de inúmeras outras ocupações como a pesca. Há, sem dúvidas, desolação geral com os estragos que a chuva deixou como rescaldo. Bastava que tivesse acontecido uma única morte humana para ser assim. Infelizmente até aconteceram mais do que uma! O repto foi lançado mais uma vez e Luanda tem de fazer-lhe face. Não se pode esperar por qualquer tolerância da atureza, até porque as variações do clima global levam a pensar em situações agravadas

no futuro. Só a competência nos poderá livrar deste ciclo penoso. Fazer o que tem de ser feito, indo buscar, se for o caso, valências ali onde outros lidaram com problemas semelhantes. Seja lá onde esse conhecimento existir, em nome de uma Luanda menos molhada, vale a pena o investimento. Continuarmos com a vulnerabilidade que se repete a cada nova época chuvosa é que não pode ser!

## 10.21 Da à imigração ilegal

*Jornal de Angola*  
13 De Abril 2013

As preocupações com os níveis de entrada, residência e permanência ilegais de estrangeiros crescem todos os dias, o que coloca ao país o desafio da contenção da imigração clandestina, sob pena do seu descontrolo afectar gravemente os pilares em que assentam a paz, a estabilidade e a segurança nacional.

Os factores que fazem Angola crescer - estabilidade, tranquilidade das famílias, respeito pelas leis, sossego das comunidades, observância dos costumes não são negociáveis.

Reflexo da conjuntura de paz e de estabilidade, Angola passou a receber homens e mulheres de várias origens, o que é bom quando essas pessoas respeitam as leis e as regras quanto à entrada e permanência.

A existência de condições para negócios tem sido aproveitada por estrangeiros para potenciarem as capacidades empresariais e de empreendedorismo, o que, desde que cumpram as leis e regras vigentes, é óptimo porque contribuem para desenvolvimento de Angola.

Mas, as oportunidades que o país oferece têm sido não raras vezes aproveitadas por indivíduos de várias origens para fomentarem redes de imigração ilegal.

O quadro migratório no país é preocupante, pois em várias localidades, principalmente do interior, parece haver cada vez mais estrangeiros que entraram clandestinamente no país a dedicarem-se a actividades ilegais.

A contenção da imigração ilegal é um desafio transversal, pois transcende o papel das autoridades e envolve toda a sociedade, o que significa que as famílias devem participar nos esforços do Executivo para conter este fenómeno, cujas consequências negativas afectam a população.

O auxílio à imigração ilegal é uma realidade com que muitas comunidades se confrontam e que é urgente inverter. Sobretudo é importante divulgar e fazer

perceber que essa atitude de alguns compatriotas nossos constitui crime previsto e punível por lei. É preciso que se continue a sensibilizar as famílias angolanas que estão a incorrer em prática criminosa quando alojam estrangeiros que entraram clandestinamente no país e que estão obrigadas a comunicar às autoridades, mormente a Polícia Nacional, situações desta natureza.

As leis angolanas, contrariamente a de muitos Estados, não desencorajam a entrada e a permanência em Angola de estrangeiros, desde que cumpridas as formalidades legais. Angola está aberta ao investimento estrangeiro e a iniciativas que a ajudem a desenvolver, desde que no cumprimento das leis e regulamentos em vigor.

O Executivo continua empenhado na formação contínua dos efectivos da Polícia Nacional, particularmente dos Serviços de Migração e Estrangeiros, e na criação de meios que permitam fazer face à imigração clandestina, que é dos maiores desafios de Angola após a conquista da paz.

As autoridades tem, felizmente, apesar das dificuldades com que debatem, em grande parte pela extensão das fronteiras, cumprido a missão que lhes está confiada de impedir a entrada clandestina de estrangeiros, mas estes esforços têm de contar com a participação dos civis que ao denunciarem situações ilegais estão a contribuir para a segurança nacional e para o bem-estar social.

O compromisso assumido pelo Executivo de modernizar as técnicas de actuação do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), num momento crucial da existência desta importante instituição, é digno de elogios.

Por tudo isto, defendemos que prossigam as melhorias de condições de trabalho do SME destinadas a neutralizar as entradas e permanência ilegais de estrangeiros em território nacional.

Não temos dúvidas que os efectivos dos Serviços de Migração e Estrangeiros vão manter os níveis de empenho, destreza e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho que lhes permitem dar resposta aos permanentes desafios com que se deparam.

Mas, insistimos que os esforços para sermos bem sucedidos na contenção e controlo do da imigração ilegal passam pelo envolvimento de toda a sociedade. As famílias devem fazer parte da vanguarda deste combate contra as redes de imigração ilegal e desencorajar todos quantos pretendam entrar ilegalmente no país.

O povo angolano que já venceu tantas batalhas e sempre recebeu de braços abertos os estrangeiros que se dispuseram a ajudá-lo a construir este país novo que fazemos todos os dias, vai também vencer esta.

Os angolanos são, por natureza cordiais, perdoam facilmente e não hostilizam quem vem de fora e lhes estendem a mão, mas não podem permitir que intrusos eivados de má-fé lhes belisquem a paz que conquistaram com sangue, suor e lágrimas.

## 10.22 IMIGRAÇÃO ILEGAL

### Controlo reforçado

*Jornal de Angola*  
13 De Abril 2013

Os cidadãos que residem no Sul do país, fronteira com a Namíbia, devem abster-se de facilitar a entrada e acolher imigrantes em situação migratória irregular, advertiu no Lubango o chefe em exercício da secção de Informação e Análise do SME.

Em declarações à Angop, Pedro Ndala disse que o ponto mais vulnerável no acesso aos ilegais é o posto de Santa Clara, onde são acentuados os casos de angolanos que auxiliam a imigração ilegal. Segundo os estrangeiros ilegais detidos no posto fronteiriço da Quihita (Chibia), província da Huíla, são cidadãos nacionais que facilitam a sua entrada no território.

"Os cidadãos interpelados dizem que entraram no país sob orientação de cidadãos nacionais e a troco de valores monetários, por isso o SME trabalha na sensibilização da população para alertar sobre o perigo e prejuízos da migração ilegal para o país", disse Pedro Ndala.

O auxílio à imigração é punível pela Lei 02/07, de 31 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico Estrangeiro em Angola.

A lei estabelece que aquele que, com fins lucrativos ou de qualquer outra forma, prestar ajuda a cidadão estrangeiro para entrar ilegalmente em território angolano é condenado em pena de prisão de dois a oito anos e multa de até dois anos.

A lei pune também o cidadão nacional que hospedar ou ocultar a permanência de cidadão estrangeiro em situação ilegal. A tentativa de hospedar ou ocultar é punível e constitui agravante a qualidade de ser membro das forças de Defesa, Segurança e ordem interna.

## 10.23 Chuva deixa mais de 500 pessoas sem casas

*Semanário Factual*

De 13 a 20 de Abril de 2013

Quinhentas e 47 pessoas ficaram desalojadas durante o primeiro trimestre do ano em curso, na província do Kuando Kubango, em consequência da chuva, informou terça-feira, 09, o comandante do Quartel Especial de Bombeiros locais, Abel Luís. O responsável precisou que, ao longo desse período e em consequência das últimas chuvas, 92 casas ficaram destruídas totalmente e 13 de forma parcial. Abel Luís não especificou as zonas mais afectadas pela chuva, o local para onde foram reagrupadas as vítimas, nem mesmo o número de famílias que compõem essas 547 pessoas. Segundo Abel Luís, a corporação registou, igualmente, nesse período quatro mortos, sendo três por descarga atmosférica e um devorado por jacaré, no Rio Kubango, município de Calai, fronteira com a República da Namíbia. Enumerou como principal dificuldade da corporação a falta de meios de transporte, que tem vindo a condicionar, de alguma forma, as deslocações diárias do efectivo.

## 10.24 Luanda continua vulnerável às chuvas

*Agora*

13 De abril de 2013

Lém das perdas humanas, registadas no passado fim-de-semana nos distritos da Samba e Kilamba Kixaxi, os fortes aguaceiros têm provocado estragos consideráveis ao nível das infra-estruturas básicas, demonstrando que ainda há muito trabalho a fazer para evitar situações de calamidade. O cortejo de destruição deixado pelas últimas chuvas inclui valas de drenagem entupidas, bairros sub-mersos e estradas cortadas em quase todos os municípios e distritos, calvário que no entanto está longe de ser novo para as autoridades. Há muito que os "experts" têm alertado para a necessidade de se efectuarem investimentos maciços em redes de escoamento das águas pluviais e esgotos da cidade, que continua a crescer à alta velocidade, sob infra-estruturas exíguas e envelhecidas. Os especialistas, como o engenheiro Cardoso Quissassa, ou mesmo o conhecido arquitecto "Dinguanza" já o disseram: "Esta é uma cidade velha que não suporta mais. Deve ser abandonada para dar lugar a outros pólos de desenvolvimento urbano na periferia". Apesar dos alertas, a verdade é que no velho casco urbano continuam a ser erguidos prédios, e nos bairros foram obstruídas as valas de escoamento das águas



residuais devido a construções desordenadas. Luanda hoje é uma cidade "entupida" que cede facilmente às chuvas. Entre os inúmeros casos que ajudam a ilustrar esta problemática encontra-se a rua da Liga Africana, que, quando chove, fica invariavelmente impedida para o tráfego automóvel, ocorrendo o mesmo no troço entre o aeroporto e o bairro Kassequel do Buraco, já para não falar da via São Paulo-Cuca.

Rasto de destruição

No Cazenga, para citar mais este exemplo, o administrador municipal, Victor Narciso, revelou, no final do mês passado, que 200 casas ficaram inundadas na zona 18. Inundações que, aliás, afectaram todo o município, sobretudo nas áreas consideradas crónicas, como as bacias e lagoas do Tio-Mingo, Catumbela, Mabululo, Velho-Kimbundu, Tunga-Ngô e o Buraco, bem como as 5.ª, 6.ª e 7.ª avenidas. No município de Belas, de acordo com as nossas fontes, as chuvas afectaram mais de 500 famílias residentes no bairro das Salinas, no Benfica, que abandonaram as suas casas. O mau tempo também causou inúmeros transtornos na via defronte ao Hospital Geral de Luanda, que, devido às escavações realizadas no âmbito das obras de ampliação da estrada, encontra-se intransitável, condicionamento agravado pela submersão da chamada "ponte molhada", onde encalharam duas viaturas. O cenário repete-se no distrito urbano da Ingombota. Aqui as enxurradas também inundaram residências e quintais, e alagaram ruas dos bairros da Boavista, da Kinanga e da Chicala I e II. As palavras de nada servirão se as autoridades não atacarem a fundo este problema. Eu penso que identificadas as causas, nada melhor do que avançar com a requalificação do traçado urbano ao mesmo tempo que se deve pensar em novas soluções", defendeu um velho habitante de Luanda em entrevista à Rádio Ecclesia. Entretanto, no final de Março, o Governador Bento Bento presidiu a uma reunião onde foi manifestada a intenção da requalificação do baixo prenda, envolvendo os bairros Margoso e Chabá, no distrito da Maianga. Isto significa que os casebres serão transformados num bairro nobre, com equipamentos sociais modernos, havendo já planos para o desalojamento da população, incluindo a transferência do dispensário de tuberculose para outro local, longe da zona habitacional. Estes programas devem chegar também a outras áreas críticas desta Luanda, que mais não tem do que as suas gentes a viver com mil e um problemas, incluindo os já crónicos, de abastecimento de energia eléctrica e água.

## 10.25 GPI(-)

*Agora*

*13 De abril de 2013*

As chuvas que caíram esta semana em Luanda provocaram a morte de nove pessoas, deixando outras quatro desaparecidas. Será que essa tragédia não poderia ser evitada? Na realidade, os problemas de que enferma a maior cidade do país estão há muito identificados e têm nomes, como o caso das valas de drenagem que devem ser construídas principalmente nas novas urbanizações. É que, no velho casco urbano não deviam continuar a ser erguidas infra-estruturas "pesadas" que acabam por influenciar negativamente a qualidade de vida dos habitantes. Além de prejudicarem a drenagem das águas das chuvas, as novas obras também acabam por "adulterar" o traçado arquitectónico da cidade. E como não existe ainda plano Director, tudo se faz com e sem nexos.

## 10.26 Chuvas intensas matam e destroem diversas habitações

*Jornal de Angola*

*13 De Abril 2013*

Pelo menos 14 pessoas morreram, 31 ficaram feridas e cerca de 65 habitações foram destruídas pelas chuvas, no primeiro trimestre deste ano no Huambo, informou ontem o comandante provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros da província. João Ricardo, que fazia o balanço dos serviços de bombeiros nos primeiros três meses, salientou que, de Janeiro a Março, as calamidades afectaram também igrejas, escolas, nos municípios do Bailundo, Longonjo, Ecuinha, Ucuma, Londuimbali, Huambo e Cachiungo.

As mortes deveram-se aos relâmpagos, razão pela qual o Governo do Huambo decidiu instalar novos pára-raios e substituir antigas torres de protecção das descargas eléctricas nos principais centros urbanos e locais de maior aglomeração populacional, para evitar mais acidentes.

O chefe dos bombeiros referiu que as populações atingidas recebem apoios das administrações municipais e do do Governo Provincial, mas aconselha as populações a não construírem em zonas consideradas de risco. "A colocação e instalação de torres anti-raios é melindrosa, mas e pretendemos dar prioridade a locais onde ocorrem frequentemente as descargas eléctricas.

## 10.27 Zangos assemelham-se ao Rangel e ao Sambizanga

*Semanário Factual*

*De 13 a 20 de Abril de 2013*

Ninguém podia prever que os Zangos se assemelhariam, actualmente, aos distritos do Rangel e do Sambizanga, pelo acumular da água da chuva em zonas antes secas, pelo areal presente. Quando chovesse, por mais torrencial que fosse a chuva, em pouco tempo a água desaparecia dos Zangos, por o terreno ser arenoso. Porém, com a construção desordenada de armazéns, sem um plano director, as ruas dos Zangos 1, 2 e 3 enchem-se de água, porque não têm local para evasão, e também porque o terreno à volta dos armazéns e de lojas se tornou endurecido. Assim, quando chove, as ruas dos Zangos parecem piscinas, onde crianças, inocentes, brincam, alheias aos perigos que podem correr. As diversas casas de chapa de zinco, aliadas à construção de moradias semelhantes aos musseques de Luanda, contribuem para a permanência da água da chuva por longo tempo, levando a engarrafamentos, antes inusitados. Será preciso reverter a situação para a melhoria dos Zangos, a menos que se queira que se assemelhe a zonas alagadas da capital, numa altura em que estão em construção o Zango 5, com muitas casas já erguidas ...

## 10.28 Sociedade civil lança alerta contra a invasão silenciosa

*Jornal de Angola*

*15 De Abril de 2013*

Representantes da sociedade civil na província do Zaire denunciaram sábado, em Mbanza Congo, uma invasão silenciosa por cidadãos estrangeiros, através da fronteira a Norte com a República Democrática do Congo (RDC).

O fenómeno, que já tomou contornos alarmantes ao nível da província, está a suscitar vários comentários entre a sociedade civil desta região, que começa a tomar consciência das consequências que podem advir com a entrada massiva e ilegal de estrangeiros no país.

Em declarações à Angop, o pastor da Igreja Evangélica Baptista em Angola no Zaire, reverendo Alvaro Rodrigues, considerou preocupante a situação da imigração ilegal na província, defendendo medidas sérias e educação dos cidadãos contra o fenómeno.

A Paz efectiva e o crescimento económico, segundo o reverendo, são as principais razões que têm motivado os estrangeiros a preferirem Angola.

O chefe das autoridades tradicionais de M'banza Congo, Afonso Mendes, condenou a atitude dos cidadãos nacionais que auxiliam a imigração ilegal, a troco de compensações financeiras.

Recentemente no município do Soyo, o governador do Zaire, José Joanes André, manifestou a sua preocupação com a vulnerabilidade da fronteira com a RDC. Para o governador, a entrada e permanência de muitos estrangeiros na região obstaculiza os programas do Executivo, porquanto as acções previstas no domínio social foram gizadas para um determinado número de habitantes. A província do Zaire partilha uma imensa fronteira com a RDC.

Recentemente, o comandante do Zaire da Polícia Nacional revelou a existência de cerca de 16 mil congolezes em situação ilegal naquela província, seis mil dos quais devastam a floresta, com a produção ilegal de carvão. Os restantes, referiu, dedicam-se à pesca no município do do Soyo. Francisco Massota disse que apresentou às autoridades congolezas registos e fotografias sobre a existência cidadãos em situação ilegal em Angola.

## 10.29 Estrangeiros ilegais detidos na fronteira

*Jornal de Angola*

*16 De Abril 2013*

A Polícia de Guarda Fronteira na província do Zaire impediu nos últimos sete dias que oito estrangeiros entrassem ilegalmente em Angola, revela um comunicado da corpo razão. Os detidos, todos da República Democrática do Congo, foram encaminhados para a direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para seu repatriamento.

A província do Zaire é considerada das entradas preferidas pelos estrangeiros para entrarem ilegalmente no país devido à extensão da fronteira terrestre e fluvial que separa Angola da República Democrática do Congo.

### 10.30 Refugiados angolanos regressaram a casa

*Jornal de Angola*  
22 De Abril da 2013

O Serviço de Migração Estrangeiros no Kuando-Kubango registou o regresso definitivo ao país, através dos postos fronteiriços do Catuitui e do Rivungo, de 344 cidadãos nacionais que viviam na condição de refugiados na Zâmbia e na Namíbia.

Os dados constam do relatório de balanço da Direcção Provincial dos SME e referem o período que vai de Abril de 2012 até ao presente.

De acordo com o documento, do total de 344 cidadãos nacionais que regressaram voluntariamente ao país com destino à província do Kuando-Kubango, 293 viviam nos campos de refúgio do Mungo e Mayaukuayaua (Lúmbia) e 51 na localidade namibiana do Osire.

No mesmo período, o SME registou a entrada e saída de 50 mil estrangeiros de diversas nacionalidades, através dos aeroportos Comandante Kwenha, em Menongue, e "23 de Março", no Cuito Cuanavale, além dos postos fronteiriços do Catuitui, Calai, Cuangar e Rivungo. A direcção provincial do SME concedeu ainda 676 pedidos de prorrogação de vistos de permanência aos

Estrangeiros residentes na província. Recusou a entrada de seis cidadãos de nacionalidade namibiana e um zambiano. O documento refere que o SME do Kuando-Kubango tem registados 929 estrangeiros de várias nacionalidades, dos quais 753 com visto de trabalho, 119 exilados, 40 refugiados e 17 residentes.

Este número é liderado pelos chineses que somam 428 cidadãos e Mauritânia com 83. O documento informa que os sectores da Construção Civil e do Comércio são os que mais absorvem a mão-de-obra estrangeira, tendo em conta o processo em curso de reconstrução nacional. Durante o período em balanço, a Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiro recebeu 1.037 pedidos para a emissão de passaportes ordinários. Foram emitidos oito mil passes de travessia e 607 salvo-condutos, documentos usados para facilitar a entrada e saída do território nacional.

### 10.31 Centenas de estrangeiros são repatriados no Zaire

*Jornal de Angola*  
22 De Abril 2013

Autoridades migratórias reforçam as acções de fiscalização nas localidades fronteiriças

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) repatriou 529 cidadãos estrangeiros em situação ilegal oriundos da Guiné Conacry MaU, China, Costa de Marfim, Quênia, Faso, Senegal, Vietname, Guiné-Bissau, Tanzânia, Gâmbia, Congo Brazzaville e República Democrática do Congo, no primeiro trimestre do ano em curso.

O director provincial do SME, Aristides Luís da Costa, precisou que deste número, 335 são da República Democrática do Congo, repatriados a partir da fronteira de Temboaluma, no município de Marimba.

Em relação à emissão de passaportes, concessão de vistos de entrada e salvo-condutos, Aristides Luís da Costa disse que o objectivo é melhorar a organização interna, resgatar a imagem da instituição e aprimorar as formas de atendimento ao público, reduzindo os prazos de entrega, visando fiscalizar melhor e produzir mais.

O director pediu maior empenho do efectivo e especial atenção ao registo de cidadãos estrangeiros que estão no território da província, em especial nas zonas urbanas, de garimpo e fronteiriças.

Em Malange, o segundo comandante provincial para a área de intervenção e protecção, subcomissário José Mateus Muanda, reconheceu o trabalho abnegado do Serviço de Migração e Estrangeiros levado a cabo na província, e pediu maior empenho, visando o combate à emigração ilegal. A província faz fronteira com a RDC, país utilizado como ponto para a entrada em território nacional.

#### Acções no Caxito

O Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Bengo vai intensificar as acções de fiscalização de forma a impedir que cidadãos estrangeiros que entraram ilegalmente permaneçam em território nacional. A garantia é do director do SME no Bengo, Fernando Bento Costa, que falava à imprensa por ocasião do 37º aniversário da fundação da instituição. A fiscalização dos estrangeiros na província vai impedir que exerçam actividade laboral ou permaneça ilegalmente no país sem visto específico.

Segundo o responsável, nos últimos tempos tem-se verificado a entrada massiva de imigrantes ilegais por via terrestre e marítima.

Fernando Bento Costa considerou urgente o controlo das estradas que ligam a cidade de Caxito ao Uíge e o Caxito a Mbanza Congo, por serem vias preferenciais de imigrantes ilegais que a todo custo tentam atingir a capital do país.

A comuna da Barra do Dande, no Bengo, tem sido, nos últimos tempos, local de entrada de imigrantes ilegais e, desde Janeiro deste ano até à data presente, foram detidos 200 infractores.

#### Acções na Lunda-Sul

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na Lunda-Sul repatriaram, no ano transacto, 191 cidadãos estrangeiros, por residirem de forma legal na província.

Os dados foram divulgados em Saurimo pelo director provincial dos Serviços de Migração e Estrangeiros na Lunda-Sul, Henrique Buela, no acto que marcou as comemorações do 37º aniversário do SME.

Dos 191 estrangeiros repatriados, 179 são da República Democrática do Congo (RDC), quatro da Somália, seis da Guiné Conacry e um da Costa do Marfim.

De acordo com Henrique Buela, a melhoria das condições de trabalho foi decisiva para o crescimento do Serviço de Migração e Estrangeiros. Salientou que o combate à emigração ilegal constitui preocupação do Estado, porque tal prática pode criar sérios problemas ao país.

Assegurou que os efectivos do SME na Lunda-Sul estão cada vez mais empenhados no combate à migração ilegal. Pelo menos 3.343 estrangeiros vivem legalmente na província do Huambo, informa O Serviço de Migração Estrangeiros (SME) no país. Este dado foi tomado público no Huambo pelo porta-voz da delegação provincial do SME, José Hélder Adelino. Do número total de estrangeiros, 2.322 estão na condição de expatriados, 365 residentes e 655 refugiados.

Discursando no acto das festividades do 37º aniversário do SME, José Adelino informou que de Abril de 2012 à presente data, a delegação do Huambo encaminhou 73 cidadãos ilegais para o centro de detenção em Luanda para serem repatriados e encaminhou alguns para o Ministério Público por falsificação de documentos.

#### Reforço legislativo

Com a aprovação, em Agosto de 2007, da Lei 02/07 sobre o regime jurídico dos estrangeiros em Angola, aumentou o leque de garantias dos cidadãos estrangeiros em áreas como o turismo, estudo e investimento privado. A aprovação do diploma permitiu alargar os instrumentos de combate à imigração ilegal, que atribui ao SME capacidade para proteger a integridade das fronteiras nacionais.

A imigração ilegal em Angola prejudica a economia nacional e facilita a exploração desenfreada de recursos naturais, contribuindo para a sua devastação, refere um comunicado do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), na província da Huíla.

De acordo com o comunicado do SME, divulgado por ocasião dos 37 anos de existência da instituição, são visíveis as implicações do fenómeno, nas esferas económica e social de Angola, o que constitui uma ameaça à segurança nacional.

#### Crescimento demográfico

O Serviço de Migração e Estrangeiros na Huíla, de acordo com o documento aponta ainda como consequências sociais da emigração ilegal, o crescimento demográfico irregular e sem controlo do Estado, prostituição, alto custo de vida da população, delinquência, tráfico e consumo de estupefacientes, comercialização de produtos falsos nas ruas e proliferação de patologias. A imigração ilegal, refere o documento, influencia ainda o surgimento de seitas religiosas passíveis de desviar os valores, hábitos, usos e costumes próprios da população angolana, e facilita o crescimento do Índice de roubos.

O documento sublinha que os imigrantes ilegais entram no território nacional pelas fronteiras terrestres e fluviais, mas na generalidade existe uma forma organizada a partir do exterior do país e nalguns casos com o auxílio de cidadãos angolanos que à luz da Lei 02/07 de 30 de Agosto incorrem em crime.

"Existem casos de imigração irregular de cidadãos que adquirem uma permanência legal (visto ordinário ou de turismo), habilitados a entrar no território por um período determinado, mas não abandonam o país quando este tempo expira", lê-se no documento.

O SME completaram sexta-feira última 37 anos desde a sua instituição. O acto central aconteceu em Luanda, presidido pelo ministro do Interior, Angelo Veiga.



## 10.32 Executivo garante novas centralidades

*Jornal de Angola*

23 De Abril de 2013

Projecto destaca celebração de parcerias com o sector privado

o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse ontem, a Cidade do Cabo, que o Executivo assegura a construção de 14 centralidades, beneficiando uma população estimada em um milhão de pessoas.

José Silva fez essa declaração na Cimeira das Infra-Estruturas Urbanas de África que começou ontem e termina hoje, no período da tarde. "O Executivo de Angola lançou o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação sobre o alto patrocínio do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que assumiu, pessoalmente, a presidência deste programa", referiu.

O programa, realçou o ministro, consiste na execução de projectos onde se destaca a celebração de parcerias entre o Estado e o sector empresarial privado, assegurando nesta fase 170 mil habitações. "Angola é um país com 15 milhões de habitantes. As estimativas apontam para um défice habitacional de 1,7 milhões de habitações. Apesar dos excelentes resultados alcançados nos últimos anos, os desafios ainda são consideráveis", frisou.

O ministro José Silva realçou, durante a apresentação das novas centralidades em Angola, que em paralelo foi lançado outro programa, totalmente suportado por recursos do Tesouro Nacional, que consiste na execução de infra-estruturas e a construção de 200 casas em cada um dos 126 municípios, ficando fora deste subprograma os municípios abrangidos pelo programa das parcerias público-privadas. Este programa, frisou, assegura a construção de 25 mil habitações sociais, beneficiando 150 mil habitantes. "Apesar de todo este esforço humano e financeiro, os desafios ainda são consideráveis, pois o Executivo de Angola está fortemente apostado num vasto programa nacional de desenvolvimento, que consiste num instrumento de planeamento de médio prazo, que no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo contempla políticas que visam assegurar a preservação da unidade nacional, a inserção competitiva de Angola no contexto internacional, os pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento económico e social sustentável", afirmou José da Silva.

Com o alcance da Paz, precisou, Angola iniciou um ambicioso programa de reconstrução nacional,

visando em primeiro lugar as ligações rodoviárias entre as capitais de província e a cidade capital, Luanda.

"Foram reabilitados e construídos centenas de quilómetros de estradas, o que permite a circulação de pessoas e bens e iniciar um vasto processo de reabilitação das diferentes infra-estruturas ao longo do território nacional", disse o ministro José Silva.

Em 2003, referiu, foi lançado o Programa de Infra-estruturas Integradas, visando estancar a degradação progressiva de zonas urbanas e suburbanas. "Este programa está em curso em cinco cidades e consiste na construção de redes de drenagem pluvial e residual, redes viárias, telecomunicações, energia, fornecimento de água e tratamento de resíduos sólidos. Trata-se de um pacote que uma vez concluído assegura as devidas condições de sustentabilidade do meio urbano", disse o ministro do Urbanismo e Habitação.

## 10.33 Chuvas torrenciais destroem casas na Lunda-Norte

*Jornal de Angola*

23 De Abril de 2013

As chuvas constantes que se abateram sobre a província da Lunda-Norte nos últimos três meses provocaram a morte de quatro pessoas e o desabamento de 225 casas, anunciou no Dundo o comandante provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Venâncio Caloto.

O município do Chitato lidera a lista de pessoas sinistradas, com mais de 170 cidadãos atingidos. Este ano, as chuvas foram acompanhadas de ventos fortes e granizo, tendo atingido grandemente as zonas consideradas vulneráveis às ravinas e de pouco saneamento básico.

. Como consequência das fortes chuvas, as ravinas alastram, o que atrapalha a vida pública e das populações que vivem nas áreas afectadas, segundo o comandante.

Venâncio Caloto revelou que a comissão provincial de Protecção Civil controla um total de 68 ravinas a nível da província da Lunda-Norte, sendo 46 consideradas como de risco extremo, na sua maioria localizadas no município do Chitato, que alberga igualmente o maior número de ravinas com tendências progressivas.

As 225 famílias sinistradas pelas enxurradas, durante os primeiros três meses deste ano, foram apoiadas de imediato, pela comissão provincial de Protecção Civil

e Bombeiros, com géneros alimentícios, medicamentos, roupa usada, chapas de zinco, tendas, entre outros bens, que minimizaram de alguma forma as suas dificuldades. O comandante Venâncio Catoto referiu que um número considerável de pessoas que viviam em zonas de risco foi realojado em áreas de maior segurança.

Aequipa técnica da comissão provincial de Protecção Civil e Bombeiros montou dez pára-raios em algumas infra-estruturas e está previsto serem postos mais 28 sistemas nos próximos dias.

O comandante adiantou ainda que a situação operativa da província da Lunda-Norte, de Janeiro a Março deste ano, conheceu alterações significativas, devido ao número reduzido de casos de incêndios, desabamentos de casas, mortes e feridos, fruto da voluntariedade e entrega dos efectivos da corporação, apesar das deficiências técnicas, materiais e humanas.

O balanço trimestral regista cerca de 240 ocorrências diversas, menos 76 em relação ao mesmo período do ano transacto, com realce para 15 incêndios, três acidentes de viação, que resultaram em oito mortes e danos materiais calculados em mais de quatro milhões de kwanzas. Em termo de serviços de socorros prestados, foram assistidos mais de 120 casos, 14 extinções de incêndio e removido um cadáver.

"Muitas vezes, a fraca intervenção dos bombeiros na extinção de incêndios registados na periferia, que acabam em vítimas mortais e danos materiais, tem a ver com as construções anárquicas e falta de arruamentos em locais de risco", disse, assegurando que a comissão de Protecção Civil e Bombeiros, em colaboração com as autoridades tradicionais e a população, tem realizado acções de sensibilização nas comunidades, para se evitar construções de casas em sítios inseguros e não autorizados pelos órgãos competentes.

A falta de infra-estruturas próprias para melhor prestação de serviços do órgão na sede da província e de quartéis municipais, ausência de mais extintores para fazer face aos incêndios, meios de comunicação inter-municipais para corresponder à operatividade, acções de formação de quadros médios e superiores, foram apontados por Venâncio Catoto como sendo os principais problemas com que se debate o órgão que dirige.

Além disso, o comandante referiu haver falta de transporte para o pessoal, meios informáticos, sistema HF para o apoio em zonas de acolhimento dos sinistrados das chuvas e de mais efectivos para prestarem serviços nos municípios e comunas.

## 10.34 Reparação das ruas reduz impacto da chuva

*Jornal de Angola*

*25 De Abril de 2013*

As avenidas Deolinda Rodrigues, Revolução de Outubro e Ho Chi Minh, em Luanda, não tiveram grandes problemas durante as últimas chuvas, graças às obras recentes de manutenção dos seus componentes. Em declarações prestadas na terça-feira à Angop, o coordenador dos serviços de limpeza urbana do Projecto Vias de Luanda, Márcio Ribeiro, referiu que a manutenção permanente destes eixos viários é um modelo que reduz o impacto negativo do período de chuvas na cidade. "Durante todo o ano são realizados serviços de ampliação, correcção e desobstrução das redes de drenagem de águas pluviais e residuais nas avenidas. As sarjetas e tubagens livres facilitam as operações de escoamento durante e após as chuvas", afirmou Márcio Ribeiro. "O lixo trazido pelas águas entope as grelhas das sarjetas. Também há pontos em que a areia dos quintais, obras e ruas sem pavimento desembocam nas avenidas e precisamos agir com rapidez para evitar constrangimentos", sublinhou. Nesta temporada, duas equipas de desobstrução de galerias têm estado de alerta para lidar com as águas. "Quando começa a chover, a brigada circula pelas avenidas controlando potenciais pontos de obstrução e alagamentos", frisou. As operações especiais de manutenção durante e após as chuvas incluem os serviços de limpeza das grelhas das sarjetas, recolha de resíduos dispersos, raspagem dos pontos de acumulação de areia e lama, sucção de águas paradas, lavagem de passeios e pistas, além da recolha diferenciada de mobília e electrodomésticos avariados. Conforme a intensidade das precipitações, as operações de manutenção na Deolinda Rodrigues, Revolução de Outubro e Ho Chi Minh podem envolver até uma centena de trabalhadores e equipamentos diversos, como camiões cisterna, bombas de sucção, vassouras mecânicas, compactadores e carrinhas. "O objectivo desta manutenção é assegurar as condições de salubridade e tráfego da via, zonas pedonais e áreas verdes no menor tempo possível, para benefício dos cidadãos", acrescentou. Mas, para que este trabalho seja de facto eficaz, é necessário que a população colabore, deitando o lixo apenas nos cestos e locais apropriados, uma vez que o lixo ao ar livre constitui a maior causa de alagamento das ruas com redes de drenagem.

### 10.35 Chuva desaloja famílias na localidade de Cungula

*Jornal de Angola*

25 De Abril de 2013

Pelo menos 35 pessoas residentes na localidade de Cungula, no município do Uíge, ficaram desalojadas em consequência da chuva acompanhada de ventos fortes e granizo que caíram no último fim-de-semana sobre a região. Em declarações ao Jornal de Angola, o soba de Cungula, Lucas Dias, disse que a chuva provocou a destruição de sete residências e inundou as instalações da Igreja Católica e as plantações. As famílias desalojadas foram acolhidas provisoriamente em residências de alguns familiares, vizinhos e amigos e enfrentam imensas dificuldades, porque perderam todos os seus haveres. "Esta é a segunda vez, desde o princípio do ano, que passamos por uma situação idêntica. As chuvas estão a destruir as nossas casas e lavras. Estamos preocupados com esta situação, por isso pedimos ajuda ao Governo no sentido de minimizar o nosso sofrimento", disse Lucas Dias. Caso a situação não seja resolvida a tempo oportuno, referiu, as famílias sinistradas vão enfrentar uma grande crise alimentar, uma vez que os habitantes da aldeia vivem da agricultura de subsistência. "Se nos derem cbapas de zinco e barrotes vamos rapidamente recuperar as nossas residências. Portanto, é esta ajuda que pedimos as autoridades da província", garantiu. O director da escola do ensino primário nº 69 do Cungula, Vieira Filipe Zoa, disse que a chuva afectou também as instalações do estabelecimento escolar, destruindo parcialmente o tecto e criou fissuras nas paredes. A aldeia de Cungula situa-se a 18 quilómetros da cidade do Uíge. A população, estimada em 750 habitantes, dedica-se maioritariamente ao cultivo da mandioca, ginguba, milho, feijão, banana, café abacate, batata-doce e rena, abóbora, entre outro produtos.

### 10.36 Imigrantes ilegais detidos em Luanda

*Jornal de Angola*

26 De Abril de 2013

Uma operação da Polícia de Guarda Fronteira Marítima de Luanda terminou com a detenção, ontem, de 48 imigrantes por tentativa de entrada ilegal no país, revelou o comandante da unidade, Domingos Manuel.

O superintendente chefe Domingos Manuel informou que os imigrantes foram detidos no mar do Cacucaco, a duas milhas da boca do rio Bengo, na área adjacente à zona da Cimangola.

Em declarações ao Jornal de Angola, o comandante Domingos Manuel disse que os imigrantes detidos são provenientes da Guiné-Bissau, Guiné-Conacry, Mauritânia, Senegal, Congo Brazzaville, Costa do Marfim, Chade, Mali e República Democrática do Congo (RDC). Domingos Manuel disse também que os imigrantes detidos foram entregues ao Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para o devido tratamento de acordo com a Lei em vigor no país.

De acordo com as autoridades policiais, a imigração ilegal tem vindo a ganhar contornos alarmantes. Os imigrantes arriscam a própria vida para entrar em Angola, onde procuram melhores condições de vida.

### 10.37 Alunos impedidos de ir às aulas

*Jornal de Angola*

30 De Abril de 2013

Directores das escolas temem pela reprovação dos estudantes

Os directores da escola do 11 ciclo de São Pedro, José Luvumbo, e do Instituto Médio Politécnico do Sambizanga, Álvaro Domingos, estão preocupados com as faltas dos alunos, que não aparecem às aulas devido ao mau estado da estrada que dá acesso aos estabelecimentos de ensino.

Em declarações ao Jornal de Angola, José Luvumbo e Álvaro Domingos disseram que desde as últimas chuvas que caíram sobre Luanda a via que dá acesso às escolas ficou esburacada e praticamente intransitável. Os automobilistas e taxistas já não usam a via que liga São Pedro da Barra à estrada principal entre o Cacucaco e a Boavista.

No Instituto Médio Politécnico do Sambizanga, na escola de 11 ciclo de São Pedro da Barra e noutros estabelecimentos de ensino existentes na zona, estudam alunos que saem de São Paulo dos bairros Nganhá, Roque, Boavista, Petrangol, Kwanzas, Porto Pesqueiro e têm aquela via como única alternativa.

Álvaro Domingos disse que o instituto está a ponderar "não aplicar faltas", mas "infelizmente os alunos estão a perder matérias", lamentou. José Luvumbo disse que a maioria dos alunos do período nocturno já não aparece nas aulas.

As autoridades sabem da situação mas não resolvem o problema. "As autoridades locais não nos querem aproximar", desabafou, visivelmente transtornado.

O director do Instituto Médio Politécnico do Sambizanga disse que o mau estado da via está a afectar também os professores e funcionários administrativos. "A pontualidade dos docentes e funcionários administrativos baixou e as faltas aumentaram", disse.

As administrações do Ngola Kiluange, do Distrito Urbano do Sambizanga e da Comissão Administrativa de Luanda já sabem da situação. Alvaro Domingos salientou que ainda não recebeu nenhuma resposta satisfatória para eliminar esta dificuldade.

"So dizem que vão resolver", disse Alvaro Domingos. Acrescentou que é preciso que as empresas que trabalham naquela zona assumam a sua responsabilidade social para as comunidades, pois o problema da estrada está a afectar as populações dos bairros da costa marítima do Ngola Kiluange.

João António é taxista há nove anos. Faz o trajecto entre São Pedro da Barra e S. Paulo. E dos poucos taxistas que aceita arriscar passar pela estrada completamente esburacada. "Passo aqui com muita mágoa, porque danifico o meu carro, mas não quero comentar muito sobre esta realidade que infelizmente ainda existe sem razão de ser", disse.

### 10.38 Ravina separa vila do Cafunfo e Luremo

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2013*

As fortes chuvas que têm caído nos últimos dias aumentaram o perigo

A estrada que liga o bairro Glka edá acesso a central térmica da vila do Cafunfo, a sede comunal do Luremo, no município do Cuango, provincla da Lunda-Norte, está cortada, em consequência da progressão da ravina, Informou administrador.

Luís Figueiredo Muabonguedisse que em função do quadro actual, as autoridades municipais estão preocupados e envidam esforços no sentido de se estancar a calamidade natural, que tende a destruir os bairros Gika, Balabala e a central térmica da vila do Cafunfo. Com a progressão da ravina, precisou o responsável, a circulação de pessoas e bens deixou de ser feita naquele perímetro. "Estamos preocupados com esta situação e reconhecemos os transtornos que a população está a viver", disse.

O administrador do Cuango explicou que as fortes chuvas que têm caído nos últimos dias na região têm contribuído para a progressão das ravinas, que já

destruíram a ponte obre o rio Candandji, nas imediações da vila de Cafunfo.

Admitiu que caso a situação se mantiver, muitas outras pontes ou pontecos poderão ter o mesmo destino e, por isso, disse ser necessária Uma intervenção urgente.

"Apelamos ao Governo Provincial no sentido de dar resposta a situação vigente no município sob pena de se registarem danos irreparáveis em termos de vidas humanas ou prejuízos materiais avultado . Não queremos que atinja este nível", notou o responsável.

#### Sector da educação

O sector da Educação regista progressos significativos no município do Cuango. Actualmente a localidade conta com 61 escolas, sendo 30 de construção definitiva e 31 de carácter provisório.

Apesar do progresso registado, com a construção de mais salas e o ingresso de mais docentes, ainda assim o município carece de mais escolas. Para este ano lectivo o administrador municipal disse que foram matriculados 39.840 alunos, sendo 27.605 no ensino primário, 8.247 no primeiro ciclo e 3.988 inscritos no segundo ciclo do sistema normal do ensino, o que, segundo o responsável, toma o Cuango o segundo município que congrega o maior número de alunos, apenas superado pela capital da província.

Neste momento o município necessita de mais de 102 salas de aulas, disse, considerando insuficiente a verba disponibilizada para as infra-estruturas, no âmbito do programa de combate à pobreza, para este ano. O município do Cuango possui uma população estimada em 140 mil habitantes. A população está distribuída em 214 bairros e aldeias, numa extensão territorial de 6.818,8 quilómetros quadrados.



## 11. MIGRAÇÃO

### 11.1 Repatriamento de estrangeiros custa caro

*Jornal de Angola*  
09 De Abril de 2013

Angola gasta valores avultados com o repatriamento de estrangeiros, afirmou, em Luanda, o director Nacional adjunto dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME).

Sem mencionar números, Eduardo José dos Santos prestou esta informação durante um encontro sobre a "Problemática dos Vistos e Questões Migratórias", organizado pela Câmara do Comércio Angola/Estados Unidos. O director adjunto informou que a direcção do SME tem estado a fazer o seu papel, que considerou não ser fácil, tendo em conta a limitada capacidade financeira para fazer face ao número 'potencial de expulsões. "A nossa capacidade (para expulsar) não é tão rápida como a da entrada de estrangeiros no país", afirmou. Semanalmente, são repatriados mais de cem estrangeiros por via aérea, principalmente originários da Guiné Conacri, Mali e República Democrática do Congo, mas também de outras partes do Mundo. Para dar uma ideia do esforço envolvido, Eduardo José dos Santos esclareceu que o modelo de repatriamento consiste em viagens aéreas individuais, ditadas pela proveniência de cada um dos cidadãos expulsos, num país em que há uma média de 500 entradas ilegais por dia.

#### Vistos de trabalho

Todas as semanas, o SME recebe mais de mil solicitações de vistos de diversos tipos (como trabalho, férias e turismo), notando-se a tendência de muitos tentarem entrar primeiro em Angola, para depois pedirem vistos de trabalho. A regra para os obter é através dos consulados angolanos nos respectivos países. "Os vistos não são dados cá como muitos procedem e querem que se faça", disse. Eduardo José dos Santos explicou que o que tem acontecido, é que cidadãos estrangeiros vêm com visto de turismo e, chegados cá, arranjam um emprego, são contratados e querem exigir visto de trabalho. "O visto de turismo não muda para visto de trabalho em Angola", disse. O director adjunto do SME minimizou as críticas em relação à concessão de vistos de trabalho, algumas das quais atribuem àqueles serviços a responsabilidade de estar a "travar o desenvolvimento do país" "O SME nunca fez parar uma empresa do sector dos petróleos, construção, ou

outras. A economia do país está a desenvolver-se e o país continua a crescer", garantiu. Eduardo José dos Santos reconheceu que existem problemas na concessão de vistos, mas, no geral, o trabalho tem sido feito, esperando-se que melhore, principalmente naquilo que diz respeito ao atendimento ao público. "Reconhecemos que nem sempre há informação ao utente a avisar sobre o atraso da data de recepção do visto no tempo indicado. Vamos procurar melhorar", prometeu. A obtenção de visto tem um prazo de 30 dias. Para visto de trabalho, as solicitações mais recebidas são da China, por causa da reconstrução do país, Índia, Portugal, Estados Unidos e "um pouco de toda parte do mundo".

### 11.2 Seitas trazem e albergam ilegais

*Jornal de Angola*  
09 De Abril de 2013

o magistrado do Ministério Público junto do Serviço de Migração e Estrangeiros no Soyo, Pedro Fernandes Machado, acusou pastores de algumas seitas religiosas na província do Zaire de promoverem a imigração ilegal, ao trazerem e albergarem estrangeiros em situação migratória irregular.

De acordo com Pedro Fernandes Machado, que falava numa palestra com o tema "A Imigração Ilegal e as suas Consequências", realizada sábado no Soyo, enquadrada nas festividades da cidade, os pastores das seitas religiosas que proliferam na província mesmo estando em condição ilegal trazem e albergam outros estrangeiros ilegais, sob a capa de caridade ou amor ao próximo, violando assim as leis angolanas. "As vezes recebem delegações religiosas compostas de estrangeiros ilegais sob a capa de campanhas de evangelização e no final não retomam aos seus países de origem e procuram permanecer ilegalmente na província para posteriormente atingirem a qualquer custo outras paragens de Angola", acrescentou. Segundo o magistrado, as autoridades tradicionais podem prestar melhor auxílio ao SME, porque têm o controlo da população das suas áreas de jurisdição. "Devem registar e informar a presença de pessoas estranhas às autoridades competentes, caso contrário serão considerados promotores e auxiliares de imigração ilegal e podem ser responsabilizados criminalmente, de acordo com o artigo 1130 da lei 2/07 de 23 de Agosto, com penas de prisão que vão de 2 a 8 anos e uma multa de até dois anos", acrescentou, alertando que "a população não está isenta disso".

"Invasão" afecta economia

O governador do Zaire, José Joanaes André, que falou na abertura da palestra, manifestou-se preocupado com a presença de mais de 12 mil imigrantes ilegais residentes na província do Zaire, a maioria oriundos da República Democrática do Congo (RDC). De acordo com o governador Joanaes André, o fenómeno constitui uma preocupação premente para a província, na medida em que afecta negativamente os programas de desenvolvimento para a região. "A imigração ilegal já é uma preocupação premente na província do Zaire e no país em geral. Estamos a elaborar um programa de desenvolvimento da província, onde prevemos o crescimento da população em três por cento/ano, mas não contabiliza os imigrantes ilegais, cuja presença periga o curso normal do nosso programa", acrescentou o governador. O director provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Zaire, o Inspector de Migração Principal Filipe José Pemba, disse que a maior parte dos 12.000 estrangeiros ilegais que residem na província encontra-se no município do Soyo, tendo em conta as condições favoráveis que esta região oferece. "A complexidade da fronteira fluvial, associada ao potencial económico que o município do Soyo oferece, constituem-se em factores de atracção dos imigrantes ilegais para a região, com destaque para os da República Democrática do Congo", acrescentou. Segundo o director do SME no Zaire, o fenómeno constitui uma preocupação enorme, na medida em que os estrangeiros ilegais devastam a fauna e flora nacional e perigam os objectivos económicos do país. "É uma preocupação enorme, uma vez que a sua acção incide principalmente nas zonas de exploração petrolífera, onde abatem as árvores para o fabrico de carvão vegetal e madeira. O maior número de actos criminosos que se verifica na província tem a "assinatura" dos estrangeiros ilegais, com maior realce dos cidadãos da RDC que entram em canais desguarnecidos e sem meios de subsistência", acrescentou. O responsável do SME afirmou que os factores que promovem a entrada massiva de estrangeiros ilegais na província do Zaire são a "procura de recursos para o enriquecimento fácil e a vulnerabilidade das fronteiras terrestre, marítima e fluvial da região, bem como a facilidade existente na sua inserção no circuito comercial nacional, sobretudo informal. A proliferação de seitas religiosas na província foi apontada também como factor do aumento de imigrantes ilegais na região, cujos pastores usam os locais de reza como centros de acolhimento. De salientar que a província do Zaire tem cerca de 560 quilómetros de fronteira, sendo 250 km de oceano, 120 outros de terrestre e 190 km fluvial, cuja extensão facilita a imigração ilegal, uma

vez que torna difícil a sua fiscalização total, no sentido de evitar a sua inviolabilidade.

### 11.3 SME ex Alojamento de imigrantes ilegais é crime

*Jornal de Angola*

*12 De Abril de 2013*

O Comando Geral da Polícia Nacional alertou ontem os cidadãos a informarem as autoridades policiais quando arrendarem imóveis a cidadãos estrangeiros, sob pena de incorrerem na prática de auxílio à imigração ilegal. Num comunicado distribuído ontem na cidade de Cabinda, a Polícia Nacional pede a colaboração da população para "juntos desencorajarmos esta prática criminosa".

O director provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros em Cabinda, Manuel Gomes, denunciou na Comuna de Tando Zinze a violação constante do posto fronteiriço de Mbaca Nkossi por imigrantes ilegais vindos da República Democrática do Congo com o objectivo de se instalarem nas povoações de Chiobo e Lucula Zenze. Manuel Gomes, que se reuniu terça-feira com autoridades tradicionais da comuna de Tando Zinze para analisar o quadro migratório da localidade e as formas mais adequadas de combater a imigração ilegal, afirmou que este fenómeno atingiu níveis alarmantes naquela localidade e que preocupa as autoridades angolanas. "Estamos preocupados com os níveis de violação da fronteira que se registam no perímetro entre a aldeia de Chiobo e a localidade de Lucula Zenze, motivo pelo qual entendemos reunir com as autoridades tradicionais dessa circunscrição para em conjunto traçarmos estratégias e ouvirmos deles algumas contribuições que possam ajudar a travar o fenómeno". As informações que chegam ao SME, disse, revelam a existência de muitos cidadãos estrangeiros nas lavras de angolanos a produzir carvão, além de praticarem a pesca fluvial. O responsável acrescentou que apesar de existir violações noutras fronteiras da província, indicou que da aldeia do Chiobo até Lucula Zenze é onde o quadro é mais preocupante. Na perspectiva de esclarecer a população sobre o perigo que representa a imigração ilegal, o SME fez o lançamento, naquela localidade, da cartilha que contém as informações sobre as consequências que o fenómeno provoca ao país, bem como as medidas que a lei prevê às pessoas que auxiliam a imigração ilegal. O director Manuel Gomes recomendou as autoridades tradicionais no sentido de fazerem sempre o controlo dos visitantes que chegam às aldeias para se informarem dos objectivos da sua viagem e do tempo de permanência.

A permanência do cidadão estrangeiro no território angolano, de acordo com o director, depende do tipo de visto que este recebeu no país de origem, apesar de existir um acordo tripartido entre Angola, República Democrática do Congo e República do Congo Brazzaville que permite aos cidadãos residentes em zonas fronteiriças entrarem e sair através de passes de travessia com duração de três dias.

#### Repatriamento no Zaire

O Serviço de Migração e Estrangeiros repatriou, só nos últimos sete dias, 54 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) por entrada e permanência ilegal na província do Zaire. Em comunicado de imprensa citado ontem pela Angop, o SME informa que dos referidos cidadãos dois foram repatriados por decisão judicial e 52 administrativamente e saíram pelos postos fronteiriços do Luvo (Mbanza Congo) e Minga, no município do Kuimba. Durante o mesmo período, acrescenta a nota, o Serviço de Migração e Estrangeiros no Zaire recusou a entrada em território nacional de 32 cidadãos da RDC por irregularidades migratórias, factos ocorridos nos municípios de Mbanza Kongo, Soyo e Kuimba. O comunicado refere ainda que, no quadro das acções de controlo e fiscalização, o SME, órgão tutela do pelo Ministério do Interior, interpelou e deteve 31 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades, mais 12 em comparação com o período anterior. Quanto ao movimento fronteiriço, o documento esclarece ter sido registado, durante a semana, a entrada no país de 518 cidadãos nacionais, assim como a saída de 726 outros. Relativamente aos estrangeiros, o SME registou na região a entrada oficial no território nacional de 69 cidadãos, assim como a saída de 26 outros. O director provincial do SME no Zaire, Filipe José Pemba, disse ao Jornal de Angola que os casos de violação da fronteira suscitam preocupação.

## 11.4 Pulsa diariamente 100 estrangeiros ilegais do país

*Semanário Factual*

*13 A 20 de Abril de 2013*

Os Serviços de Emigração e Estrangeiros expulsam diariamente cerca de 100 estrangeiros que se encontram em situação ilegal no país. Sem avançar valores, o director nacional adjunto do SME fez saber na quarta-feira, 10, que o processo de expulsão de emigrantes ilegais tem custos elevados para o país. Além disso, todas as semanas, expulsamos estrangeiros, e isso tem sido um peso económico muito grande para o país, porque o número é muito avultado. Nós temos estado a repatriar, por semana, mais de cem cidadãos e esse repatriamento não se faz pelo mesmo canal em que eles entram", informou.

